



UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
IP – Instituto de Psicologia
EICOS – Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e
Ecologia Social

**Produção Social das Doenças:
A loucura em Gênero e Classe**

Maria Cristina Andrade Souza

Orientadora: Profa. Dra. Maria Inácia D'Avila Neto

Dissertação de Mestrado

Rio de Janeiro
2005

Produção Social das Doenças: a Loucura em Gênero e Classe

Maria Cristina Andrade Souza

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientador: Maria Inácia D'Ávila Neto

Rio de Janeiro
Dezembro de 2005

**Produção Social das Doenças:
A loucura em Gênero e Classe**

Maria Cristina Andrade Souza

Orientadora: Profa. Dra. Maria Inácia D'Ávila Neto

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social.

Aprovada por:

Presidente, Profa. Maria Inácia D'Ávila Neto

Profa. Tânia Maria de Freitas Barros Maciel

Profa. Naumi Vasconcelos

Profa. Marise Jurberg

Rio de Janeiro
Dezembro de 2005

Souza, Maria Cristina Andrade

Produção Social de Doenças: Gênero e Classe / Maria Cristina Andrade Souza, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, 2005

XI, 87f: i.;1cm

Orientadora: Maria Inácia D'Ávila Neto, Dissertação de Mestrado, UFRJ- Instituto de Psicologia/ EICOS- Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social ,2005, 4.

1. Doenças Sociais. 2. Doenças em Gênero e Classe. Sintomas Psicopatológicos. I. D'Ávila Neto, Inácia (Orientadora).

II. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Instituto de Psicologia / EICOS. III. Produção Social de Doenças: Gênero e Classe

RESUMO

Produção Social das Doenças: a Loucura em Gênero e Classe

Maria Cristina Andrade Souza

Orientadora: Maria Inácia D'Ávila Neto

A realidade estudada nos mostra que o modo de produção e os processos de formação de trabalho das sociedades capitalistas no século XX e a divisão social-sexual da formação e do trabalho daí decorrentes, produzem situações de vida e de trabalho inadequadas e conseqüentemente, doenças. Esse mesmo modo utiliza o aparato científico médico-psicológico-psiquiátrico, como forma de se descartar da mão-de-obra que ele mesmo torna imprestável, com o fim de restaurar a produção do lucro e a acumulação. E que, no caso das mulheres, a situação se agrava, caracterizando aquilo que chamamos de exploração sobre exploração, tanto pela junção do trabalho formal como trabalho doméstico, quanto pelas condições em que se realizam o primeiro (trabalho formal).

Partindo desta perspectiva afirmamos, neste trabalho, que as doenças são socialmente produzidas, e que, para o seu entendimento e superação, é necessário avaliar às condições sócio-político-econômicas do contexto onde elas emergem, além das relações de trabalho que se expressam diferenciadamente, entre homens e mulheres, e nas diversas categorias sociais e profissionais a que pertencem tais trabalhadores.

Não se trata aqui de negar outras dimensões desta produção, ou de como se incorporam estes elementos dentro das famílias para produzirem transtornos específicos, mas de evidenciar, que é da articulação entre conjuntura sócio-político-econômica do setor produtivo no qual está situada a empresa estudada, e das relações de trabalho daí derivadas, que surgirão as condições de entendimento da base social produtora dos transtornos mentais em termos de gênero e classe social.

Através de pesquisa realizada em **FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S. A.**, no ano de 1997, utilizando o “Perfil da Saúde Mental dos Trabalhadores”, obtivemos que a dimensão da mão-de-obra feminina (26%) é menor do que a masculina (74%), compatível com a mão-de-obra européia e americana de meados do século XX e muito distante dos 51% da mão-de-obra feminina do final do século XX e início do século XXI. Os perfis da mão-de-obra feminina e masculina, embora se equiparem na formação, na ocupação de cargos e nos salários as mulheres se colocam em franca desvantagem em relação aos homens, o que acompanha o resultado das pesquisas internacionais realizadas na Europa e EUA por diversos autores.

Para o estudo da incidência de sintomas psicopatológicos, aplicamos técnicas estatísticas, como os testes de significância, qui-quadrado (P-valor) e obtivemos que as mulheres possuem uma diferença significativa na incidência dos transtornos e adoecimentos com relação aos homens, na maioria dos sintomas estudados e que, as classes sociais representadas por níveis de cargo e por faixas salariais, tem incidência de sintomas com diferenças significativas em: distúrbios do sono, fadiga, angústia e medos, cujos conteúdos mostram-se compatíveis com os cargos mais simples, de serviços, nos quais os trabalhadores são invariavelmente submetidos a trabalhos manuais, repetitivos, “taylorizados” e com baixos salários. Os demais sintomas mostram-se oscilantes, entre as classes, sendo necessária à compreensão do tipo de sintoma e a realização de outros estudos para uma conclusão mais precisa.

Palavras-chaves: trabalho, produção, capitalismo, aparato médico-psicológico-psiquiátrico, sintomas, doença, loucura, gênero, classe social.

Rio de Janeiro, Dezembro de 2005.

ABSTRACT

Social Production of Diseases: Madness in Gender and Class

Maria Cristina Andrade Souza

Orientadora: Maria Inácia D'Ávila Neto

The reality studied show us that the way of production and the process of work formation in capitalistic societies in XX century and social-sexual division of formation and work produce inadequate life and work conditions, and consequently producing diseases. This way of production uses the medical-psychological-psychiatric scientific apparatus as a form of discarding manpower that the system itself becomes dud, aiming to restore the production of profits and accumulation. In the case of feminine gender, the situation is aggravated, characterizing what we call exploration on exploration, as much for the junction of formal and domestic work, besides for the conditions where the first one (formal work) is carried. The conclusion of the experiment show us that in this thesis that diseases are socially produced, and for its knowledge and its overcoming, it is necessary to evaluate social-political-economical conditions of the context in which diseases emerge, beyond work relations whom it is expressed differently among male and feminine gender, and in the diverse social and professional classes that such workers belong.

It is not treated here to deny other dimensions from such production or how these elements incorporate inside families to produce specific upheavals, but to evidence, that is from that joint between social-political-economical conjuncture of the productive sector where the studied Company is situated, and relations of work from there derived, will emerge conditions of understanding social basis, producing mental illness related to class and gender level.

Through researches carried through in **FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S. A.**, in the year of 1997, using "Worker's Mental Health Profile", we got that the dimension of feminine manpower is lesser (26%) than of male (74%), that is similar to European and American man power, in the middle of XX century. These data is very far from 51% feminine manpower found in those countries, at the end of XX century and in the beginning of XXI century.

The profiles of the feminine and male manpower even so are equalized in the formation, the occupation of positions and the high wages are men predominant, placing women in frank disadvantage to men's position, confirmed by international research carried through by several authors in Europe and USA.

From the data of psychopatological symptom incidencies, we applied statistical techniques, as significance test qui-square (P value) we got that there are significant higher incidences of upheavals and illness than for men, in the majority of the syntoms studied, and that, social classes represented by position's levels and for wage bands, have incidency of syntoms with different significance on: sleep disturbance, tiredness, anguish and fears, which contents show compatible with more simpler service levels, in which workers are invariably submitted to manual, repetitive, "taylorized" works and with lower wages. The other syntoms show as oscillants between classes, being necessary to the comprehension of the syntom type and to undertake more research to achieve more precise conclusions.

Keywords: work, production, capitalism, medical-psychological-psychiatric apparatus, syntoms, diseases, madness, gendre, social classes.

Rio de Janeiro, Dezembro de 2005

QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS

	Página	
I	Quadro 1 e Gráfico 1.1: Distribuição dos Trabalhadores, por Sexo	53 e 54
II	Quadro 2 e Gráfico 2.1 : Distribuição dos Trabalhadores por Nível de cargos	55
III	Quadro 3 : Distribuição dos Trabalhadores por Sistema de Trabalho	56
IV	Quadro 4: Distribuição dos Trabalhadores por Idade	56
V	Quadro 5: Distribuição de Trabalhadores por escolaridade	57
VI	Quadro 6: Distribuição de Trabalhadores por Faixa Salarial	57
VII	Quadro 7: Distribuição de Trabalhadores por Tempo de Trabalho	58
VIII	Quadro 8: Distribuição de Trabalhadores por Tempo de Empresa	58
IX	Quadro 9: Distribuição de Trabalhadores por tempo de Órgão	59
X	Quadro 10: Distribuição de Trabalhadores por Tempo de Função	59
XI	Quadro 11: Distribuição de Trabalhadores por Atendimento no Setor de Psicologia	60
XII	Quadro 12: Distribuição de Trabalhadores por Tratamento Interno	60
XIII	Quadro 13: Distribuição de Trabalhadores por Tempo de Tratamento Externo	61
XIV	Quadro 14: Distribuição dos Trabalhadores por Tempo de Tratamento	61
XV	Quadro 15 e Gráficos 15.1 e 15.2: Distribuição Geral dos Trabalhadores por Idade e Sexo	63 e 64
XVI	Quadro 16 e Gráficos 16.1 e 16.2: Distribuição Geral de Trabalhadores por Sintoma e Sexo	65 e 66
XVII	Quadro 17 e Gráficos 17.1 e 17.2: Distribuição Geral dos Trabalhadores por Níveis de Cargo e Sexo	67
XVIII	Quadro 18 e Gráfico 18.1: Distribuição Geral dos Trabalhadores por Escolaridade e Sexo	68
XIX	Quadro 19: Distribuição Geral dos Trabalhadores por Faixa Salarial	69
XX	Quadro 20.1 e Quadro 20.2: Distribuição Geral dos Trabalhadores por Escolaridade, Níveis de Cargo e Sexos: Masculino e Feminino	70 e 71
XXI	Quadro 21 e Gráficos 21.1, 21.2 e 21.3: Incidência dos Sintomas por Sexo em geral e por Sexo em Especial	72,73 e74
XXII	Quadro 22: Nível de Significância P-valor do Teste Qui-Quadrado para independência entre Manifestação de Sintomas	76
XXIII	Quadro 23 e Gráfico 23.1: Incidência de Sintomas por Sexo em Geral e Nível de Cargo 1	80
XXIV	Quadro 24 e Gráfico 24.2: Incidência de Sintomas por Sexo em Geral e Nível de Cargo 2	81
XXV	Quadro 25 e Gráfico 25.1: Incidência de Sintomas por Sexo em Geral e Nível de Cargo 3	82
XXVI	Quadro 26: Nível de Significância P-valor do Teste Qui-Quadrado para a Independência entre Sintomas e Níveis de Cargo	83

Obs. A numeração dos gráficos está relacionada como subitens da numeração dos Quadros

SUMÁRIO

	Página
Introdução	0
	3
Capítulo 1- Divisão Sexual e Internacional do Trabalho	
1.1 O Brasil do Século XX	4
1.2 A Europa do Século XX	8
1.3 Entrada das Mulheres no Mercado de Trabalho e o Feminismo	10
1.4 Trabalhos marginais, parciais, residenciais, voluntários, taylorizados, estágios, etc.	17
1.5 Organização Científica do Trabalho e Divisão Internacional e Sexual do Trabalho	24
1.6 Conseqüências da Expansão do Trabalho Feminino	28
	31
Capítulo 2- Saúde Mental e Trabalho	
2.1 Normatização, Padronização e Classificação da Loucura	31
2.2 O trabalho como produtor da loucura	33
2.3 O capital como produtor da loucura	36
2.4 Transformação Social – a Troca do Capitalismo pela “Economia de Subsistência”, “Ecologia Política Radical” e “Sociedade Feminista Socialista”.	42
Capítulo 3-Uma Pesquisa Brasileira	
	48
3.1 Características Gerais da Pesquisa	48
3.2 Hipóteses	49
3.3 Métodos e Técnicas	50
3.4. Análise dos Dados	53
3.4.1 Perfil Sócio-Demográfico do Grupo Estudado – 1997	53
3.4.2 Análises Clínicas Preliminares para o Ano de 1997	71
	84
Capítulo 4 - Considerações Finais	
Referências Bibliográficas	88

DEDICATÒRIA

AOS TRABALHADORES deste País.

ÀS MULHERES E AOS HOMENS TRABALHADORES
deste País.

AOS TRABALHADORES de Dentro do País que estão fora
do Mercado de Trabalho, aos de Fora (imigrantes) que
estão dentro, e àqueles que nunca estarão Dentro.

AOS TRABALHADORES que ocupam qualquer forma de
Trabalho Marginal.

ÀS MULHERES TRABALHADORAS, prisioneiras do
trabalho domiciliar e do Mercado de Trabalho Formal.

AOS EXCLUÍDOS DE QUALQUER ESPÉCIE.

A TODAS AS INSTITUIÇÕES Representantes dos
Trabalhadores deste País.

AO MOVIMENTO FEMINISTA e à Todas as Entidades que o
Representam.

À INTERSINDICAL FURNAS e À ASEF (Associação dos Empregados de Furnas)
Pela oportunidade de representar os Trabalhadores,
Em Candidaturas e Cargos, pertinentes às Nossas Lutas.

AO SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DO RIO DE JANEIRO,
especialmente ao Departamento Científico do qual fui Diretora
durante dois Mandatos Consecutivos.

AO SINDICATO DOS MÉDICOS DO RIO DE JANEIRO e aos demais
SINDICATOS DA ÁREA DE SAÚDE, com os quais encaminhei
inúmeras Lutas.

À FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
Pela Vida de Trabalho e Oportunidade de Conhecimento.

Á SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
DO GOVERNO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Antonieta, fonte de todo o amor.

*Ao meu pai José Luiz, legítimo patriarca brasileiro
(in memoriam)*

*Aos meus filhos Juliana, Rodrigo e Alexandre: aos quais
dou todo o amor.*

Ao meu neto Lucas, a quem espero com paixão.

*Aos meus sobrinhos: André, Débora, Tatiana, Carla,
Maria Eduarda, José Luiz Neto e Andrezinho, aos quais
também amo.*

A Daniel que virá em tempos de paz.

*Aos meus irmãos José Luiz e Maria Antonieta
coadjuvantes comigo na trajetória da vida.*

*Á minha prima e cunhada Socorro Belo, amiga desde
sempre.*

*A Jorge, meu cunhado querido, o melhor de todos nós
(in memóiriam).*

À Bruna Mira, linda e muito Bem-Vinda.

A Maurício Fernando Lossio e Seiblitiz com quem aprendi

*que o amor entre um homem e uma mulher pode ser
intenso, ético e feliz.*

*A Gregório Baremlitt, analista, professor, pai intelectual,
companheiro de muitas lutas com quem aprendi a
conexão da psicanálise com a política, responsável
pela esplêndida convivência real e teórica
com Guattari, Baságli, Lourau e outros.*

*A Pedro Wellington Vieira de Carvalho (in memoriam),
médico, responsável incontestemente pela criação do
planejamento, programação e viabilização de toda a
Política de Saúde de FURNAS, inclusive do Setor de
Psicologia Clínica e Institucional.*

*À Ana Maria Pires e José Roberto de Almeida, psicólogos
psicanalistas e socioanalistas da equipe do Ambulatório
Médico do Escritório Central de Furnas Centrais
Elétricas, companheiros e amigos de quase 30 anos, com
os quais elaborei e apliquei o material de pesquisa deste
trabalho.*

*À Mitiko Komoda, companheira, amiga, incansável, a
quem devo a fabricação deste trabalho, à catalogação
do material, formatação, digitalização, etc.*

*A Sonia Baptista, Professora do Departamento de
Matemática e, Estatística da UFRJ a quem devo a
orientação e a formulação estatística deste trabalho.*

*À Maria Inácia D'Ávila Neto, amiga, irmã, pela maestria
com que possibilitou e conduziu a orientação deste
trabalho.*

“No capitalismo, tudo é produção. A produção é imediatamente consumo e registro; o registro e o consumo determinam diretamente a produção, mas a determinam no seio da própria produção: produções de produções, de ações e de paixões, produções de registros, de distribuições e de marcações, produções de consumo, de volúpias, de angústias e de dores.... São produções de um mesmo processo.”

(Deleuze e Guattari,, 1977).

“A doença é um sintoma do conflito entre indivíduo e sociedade, um conflito que se pode expressar: psíquica, somática e psicossomaticamente. Mas este conceito psicossomático de doença – que é progressivo em contraste com os da medicina clássica – permanece, ainda assim, cego às verdadeiras causas sociais da doença ,dos quais recebe apenas vagas e abstratas designações.”

(Schneider, 1977).

INTRODUÇÃO

Partindo do conhecimento disponível sobre os conceitos de Saúde e de Doença e da determinação social das Doenças, presentes de forma incipiente em Freud (1973), mas reafirmada por autores como Foucault (1972;1984), Baságlio (1972;1975), Deleuze e Guattari (1978) Adorno (1979) , Barembliitt(1978;1992), Dejours (1980;2000), Illich (1990), Braverman (1981), Possas (1981), Schneider (1977), Hörnle (1969) os teóricos das vertentes institucionalistas, afirmamos em consonância com esses autores, que a verdadeira patologia origina-se da esfera de produção e que as deformações do consciente, do inconsciente, enfim, do aparelho psíquico como um todo, daí decorrentes, são transmitidas com exclusividade pelo processo de socialização da família e pelas relações de trabalho, ou seja, as deformações do aparelho psíquico derivam, primordialmente, do processo capitalista de produção (condições de trabalho e vida) e, apenas secundariamente da socialização familiar e posteriormente das relações de trabalho. Hörnle (1969), citado por Schneider (1977), afirma: "Concebemos as deformações do consciente como sedimentações socialmente mediadas de dominação" (pg. 123). Dentro desta perspectiva é que Dejours (1980) afirma que as doenças mentais não são originalmente individuais e nem tem causas individuais, mas que é nas condições de vida e de trabalho, ou mais especificamente, nas relações de trabalho, que elas são produzidas. Sendo assim, o social produz o mais profundo do pessoal.

A Psicanálise, materialisticamente emancipadora, passa assim, do inconsciente individual, reificado, para o inconsciente histórico contextualizado, coletivizado. Concebe também, as instituições, como o inconsciente político das sociedades, subverte o inconsciente individual, politicamente, fazendo-o produzir uma resistência ativa e saudável a uma sociedade enferma, que também deve ser objeto de sua análise.

São fundamentais as contribuições de Beck (2001), Castells (1999), Hirata (1992;1993), Illich (1990), Lagrave (1993) que se tornaram referências principais, especificamente, em relação ao mercado de trabalho e as classes ou a distância social que se estabelece entre os gêneros. A este respeito, Beck (2001) afirma ser impossível realizar igualdade entre homens e mulheres no interior das estruturas institucionais que pressupõem a desigualdade entre homens e mulheres e que portanto, a ação da mudança terá que ocorrer na estrutura da sociedade, como veremos posteriormente. Beck (2001) se transforma, assim, em um dos pilares do presente trabalho.

Especialmente com Braverman (1981), Hirata (1992;1993) e Lagrave (1993), analisaremos, dentro dos limites da organização científica internacional do trabalho, a organização sexual do trabalho, onde enfocaremos com especial atenção a situação de formação e de trabalho da mulher, o que mostra que, apesar de as mulheres, após longo processo histórico-educacional, terem atingido uma situação de formação equivalente aos homens (mesmo contando com a valorização “menor” atribuída as profissões “femininas” em termos de postos de trabalho, cargos e salários), a discriminação continua a ocorrer tanto na Europa, Estados Unidos, América do Sul e Brasil. Outro fator relevante nesta discriminação é o da acumulação do trabalho formal com o trabalho doméstico o que constitui o que chamamos nesta pesquisa de exploração sobre exploração.

As colocações de Rocha-Coutinho em diversas pesquisas realizadas entre os anos de 1993 a 2000, cujo conteúdo central é o de que todo o nosso pensamento ou comportamento ganha significado a partir da realidade social e política que nos constitui, ou mais especificamente, que somos produtos de um discurso científico-ideológico, são também importantes, por conteúdo e por método, por mostrar a constituição sócio-política das mulheres.

Um segundo prisma de análise será o da incidência dos transtornos entre as diversas classes ou estratos sociais a que pertencem estes trabalhadores. Sabe-se que as sociedades capitalistas são estratificadas em classes sociais que reproduzem, no próprio indivíduo, através da família, a distribuição de papéis, poder e riqueza, concernentes às classes sociais às quais estão vinculados Schneider (1977). Sendo assim, há uma produção histórica, estratificada, mais aparentemente natural, de doenças diferenciadas entre as classes, construída a partir da importância que cada classe desempenha dentro do processo produtivo.

Afirma Schneider (1977): "Se a família burguesa é uma" fábrica de neuroses" isso não ocorre por causa de qualquer "moralidade sexual repressiva..." mas porque ela constitui uma "íntima" relação de poder, na qual a relação de poder social, isto é, a relação de classe é reproduzida" (pg. 123). E, citando Hörnle (1969): "A ordem familiar burguesa é uma cópia reduzida da ordem social do Estado Burguês" (pg.123). E continuando: "À cabeça fica o pai, ele "ganha", logo abaixo está a mãe e sob ambos, as crianças. Esta gradação é acentuada pela diferença entre os sexos. Mãe e filhas têm menos direitos do que pai e filhos. Desta maneira a família desenvolve na criança, bem cedo, a idéia de que tal estratificação e divisão da sociedade em privilegiados e desprivilegiados, naqueles que doam e naqueles que servem, e nos que têm valor e nos que têm menos valor é muito natural e inevitável."(pg. 197). Ao citar

Caruso (1969), Schneider complementa: “Uma relação familiar numa sociedade de classes já é uma relação de classe”. (pg.123).

D'Ávila, Baptista e Fortes (2003), citando Eisenberg (1977), falam da distinção entre doença (disease), disfunções orgânicas, e adoecimento (illness), experiência ou dimensão humana e psicológica da doença, e referem que ambas (doença e adoecimento), foram apropriadas pela medicina tornando-as medicalizadas e individualizadas em vez de politizadas e coletivizadas, restringindo o social ao biológico e estreitando a dimensão biológica.

Complementarmente, D'Ávila (1994) afirma: "não creio, entretanto, que seja prudente colocar num mesmo plano as angústias existenciais da burguesa frígida e o desespero da operária grávida e mal nutrida. Isso seria um ato de hipocrisia política ou de dogmatismo conceitual. Ou vice-versa". (pg. 32). Com essa afirmação, a autora mostra a importância da diferenciação dos sintomas ou transtornos entre classes.

Sendo assim, através dos diferentes perfis, Gênero e Classe serão duas variáveis determinantes dos transtornos mentais, identificadas, e se constituirão nas duas vertentes básicas deste trabalho.

CAPÍTULO 1 - DIVISÃO SEXUAL E INTERNACIONAL DO TRABALHO

Se a divisão científica do trabalho, produto do desenvolvimento capitalista no século XX, se constitui em si mesmo, um mecanismo essencial de exploração, para fins de acumulação, a divisão sexual do trabalho se constitui numa exploração sobre exploração que se aperfeiçoa no capitalismo mundializado e vai a requintes de degradação, tortura e adoecimento.

A colocação da categoria de sexo nas pesquisas sociais sobre divisão e organização do trabalho, oscilantes nas décadas anteriores a 70, evoluíram na década de 80, especialmente a partir de 1985, na França (Hirata, 1993) e na Europa Continental (Lagrove, 1993), onde se constituíram em uma contribuição à sociologia do trabalho, à ampliação do campo específico de pesquisa, à emancipação feminina, à formulação de novas possibilidades nas relações de vida e de trabalho, entre homens e mulheres, no aperfeiçoamento e na sobrevivência da humanidade.

Vale lembrar que esses estudos são temporalmente coincidentes com o avanço, a diversificação e a expansão do movimento feminista, ocorrido no final das décadas de 60, 70 e 80, quando o patriarcalismo foi duramente atingido (Castells, 1999; Capra, 1982). De forma que tais estudos podem, ao mesmo tempo, produzir e serem produzidos pelos Movimentos Feministas, que por sua vez são sucessores diretos do Movimento dos Direitos Humanos.

Capra (1982) considera o declínio do patriarcado o mais profundo, lento e relutante trânsito da humanidade. Estima a era patriarcal como tendo cerca de três mil anos. Nesse período, suas concepções foram totalmente preponderantes e inquestionáveis. Influenciou nossas idéias básicas acerca da natureza humana e de nossa relação com o universo de forma a se confundir com uma concepção natural sobre o “homem” e sobre o “universo”, ficando assim extremamente difícil de entender o patriarcado como sistema historicamente construído. Concebe, no entanto, que só recentemente o patriarcado foi abertamente desafiado. O seu declínio tornou-se inevitável e sua desintegração evidente. Por isso, o autor concebe o movimento feminista como uma das mais fortes correntes culturais do nosso tempo, com profundos efeitos sobre a nossa evolução e sobre o nosso futuro.

Neste sentido, os autores que aqui serão estudados, como Castells, Beck, D’Ávila, Rocha- Coutinho, Hirata,

Lagrange, Illich, Costa, entre outros, com pesquisas realizadas em várias partes do mundo, como Estados Unidos, Europa Continental, Alemanha, França, América do Sul, e Brasil são unânimes em afirmar que este foi um século de guerra entre os sexos (Beck, 2001), que coloca homens e mulheres em posições distintas e muitas vezes incompatíveis com o encontro (Illich, 1990; Costa, 1989), que possibilitou o avanço e a entrada das mulheres na formação e no mercado de trabalho com desigualdades e sob um prisma segregacional (Castells, 1999; Beck, 2001), que possibilitou, ao mesmo tempo, avanços e retrocessos (Castells, 1999; Beck, 2001), que por sua vez produziram o avanço educacional ainda que irregular das mulheres (Lagrange, 1993), mas que depois as colocou em cargos ou empregos passivos, parciais, desprivilegiados, não centrais, periféricos, de não decisão, etc., ou seja, empregos “taylorizados”, repetitivos, mecânicos (Braverman, 1981; Hirata, 1993; Castells, 1999; Lagrange, 1993) e que, sem alternância, são mal remunerados ou, nos chamados empregos de meio expediente, tempo parcial ou “half-time,” abandonados pelos homens (cidadãos de primeira classe), e apenas ocupados por mulheres ou imigrantes (cidadãos de segunda classe).

1.1 O Brasil no Século XX

Sabemos que a base de toda sociedade ocidental contemporânea é patriarcal. No Brasil, vários autores, entre os quais (D’Ávila, 1994) e (Costa, 1989), trazem contribuições importantes para a compreensão da passagem histórica da mulher feudal, submetida ao patriarcalismo, para a sociedade capitalista atual. D’Ávila (op.cit.) baseia-se em Fromm: “a Teoria do Direito Materno” e sua importância para a psicologia social, para colocar a família patriarcal como um dos mais importantes elementos de manutenção da sociedade de classes, assim como a influência do catolicismo e do protestantismo na extinção dos traços matricêntricos da sociedade e o papel da

Psicanálise Tradicional, através do Complexo de Édipo, na construção do patriarcalismo, como impedimento ao retorno do matriarcado. Cita Costa (op. cit.), ao analisar a dupla moralidade existente no patriarcalismo, e especificamente o papel do confessor – padre, que teria evitado a maior incidência da “loucura” das mulheres nas colônias católicas das Américas pelo seu papel de intermediador entre as figuras patriarcais e as mulheres. O padre teria um papel catártico no aprisionamento, submissão e repressão das mulheres. Afirma que as mulheres, no tocante ao direito de propriedade, eram comparadas aos escravos e, com a abolição da escravatura em 1788 no Brasil, as mulheres permaneceram por várias décadas com direitos inferiores aos dos escravos, como por exemplo, com relação ao direito de voto, então permitido a estes e ainda negado às mulheres. O voto feminino no Brasil só irá se concretizar no período getulista, em meados do século XX.

Schneider (1977) concebe o complexo de Édipo em sua manifestação típica, como uma construção histórica proveniente da Europa patriarcal e da cultura americana, cujo modelo econômico é baseado na sociedade de classes, e como tal, traz as marcas das relações resultantes da produção, como as idéias de posse, mercadoria, alienação e competição. Cita Parin (1972) e Luckács (1923), que por sua vez, baseados em Marx (1960), mostram a conexão entre a estrutura da família burguesa e as relações dependentes da posse de propriedade capitalista. Mostram também como e por quais mecanismos a ideologia da propriedade privada está ancorada e determina a estrutura instintiva da criança através do Complexo de Édipo, produzindo assim o “impulso para a posse” ou “instinto de posse”. Concebe assim o Complexo de Édipo como um primeiro adestramento social que tem um interesse fundamental na preservação da família patriarcal edipiana burguesa a sua estratificação em classes e a divisão desigual e desonesta entre capital e trabalho. Isto como efeito do capital interiorizado pelo indivíduo e preconizado pela psicanálise tradicional como fator universal.

Costa (1989) também descreve, em detalhes, toda a passagem histórica da mulher submetida ao patriarcalismo e as fases subseqüentes do início do capitalismo, onde se instituíram formas de contrato conjugal com a contribuição da ciência médica. Por exemplo, o “movimento higienista” que, ao mesmo tempo, em que retirava a mulher do poder do pai e do âmbito familiar restrito – “a mulher da alcova”, introduzia-a num “convívio” e “consumo” social, inclusive de “serviços médicos”, reintegrava-a como a “mãe higiênica: amante dos filhos e aliada dos médicos”, estabelecendo assim, novos e mais sofisticados mecanismos de apropriação e submetimento.

Assim, foram usados como elementos aprisionadores os filhos, através da maternidade e do aleitamento. O “homem patriarcal” transformou-se no “homem machista”, “ex-dono de terras” e agora “dono da família: da mulher e dos filhos”. A mulher dos sobrados não pertence mais ao pai, mas ao marido e aos médicos. É também um ser que “consome” e que ultrapassou os limites da “casa” para a “rua” no entanto, com vários mecanismos de “contenção” ou adiamento de sua independência. Segundo Costa (1989), a independência da mulher não podia extravasar as fronteiras da casa e do consumo de bens sem que fosse nela reforçada a mulher “mãe”. A independência intelectual e profissional da mulher era intolerável, dava “mau exemplo” e comprometia o “pacto machista”, firmado entre a ciência médica (higiene) e os homens, que não poderiam ter sua superioridade abalada. Vale ressaltar, inclusive na utilização da Ciência Médica, a ausência de inocuidade da mesma ante os desígnios escusos da cultura política da época, inclusive contribuindo decisivamente com a construção da “mulher nervosa,” aquela que sentia as contradições dos papéis sociais que lhe foram impostos e as expressava pelo corpo. A “mulher nervosa” é portanto, produto da ação do Estado através da Ciência Médica sobre a Família e a Saúde.

Com relação ao aleitamento, a mãe colonial não amamentava o filho. Esta tarefa era atribuição das escravas ou “mães de leite”, pois desconheciam este alimento natural como sendo vital à saúde dos recém-nascidos. Ao contrário, o guia médico (Imbert,1879), recomendava o aleitamento com “fúscas” ou “morenas”. Especificamente, a “mulher nervosa” surge da inversão súbita de papéis, da mãe colonial, tida agora como “desnaturada”, da libertação do pai e do novo submetimento ao marido; da ausência de tempo em conciliar as novas tarefas: acesso ao consumo de bens e serviços, junto com as jornadas domésticas. Sem acesso, contudo, a um estatuto de cidadania que lhe desse direito à autonomia social, ao estudo, às leituras, mas submetida à culpa, por não administrar bem esse conjunto complexo de tarefas.

Havia que se preservar, na época, a superioridade “natural” masculina, através de funções repressivas e normatizadoras dos papéis. Data inclusive da época (1879) o debate político sobre a educação da mulher e a capacidade feminina para a atividade científica, como por exemplo, a discussão sobre o ingresso nas faculdades de medicina, realizado entre Malaquias (médico reacionário) e Tobias Barreto (filósofo), favorável à emancipação feminina nesta área.

Desde essa época se colocou para a mulher a responsabilidade pela unidade familiar, pela “coesão familiar”, pela manutenção dos laços familiares, o que vai ser elemento facilitador para a inserção feminina no mercado de trabalho, como será mostrado mais adiante.

Outro fator de fundamental importância, foi a substituição do “gozo sexual” pelo “gozo da amamentação”, ou seja, a mulher era estimulada e ao mesmo tempo impedida de usufruir a sua sexualidade – “apropriação da sexualidade”, pois esta era circunscrita “à maternidade – “a mãe amorosa”. Havia inclusive uma recomendação Médica de delimitação do ato sexual na gravidez e na amamentação ou seja: o período de exercício sexual era mínimo. Quase inexistente, o que causava “insatisfação feminina”, “estado nervoso”, e porque não dizer como Freud (1913), “histeria e outras neuroses”. Fica assim claro que o “nervosismo feminino” não foi somente criado, mas duplamente manipulado pelos médicos através da “repressão da sexualidade”. A mulher nervosa é, portanto, criação da “higiene” e personagem imprescindível do poder médico; ela se constitui, desta forma, numa “criatura médica”.

As mulheres eram mantidas com “rédeas curtas” – e qualquer expressão de mundanismo presente, por exemplo, nas celibatárias, tinha uma punição histórica – a loucura, e era considerada perversão. A “mulher nervosa”, mais do que isto, não era “ouvida” pelo médico como na psicanálise; era “medicada”, ou seja, “calada”. A medicalização recomendada funcionava como o único meio de cura do ataque nervoso. São daí, as raízes do dispositivo médico-sexual que constituem a psiquiatria nos fins do século XIX e início do século XX – bases da psiquiatria moderna.

Finalmente, pode-se dizer que a “mulher nervosa” ensinou a mulher a utilizar o nervosismo para impor seus interesses e defender-se dos seus opressores (pai, marido e médico) e produzir assim, uma reação aos mecanismos inventados pelos médicos.

Dessa forma, as mulheres passaram a usar o corpo e o sexo para obter favores, e a utilizar o sofrimento e a doença como resistência ao poder do homem. A ordem médica e a norma familiar conseguiram, enfim, armar sexualmente mulheres e homens, que passaram a ter motivos para se odiarem e só excepcionalmente se amarem. Com o argumento da medicina de que o homem era “incompetente” e “inferior” para a missão de amamentar (nobre e santa), cabendo a eles as “mesquinhas” ocupações profissionais e intelectuais.

Costa (1989) diz que foi assim que as leis médicas e a norma familiar adiaram a emancipação feminina para o trabalho e para a ciência. Adiaram, mas não conseguiram, no entanto, impedir a entrada das mulheres no mercado de trabalho e nas carreiras científicas, que seguem até hoje, como será mostrado, a mesma lógica. Por isso, na epígrafe deste trabalho afirma-se que, se a divisão científica do trabalho, produto do desenvolvimento capitalista, constitui-se em si mesma numa exploração para fins de acumulação, a divisão sexual do trabalho constitui-se na exploração sobre exploração, e chega a requintes de tortura, no capitalismo

mundializado. Mesmo assim, a entrada das mulheres no mercado de trabalho se constitui em um duro golpe ao patriarcalismo (como já foi dito) fenômeno sobre o qual se assentam todas as sociedades modernas.

As mulheres entram no mercado de trabalho dessa forma: contraditórias, submetidas, adoecidas, em desvantagem. Não é de se estranhar que datam da mesma época o desenvolvimento de movimentos sociais urbanos, entre os quais, os movimentos em favor dos direitos humanos e especialmente o feminismo. Sua evolução e complexidade, ocorridas a partir das três últimas décadas do século XX, de certa forma mostram que não se pode falar de um sem o outro, ou seja da entrada das mulheres no mercado de trabalho e do desenvolvimento do Feminismo.

Rocha-Coutinho, em suas várias pesquisas, realizadas entre 1993 e 2000, mostra que há uma construção discursiva ideológica dominante, que usa a linguagem para a construção de identidades e subjetividades feminina e masculina, agindo como princípio ordenador das diferenças. “Os homens, portadores de poder social durante séculos, construíram um discurso científico-ideológico da definição de identidade feminina”, (2000, pg. 45). E ainda que “a liberdade e a igualdade universais são sexualmente particulares, pois são conquistadas com base em atributos, modos de ação e características masculinas” (1996, pg .32).

Em uma de suas pesquisas sobre propaganda nas revistas femininas (Rocha-Coutinho,1995) assinala que os discursos sociais (dentre os quais a propaganda) constroem, refletem e reforçam identidades e mostra que a ruptura com a antiga identidade feminina é mais aparente do que verdadeira. E conclui, mostrando que: “ao dominar o espaço público e privado, a casa e a rua, sendo a mulher ‘do lar’ e a ‘profissional competente’ – as mulheres têm sido levadas a uma sobrecarga física e psicológica insuportável, a uma culpabilização de si, por não estar conseguindo um desempenho excelente nos dois mundos, difícil de serem superadas”, (pg. 61)

Em uma outra pesquisa, sobre “Mulher e Cidadania no Brasil” (Rocha-Coutinho, 1996), afirma que “a noção liberal do ‘privado’ abrange o que tem sido denominado ‘esfera feminina’ como ‘propriedade masculina’ e inclui não apenas a preservação deste espaço da interferência do público como também o afastamento daqueles que estão confinados à ele – basicamente mulheres – da vida do mundo público” ...e conclui: “os princípios éticos que distinguem o liberalismo, na prática e na teoria, não estudaram as mulheres, mas apenas os homens racionais na vida real”. (pg.32)

E, ainda que no caso brasileiro, a sociedade heterogênea, desigual e relacional faça com que os direitos legais sejam relativizados, e que, embora haja questões legais relacionadas às mulheres e à sua atuação na esfera pública e que por ação da luta feminista, houve uma ampliação de atuação feminina no mundo público. Diz: “*A história da política democrática brasileira não tem sido muito feliz e o foco em temas como: crianças, família, escola, trabalho, saúde, aborto, abusos sexuais, não se articulam com uma visão política verdadeira, de construção da cidadania como um todo*”. (pg. 36)

Os argumentos e conclusões de Rocha-Coutinho (op.cit.) são importantes para consubstanciar as bases das diferenças de acometimentos dos transtornos ou dos adoecimentos das mulheres com relação aos homens, objeto deste trabalho.

1.2 A EUROPA DO SÉCULO XX

Já em 1908, uma conferência do diretor do Collège de Jeune Filles prenunciava: “o século XX escreverá a história da rivalidade entre homens e mulheres”. Hoje, quase cem anos após, vimos como tudo esta sendo cumprido citado por Lagrave (1993, pg. 81). Ao afirmar que “as diferenças sexuais cristalizadas nas estruturas e incorporadas nas mentalidades parecem tanto mais naturais quanto menos se percebe a quase incessante construção social das quais procedem”, quer dizer que, “apesar da crescente feminização da sociedade, o jogo entre homens e mulheres continua desigual e constituído por uma larga e lenta legitimação dos princípios da divisão sexual do mundo social, quer seja na formação ou no trabalho, separados, mas cujo principal objetivo ainda é escrever e organizar a competência dos sexos (nestes dois mundos), dissimulando com eufemismos a violência e a dominação masculina”. (pg.81)

Apesar de este século ter escrito as suas leis com letras de ouro e assim ser classificado como liberador, quanto à igualdade entre os sexos, o que se vê com clareza é uma evolução positiva da condição feminina, uma influência cada vez maior das mulheres na engrenagem da sociedade, mas sem uma evolução correspondente à evolução masculina o que caracteriza, na verdade, um século decadente.

Embora a Europa inteira siga escolarizando suas meninas, esses progressos variam de um país para outro, mas ocorrem, em todos eles, fenômenos que são comuns, tais como limitação das atividades intelectuais ao terminar o segundo grau ou superior, encaminhamento para a alocação das mulheres nos chamados empregos ou ofícios sedentários, em contraposição aos empregos ativos masculinos, o que induz à formação de um pensamento que

vai permear todo o século XX, que é o da carreira e empregos exclusivos para mulheres. Inclusive, no ensino e nos empregos de nível superior que não fogem à lógica da divisão social e sexual da formação e do trabalho. Adotando um pensamento relacional entre gêneros se descobre, com toda a clareza, uma defasagem das posições entre homens e mulheres, tanto na formação quanto no trabalho.

Lagrange (op. cit.) vai mais longe ao estudar as desigualdades de classes entre as próprias mulheres, o que estabelece uma enorme distância entre uma universitária francesa lutando por uma cátedra e uma operária, cujo instinto de classe prevalece sobre o do sexo, lutando lado a lado com os operários, por um lugar no trabalho. Há um fosso social que separa esta mulher daquela, mas em ambas as situações de classe, ou seja, tanto nas mulheres de formação superior quanto nas operárias, a desigualdade entre gêneros se apresenta.

Há uma sorte social em ser varão (homem), pois no mundo da educação e do trabalho, sem alternância e em qualquer classe, as posições dominantes sempre são ocupadas por homens, e as desvalorizadas por mulheres; os ofícios ou profissões feminizados, sob hipótese nenhuma se masculinizam.

Há, portanto, o que se chama de defecção silenciosa de uma conjuntura injusta e desonesta e de segregação, e não uma competição justa. A família segue a mesma lógica: os homens são “exortados” a trabalhar para sustentar a família, enquanto as mulheres são “condenadas” por trabalhar e “abandonar”, assim, a família.

Assim foi o século XX: educação e trabalho para as mulheres só sob vigilância, sob tutela, desde que não se pusesse em perigo, ou em prejuízo, a família, os títulos e os postos que ocupados pelos homens.

O século XX foi, portanto, o século da segregação, ao constituir dois sistemas separados: de formação e de trabalho. Ao mesmo tempo em que possibilita a entrada maciça das mulheres na educação e no emprego remunerado, marca também a desigualdade de oportunidades escolares e a negação do caráter sexualmente misto das profissões e nos postos de trabalho.

1.3. A ENTRADA DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO E O FEMINISMO

A esse respeito, são imprescindíveis as colaborações de dois autores: Castells (1999) e Beck (2001). O primeiro coloca, como forças propulsoras do trabalho feminino e da conscientização da mulher, o crescimento de uma economia informacional global, que possibilitou a transformação do mercado de trabalho e o acesso das mulheres à educação; mudanças tecnológicas no processo de reprodução da espécie, ou seja, evoluções científicas nascidas da biologia, farmacologia e medicina que possibilitaram o controle das mulheres sobre o seu corpo: gravidez e reprodução, e finalmente a luta do movimento feminista, que eclodiu, ampliou-se, diversificou-se e mundializou-se, apoiando esta passagem e que pode libertar a mulher da família patriarcal (extensa), instituindo a família moderna (nuclear) e criando, posteriormente, uma pluralidade de formas, organizações e arranjos familiares, como é o caso das “famílias chefiadas por mulheres”, estudadas por Nazareth (2003). No Brasil, segundo dados do IBGE, mostrado pela “Revista VEJA”, este segmento cresceu cerca de 30% no último decênio.

No entanto, Castells (op. cit.) é enfático ao afirmar que embora com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, a discriminação legal tenha diminuído e favorecido a equidade futura do mercado de trabalho, à medida que o nível de educação da mulher aumenta, a violência e o abuso psicológico também se expandem, justamente em virtude da ira masculina ante a perda de poder. Da mesma forma, quando afirma que essa não é nem será uma revolução de veludo, pois a paisagem humana na liberação feminina está coalhada de cadáveres, de vidas partidas como acontece em todas as verdadeiras revoluções. O que fica evidente na divisão social e sexual do trabalho, de qualquer forma, apesar da violência de todo esse processo, é a transformação da conscientização da mulher e dos valores sociais ocorridos nestas três últimas décadas e expandidos na quase totalidade das sociedades, o que trouxe conseqüências fundamentais para toda a experiência humana, desde o poder político à estrutura psíquica.

Ao analisar o relacionamento entre os sexos, Beck (2001) tomou como parâmetros teóricos os livros “Guerra sobre as famílias” (Berger e Berger, 1983), “A Batalha dos Sexos” (Ehrenreich, 1983) e “O Terror da Intimidade” (Sennett, 1976), nos quais são evidentes a presença de uma linguagem bélica. Afirma haver um “desenvolvimento armado”, homens e mulheres que se opõem no cotidiano do casal e da família, o que produz uma incerteza profunda quanto ao futuro dos mesmos e um prognóstico de um longo conflito de enfrentamento dos sexos. Na sua pesquisa, realizada na República Federal da Alemanha nos últimos vinte anos, constata um paradoxo ou uma dupla linguagem entre a situação feminina e a masculina. Por um lado, ocorrem mudanças cruciais nos domínios da sexualidade, do direito e da formação. Por outro lado, é inversamente uma “perenidade” dos comportamentos das situações em particular sobre o

mercado de trabalho, ou seja, existem grandes igualdades presas a desigualdades, que persistem e se chocam. A uma “retórica da igualdade”, das palavras masculinas, se contrapõem e se perpetuam “ações de desigualdade”, acumulando contradições entre o desejo de igualdade das mulheres e a dura realidade da desigualdade.

Esta “evolução ambígua” aparece tanto no âmbito da sexualidade quanto ao âmbito do mercado de trabalho. Com relação à sexualidade, observa um aumento crescente do número de divórcios, das chamadas “uniões livres” e de pessoas que vivem sós. A um bilhão de divórcios, Alemanha, no ano de 1984, se contrapõem um bilhão de casamentos ou novos casamentos (regulamentados após o divórcio). As uniões livres passam de 1 a 2,5 milhões, no período estudado e as pessoas que vivem sós, sem serem “celibatários”, com vida sexual ativa e profissional ativas eram em 1981, 12,5% (7,7 milhões). Esses dados caracterizam uma diversidade crescente dos papéis tradicionais, produzindo uma dissolução e uma diferenciação dos elementos de vida e dos modos de comportamento do casal e da família.

O acúmulo de experiências sexuais, antes só permitida aos homens, é hoje, segundo o autor, defendida por 61% das mulheres; contraditoriamente, o comportamento sexual liberado ainda é severamente criticado e normatizado e a maioria das filhas ainda tem como ideal o modelo do casal e da família oficiais e da prática da fidelidade sobre outros tipos de ação, legitimando leis e contratos oficiais oriundos do chamado Direito Estático e da moral da igreja, caracterizando uma evolução ambígua.

Com relação à formação, mercado de trabalho e atividade profissional, Beck (op. cit.) percebe igualmente uma posição mais aberta no plano do “discurso”, acompanhada de imenso imobilismo no plano da “ação”. Assim, a ampla igualdade jurídica e a igualdade quase revolucionária do acesso à formação, garantida a partir da constituição Alemã de 1977, que aboliu certas desigualdades fundamentais, instituiu o direito de as mulheres conservarem seu nome de família original, além da supressão das atribuições das mulheres sobre as tarefas domésticas e familiares, habilitação igual ao exercício profissional, à educação das crianças, etc... Tais mudanças mostram que, enquanto nos anos 60 as mulheres eram desfavorecidas com relação à formação, nos anos 2000 se caracterizam pelo que na concepção beckiana é chamado de “feminização da formação”, mas mostra que esta revolução da formação não é acompanhada de uma revolução sobre o mercado do trabalho e sobre o universo profissional. No Brasil as estatísticas sobre os anos de estudo das pessoas com 10 anos ou mais, realizado em 2001, mostram que as mulheres representam 21,2% do total contra 20,1% dos homens, ou seja, elas estão na dianteira da população em termos de formação acadêmica (Fonte: Boletim Informativo

Brasil – nº5, Dezembro de 2003). Contraditoriamente, as portas que são abertas na formação profissional são fechadas no mercado de trabalho, mostrando que a integração das mulheres na vida profissional segue impreterivelmente uma lógica da determinação social, que obedece a uma hierarquia inversa: as mulheres são menos representadas nas áreas ou domínios definidos como “centrais”, e mais representadas nas áreas consideradas “periféricas” ou “marginais”. Nos setores considerados “influentes”, elas são quase inexistentes, o que se reproduz tanto nas áreas política, econômica, jurídica, acadêmica e até nos setores médios. As mulheres ocupam cargos sempre na base da pirâmide e são quase ausentes nos postos de “direção”, mesmo que tenham formação compatível, como é o caso das mulheres jovens.

Outra evidência importante que nos traz Beck (op. cit.) é que o trabalho com potencial mais significativo de racionalização, ou seja, os trabalhos “taylorizados”, e se incidem de maneira particularmente forte nos setores onde o trabalho feminino é mais representado como a maioria dos postos de trabalho industrial, inclusive como a maioria dos postos femininos nas indústrias de eletro-eletrônicos, no setor elétrico (objeto desta pesquisa), indústria agro-alimentícias, têxteis e de confecções, etc...

Com vistas a esse contexto, o autor mostra que o número de pessoas com formação completa que, mais ou menos voluntariamente, rompe com essa vida ativa e volta a adotar o status de “mulheres do lar” ou a exercer tarefas domésticas, aumentou de 6000, em 1970, para 121.000 em 1982, na Alemanha, mostrando que a motivação muito forte das mulheres “jovens”, por sua profissão e por sua formação, choca-se com as tendências evolutivas inversas do mercado de trabalho.

Assim, ocorre a participação feminina na vida ativa, apresentando novos bloqueios no sistema de vida profissional, ainda em decorrência do trabalho feminino tradicional: tarefas cotidianas, maternidade e família. Porque são nos domínios das antigas repartições de tarefas dentro do lar, e sobre a educação com as crianças, que as modificações são ínfimas, fazendo com que a questão feminina ligada à relação das crianças seja um dos argumentos mais sólidos contra a igualdade das mulheres.

Do ponto de vista dos homens, estes reconhecem, no discurso, a necessidade da emancipação das mulheres do trabalho feminino, a invisibilidade deste trabalho, a ausência de reconhecimento e a conseqüente insuficiência da auto-estima. Eles desejam uma mulher independente, desde que esta independência não fira a autonomia e responsabilidade desta sobre os afazeres familiares, pois atribuem um grande valor à autonomia decisional das mulheres neste setor. Assim, os homens atribuem um aspecto positivo a esta emancipação desde que essa

autonomia não se volte contra eles, ou seja, que não lhe passem responsabilidades sobre as atividades domésticas. Eles se submetem, assim, às exigências femininas desde que não contrariem os seus interesses, mostrando uma certa hipocrisia sobre a repartição dos papéis. O trabalho doméstico é assim perpetuado e continua a pertencer às mulheres, com exceção dos “homens do lar” e homossexuais, citados por Beck (op. cit.), os quais apresentam os mesmos sintomas tradicionais das mulheres.

Por sua vez, o desejo das mulheres, de ganharem independência econômica e de se implicarem numa atividade profissional, continua, conjuntamente, com o desejo de investir na vida do casal e na maternidade, produzindo uma representação ao mesmo tempo profissional de independência e privada de dependência econômica.

Nos homens, a sexualidade não aparece mais como uma “pulsão isolada”, mas como parte de sua personalidade, pois eles apresentam-se como passíveis de mostrarem seus sentimentos e fragilidades e a reconhecerem suas parceiras como cidadãs. No entanto, do ponto de vista estrutural, nada disso produz uma situação diferente, pois estes (os homens) adotam a igualdade dos homens e das mulheres e mantêm a antiga representação do trabalho, não percebendo a contraposição entre seus discursos e seus atos desenvolvendo, assim, uma capacidade impressionante de não ter consciência dos conflitos que proliferam. São até capazes de impor a si mesmos uma repartição de trabalho onde eles delegam às mulheres aspectos fundamentais do seu ser e outras capacidades com relação a eles mesmos, sendo, à seu modo, “dependentes emocionais”. Portanto, dependendo da perspectiva que se utilize, observamos progressos e retrocessos na evolução da relação entre homens e mulheres.

A parte mais importante da pesquisa de Beck (op. cit.) e que guarda estreita relação com o nosso trabalho, é a concepção do “conflito relacional” como expressão das contradições da sociedade industrial sobre o plano privado.

Segundo ele:

“o conflito que eclode ainda hoje entre homens e mulheres, expressa o afrontamento das contradições da sociedade industrial transpostas para o plano pessoal. Estes conflitos e suas conseqüências, advindos da repartição de papéis em função do pertencimento sexual é a base da sociedade industrial (e não uma relíquia feudal) e guarda uma divisão esquemática entre trabalho e existência. A sociedade industrial é fundada sobre uma

comercialização imperfeita ou “truncada” da capacidade de trabalho humano. Assim, industrialização total, comercialização total e vida familiar, sobre formas e atribuições tradicionais, se excluem mutuamente.” (pg. 235)

Portanto, vemos que, de um lado a atividade profissional pressupõe a existência de um trabalho doméstico, e a produção industrial e comercial pressupõe as formas e atribuições do que a célula familiar retém.

A sociedade industrial é, portanto, dependente das situações de desigualdades entre homens e mulheres, mesmo que elas sejam contraditórias com os princípios da modernidade e da individualização. A sociedade industrial se impõe um disparate, especialmente na sua fase de globalização, pós-segunda guerra mundial, ela não consegue abolir os fundamentos modernos e feudais da vida comum de homens e mulheres; ao contrário nutre-se do trabalho doméstico e da dependência material. Diz Beck:

“o universalismo do mercado não respeita mais as zonas de tabu por eles mesmo instauradas, de liberação particularmente das mulheres sobre o seu destino feudal, nascido da sociedade industrial: o trabalho doméstico e a dependência material. Uma tal evolução abrange a repartição entre produção e reprodução” (pg.135)

Os efeitos da sociedade industrial são igualmente evidentes, não só no âmbito da família, mas na dinâmica da individualização, produzindo um abismo entre o “eu” e a identidade feminina, e entre o “eu” e a identidade masculina impostas. Os gêneros são atingidos por uma violência que eles mesmos não compreendem, mas que produzem categorias ligadas ao mais profundo de nós mesmos, formadas pelas regras de repartição dos sexos, aos seus atributos e a seus pressupostos feudais.

Assim, quaisquer que sejam as formas de vida comum entre homens e mulheres, elas fazem surgir conflitos que aparecem sempre sobre a jornada privada familiar, mas a família não é mais a causa, e sim seu produto e o fundamento do sistema industrial.

Beck aponta para a existência simultânea de estratégias privadas e políticas que podem respaldar as decisões de homens e mulheres, pertinentes às oposições de suas situações. Essas possibilidades de decisão têm um corte pessoal (decisões sobre ocupação com as crianças,

carreira profissional, dependência ou independência econômica, etc) e um corte institucional (possibilidades de creches, jornada de trabalho flexível, etc) que atuam e interferem mutuamente.

Por fim, o autor aponta a sociedade industrial como uma sociedade de classes, contraditória, que guarda uma modernidade e uma contra-modernidade, uma forma social híbrida: os estágios feudais, herdados das sociedades feudais, revistos pela modernidade e que podem “explodir” sobre o domínio privado – nas condições de vida de homens e mulheres.

Para ele:

“de um ponto de vista teórico nós podemos definir as especificidades das oposições entre as condições de vida dos homens e das mulheres por oposição a situação de classe. As oposições de classe são originadas do século XIX, da pauperização material de parte importante da população trabalhadora. Estas oposições não estão somente no espaço público. As oposições entre os sexos aparecem com a destradicionalização da família, elas eclodem principalmente sobre a estrutura a dois, elas se mostram “na cozinha ou no quarto das crianças” e acrescenta: “as esferas da produção e da família e a forma como elas se apresentam são separadas e instituídas, mas ao mesmo tempo, as situações respectivas dos homens e das mulheres, nascida deste princípio repousarão sobre suas atribuições a origem deste nascimento” (pg.238)

Em síntese, segundo Beck (op. cit.), o século XIX, de desenvolvimento da sociedade industrial, tem tatuado suas marcas nas formas da célula familiar, contraditórias, que retém essas formas destradicionalizando-se. O trabalho familiar e a produção são regidos por dois princípios de organização. A produção por regras, que pertencem ao “mercado” e o trabalho familiar, com regras assemelhadas ao “comunitarismo coletivo do casal e da família”, fazendo com que o sistema de desigualdade, originado na produção, reforce a diferença de remuneração, de profissão de posição com relação aos meios de produção, etc. Condições estas estendidas à situação familiar – o trabalho familiar não remunerado é concebido com um dote natural do casamento. Traz em troca, o retrocesso, a dependência do outro para a sua própria subsistência. Na sociedade industrial, o trabalho doméstico é perpetuado tanto quanto a existência, formada pelo mercado de trabalho.

A sociedade industrial traz, então, como produto e fundamento, um princípio de oposição sistemática entre trabalho e vida. Assim, o contexto do século XIX é tão afetado por este fenômeno quanto o final do século XX. Há um apelo para se continuar a luta e para se experimentar “formas de reunificação entre trabalho e vida, trabalho doméstico e atividade profissional, etc... partindo da tese de que a ordem do privado advém da política e se expande sobre todos os domínios. O autor afirma que: “é impossível operar uma mudança da sociedade no interior da família, sem modificar as estruturas da sociedade” (pg. 244), mais especificamente, “é impossível realizar igualdade entre homens e mulheres no interior das estruturas institucionais que pressupõem desigualdade entre homens e mulheres” (pg.244)

O trabalho de Beck (op. cit.) é primoroso, especialmente por fazer um elo entre o político e o privado, por expor corajosamente os flancos da sociedade industrial, tão convenientemente encobertos; por responsabilizá-la pela desigualdade de classes e entre homens e mulheres, seus conflitos, seus transtornos, seu adoecimento, seus desencontros, e, sobretudo, por apontar saídas difíceis, mas politicamente corretas.

Frente ao exposto, Beck (2001), de forma semelhante a Castells (1999), interrogando a possibilidade de saídas dos papéis femininos e masculinos, sinaliza cinco elementos que contribuíram para a evolução e emancipação das mulheres, das leis imperativas e estereotipadas aplicadas pelos homens sobre o seu “destino sexual” e do cerco tradicional imposto à sua feminilidade:

- Primeiro, a extensão da expectativa de vida o que ele chama de “emancipação demográfica das mulheres” ampliando a “existência pelos filhos”, que se tornou transitória, pela “existência cidadã” produzida nestes últimos decênios, que ligaram milhões de mulheres ao mercado de trabalho ;
- Segundo, a transformação da estrutura do trabalho doméstico, produzindo uma “re-qualificação” do trabalho. Ex: indústria de eletrodomésticos e alimentícias, com comidas semi-prontas o que retirou as mulheres do isolamento e racionalizou o trabalho, transformando o antigo trabalho “invisível” em trabalho “residual” e possibilitando às mulheres uma vida “plena”, com atividade profissional externa.
- Como terceiro fator, mostra que os meios de contracepção e regulação dos nascimentos (já citados por Castells), transformaram o “destino natural” na maternidade “voluntária” e, em

crianças “desejadas”. O trabalho feminino produz maternidade “sem” dependência e renúncia.

- O quarto elemento refere-se ao número crescente de divórcios, que traz à tona a fragilidade da dependência material da mulher da família do homem ou do Estado, como provedores indispensáveis à subsistência, o que fez com que as mulheres se ligassem maciçamente ao mercado de trabalho, via atividades concretas como mostram as estatísticas recentes.
- O quinto elemento refere-se à equalização das chances de formação profissional, produzindo uma “ espiral de individualização” formada pelo mercado de trabalho, formação profissional, mobilidade e planificação da carreira. O aumento global da emancipação das mulheres, dos seus papéis e atribuições tradicionais e da instalação do seu destino como categoria feminina moderna, que é irreversível. O que não confere, no entanto, uma independência econômica e da carreira direta, sem contradições no seio das famílias. As mulheres passam pela dificuldade em conciliar a vida profissional e familiar. Os baixos salários, a rigidez das leis que envolvem o mercado de trabalho assalariado, a não divisão do trabalho doméstico fazem muitas mulheres retornarem à situação de “maternidade” e continuarem a depender dos homens. Esses elementos fazem crer que as mulheres conseguiram apenas uma situação intermediária entre a ausência de liberdade e a independência econômica.

Beck (op. cit.) coloca, finalmente, dois temas como contribuição contrária à emancipação feminina: os filhos e a subsistência econômica, que necessitam de superação dos modelos tradicionais. Propõe, então, instituir um modelo de dois membros trabalhadores, com repartição de deveres e tarefas baseados na solidariedade, o que produziria harmonia familiar e diminuição de conflito entre homens e mulheres, com possibilidades mais igualitárias no mercado de trabalho e com a instalação de diversidade de relações íntimas duráveis, que possam fazer uma existência plural e que, mesmo atravessada por rupturas e contradições, possam superar os conflitos históricos sob formas novas de experimentação de vida em comum, até agora historicamente impossíveis.

De forma semelhante, Castells (1999) enfatiza as quádruplas jornadas femininas de trabalho como: Trabalho remunerado, a organização ou a administração do lar, a criação dos filhos e a jornada sexual noturna em benefício do marido, como responsáveis em colocar as mulheres à beira de um ataque de nervos, ou dentro deste.

Enfim, reafirmando o que já foi dito, as mulheres entram dentro do mercado de trabalho formal, desajeitadas, sobrecarregadas, com desvantagens, submetidas às contradições e duplamente exploradas.

1.4 TRABALHOS MARGINAIS, PARCIAIS, RESIDENCIAIS, VOLUNTÁRIOS, TAYLORIZADOS, ESTÁGIOS, ETC.

Lagrove (1993) pergunta: Qual é a pátria das mulheres, trabalho ou família? Mostra que na primeira guerra mundial, com os conseqüentes sinais de enfermidade infantil do capitalismo, como depressão, crise, quebra da Bolsa, desemprego estrutural resultaram úteis às mulheres, pois foi nesse contexto de turbulências estruturais e conjunturais, que a educação - trabalho feminino experimentou notáveis progressos. Porém, já dito pelos citados autores, as mulheres vivem a contradição de terem de escolher ou acumular a responsabilidade pela família e pelo trabalho. O que caracteriza, segundo Castells (op. cit.), uma quádrupla jornada, por um salário sempre menor e a aceitação de trabalhos marginais, não-oficiais, destinados a cidadãos de segunda categoria: mulheres e imigrantes. Os chamados trabalhos parciais ou de meio-expediente para complementar o orçamento familiar.

Ainda segundo Lagrove (1993), elas enfrentavam isto, não sem pressões sociais e verdadeiras campanhas para que retornassem aos lares. Às chamadas campanha de reconstrução nacional, entre 1920 e 1930, desencadearam uma nova ofensiva ideológica de grande envergadura para produzir o aumento das taxas de natalidade e diminuir a quantidade de trabalhadoras, já que os homens voltaram às fábricas, com o objetivo de fazer as mulheres regressarem ao lar, especialmente as mulheres casadas. O que constitui uma estratégia bem planejada, com a participação da igreja católica, através das ligas femininas católicas e do patronato adepto do catolicismo social. O objetivo era um só – retirar as mulheres das fábricas e colocá-las dentro de casa. Embora se assinalem dois pólos neste discurso: um radical e repressivo, e outro educativo e positivo, de revalorização do trabalho doméstico. Inventa-se isso: a mãe educadora e a dona de casa racional e taylorizada.

O taylorismo do trabalho doméstico é um tema muito interessante, embora estejamos tratando aqui somente da divisão social e sexual do mercado de trabalho formal. São, desta época, o florescimento dos cursos de economia doméstica com a mecanização da cozinha e o aprender a participar da mais-valia do capital social ao consumir menos, porém melhor racionalizando os gastos são expressões do discurso familiarista, com suas enormes

contradições. A verdade é que as mulheres, espremidas entre o mundo do trabalho e da família, são as que sofrem mais, ou, de acordo com as nossas hipóteses, adoecem mais que os homens e se submetem às oscilações e contradições da economia em crise, e pagando um preço muito alto de adaptação ao mercado de trabalho; as mulheres resistem sem grandes progressos, mas também sem retrocessos notáveis.

Lagrange (op. cit.) cita duas Europas: uma do norte, mais progressista, e que absorve mais mão de obra feminina, e a outra do sul, mais atrasada. A conclusão que se chega, na análise deste período, é que o trabalho na Europa segue sendo, na sua maior parte, masculino, e se constitui em até o triplo com relação ao das mulheres, por volta de 1920. O trabalho em Furnas de hoje, como veremos, também é proeminentemente masculino.

Contudo, percebemos também a resistência das mulheres ao fechamento doméstico, mas não sem repercussões perversas no mercado de trabalho feminino, como a formação dos empregos tipicamente sexados e diferenciados entre as classes sociais. Assim, neste triplo processo, seguem-se às formas pré-capitalistas de trabalho (trabalho a domicílio e trabalho familiar) que são: a redistribuição industrial da mão de obra feminina, o aumento dos empregos femininos e o avanço das mulheres nas carreiras intelectuais e liberais, que inclusive se diferenciam nas diversas classes sociais a que pertencem. As filhas das famílias burguesas avançaram mais, sobretudo em formação superior, que as filhas das operárias (técnicos e primários); mais uma vez a questão do emprego diferencial entre as classes atinge mais as mulheres que aos homens. Em Furnas é das mulheres, a maior parte dos trabalhos terceirizados, cujo sistema de trabalho é mais precário e não há acesso à maioria dos benefícios.(Furnas, 2005).

As mulheres com pouca ou nenhuma formação vão ocupar empregos desqualificados e evidentemente taylorizados, com fins de dar mais evidências às qualidades femininas historicamente produzidas e não “naturais”, de terem menor formação, de serem menos competentes, menos responsáveis e mais sujeitas à instabilidade e ao “absenteísmo” (ausência do trabalho por motivo de doença).

Para fins de lucro e acumulação, se dá mais preferência aos empregos das mulheres que ao dos homens, diz Lagrange (op. cit.): “a economia os distribui de acordo com a lógica da segmentação da mão de obra e da divisão sexual do trabalho segundo a lógica dos dados “naturais”. (pg.87)

As mulheres e “os homens sem qualidade”, ou seja, os imigrantes, são submetidos a essa violência dupla, principalmente nos casos das menos favorecidas. As mulheres operárias são assim, mais violentadas que os operários e os “imigrantes”, mais desqualificados que os

operários dotados de qualificação. Por este motivo, as ambições intelectuais das mulheres tendem a ser limitadas ao terminarem os estudos secundários. Fomenta-se assim a cultura do emprego exclusivo para as mulheres ou das chamadas profissões femininas.

Nem o ensino superior escapa da lógica da divisão sexual. São da época as reações feministas a esse encurralamento da formação e do mercado de trabalho feminino. Através de livros, ou ações sociais que convidavam as mulheres a ocuparem todos os campos em que poderiam competir com os homens e a seguirem carreiras masculinas. Produziu-se assim uma difusa forma de consciência de que é impossível, em uma só geração, a mobilidade de classe almejada, encaminhar as mulheres, fazendo-nos notar a virulência da política familiarista, que atua de forma descabida sobre as mulheres.

Embora em vários setores o emprego masculino não seja equivalente, em ritmo e perfeição, ao das mulheres, percebemos claramente que a lógica econômica utiliza o trabalho das mulheres como um jogo, um jogo capitalista desigual e desonesto, mesmo quando, por sua conveniência, emprega mais as mulheres. O emprego feminino aloca-se mais no setor de serviço e indústrias, estes mais submetidos às variadas crises que o setor industrial masculino qualificado. Quando o mercado de trabalho precisa reduzir salário, no entanto, vai atrás das mulheres.

As mulheres casadas e os imigrantes são vítimas já conhecidas da lógica familiarista. A eles, o trabalho a domicílio (trabalho negro), ou na fábrica, o trabalho menor, desqualificado (menos salário, menos assistência à saúde, indenizações menos elevadas, etc.). Assim, as mulheres e os imigrantes são os joguetes preferenciais dessa lógica; são também, ao mesmo tempo, beneficiados e prejudicados. Quando o mercado se expande, os recruta, e, quando se retrai, os expulsa. As mulheres casadas são joguetes especiais da lógica familiarista, que lhes impõe uma dupla culpa, pois não se diz que “deixem o trabalho”, mas as coloca na posição de que nunca deveriam ter trabalhado. Estas são, por isso, mais exploradas e menos ouvidas. Assistimos, na Inglaterra de 1929, a chamada “Lei das Irregularidades”, através da qual se proibia a assistência à seguridade e à saúde às mulheres casadas, a menos que o marido fosse inválido.

O retrato das mulheres no período pré-segunda guerra mundial, pode se configurar de acordo com o seu viés de classe – a jovem que escapa da condição de operária ou campesina, para se alocar na área de serviços, ou se tornar enfermeira ou secretária. As mulheres casadas levadas a redescobrir os encantos do lar e dos filhos. As jovens das classes sociais mais altas

com formação intelectual, com mais condições de trabalho buscam “bons casamentos”, e por último, a mulher operária – sem chance, no último degrau da exploração feminina.

No período pós segunda guerra, a indústria evoluiu, inclusive o setor de serviços; a formação feminina evoluiu e as mulheres participavam, cada vez mais, da produção da riqueza, tanto no sistema educativo quanto do mundo no trabalho, mas estavam longe de obterem os benefícios justos esperados e foram relegadas a ocuparem postos cada vez mais feminizados e de níveis mais baixos, isto é, desnecessários. É neste período que se estabelecerá a chamada “naturalização” da divisão sexual do trabalho. Na Europa, a maior proximidade, ou seja, igualdade de empregos masculino e feminino, se dá nos setores médios. Esta afirmação se mostra compatível com aquelas apresentadas por autores como Castells (1999), nos EUA e Beck (2001), na Alemanha sobre o crescimento do emprego feminino nas profissões intermediárias: comerciantes, artesãs, profissões docentes e liberais, etc.

Mas, as bases sociais do familiarismo continuam a atuar e, dentro disto, vale salientar a “desilusão” pela distribuição desigual de tarefas dentro do lar. As crianças estão destinadas às mães, de forma que é impossível medir estatisticamente a influência da incidência de filhos sobre a carreira masculina. Ao contrário, tem conseqüências positivas sobre a carreira masculina. Ao inverso, as mulheres que trabalham e têm filhos, realizam três vezes mais trabalhos domésticos que os homens. As mulheres acumulam dois tipos de trabalho: um trabalho remunerado no mercado de trabalho e um trabalho não remunerado – no lar, enquanto a maior parte dos homens exerce apenas o trabalho profissional. Para os homens, este trabalho é um direito natural; para as mulheres é uma anomalia. Na perspectiva marxista, o trabalho assalariado é considerado alienado, mas para o movimento feminista, esse mesmo trabalho é considerado liberador. Por isso dizemos: as mulheres sofrem com o trabalho, uma exploração sobre exploração. Porém, reconhecem que serem duplamente exploradas ainda parece melhor que a prisão domiciliar. Ao nosso ver, essa situação não tira o brilhantismo das análises marxistas sobre o trabalho nas sociedades capitalistas, apenas mostra a lamentável posição da mulher. Não se trata de um paradoxo.

Com relação à formação, observamos que a escola desempenha um papel ao mesmo tempo, conservador e emancipador, na reprodução das distinções sociais entre os sexos. E, tiramos disto três conseqüências principais sobre a inserção das mulheres no mundo do trabalho: estimula o ingresso ou reingresso numa atividade profissional, permite àquelas com titulação superior integrar-se em profissões masculinas e, uma terceira, que em muitos países, a taxa de atividade profissional aumenta, na medida em que é maior o nível escolar.

No entanto, verificamos que a cada progresso numérico das mulheres, no que se refere a educação ou ao mercado de trabalho, se contrapõe uma nova invenção para manter a discriminação entre os sexos, ou seja, a “construção da discriminação sexual” pode ser “falsa”, apesar da aparência de real. A discriminação, ou segregação profissional, pode ser, por exemplo, direta (título ou salário menor para as mulheres) ou indireta (concessão de vantagens aos homens), contribuindo com a existência da discriminação, não apenas pelas condições diferentes, senão pelas diferenças das condições.

Outra observação importante é a de que, para as mulheres que escapam dos empregos femininos e que exercem uma profissão masculina, a defasagem não se produz em função da profissão, senão da hierarquia dentro da profissão (entre postos de direção e postos de execução). Exemplos disso, são as mulheres engenheiras que, na sua maioria, exercem cargos de execução e quase nunca cargos de direção, o que guarda uma imensa distância com relação aos homens. O caráter classista da feminização da formação se evidencia, e se aprofunda, quanto mais baixos são os níveis.

A divisão sexual do trabalho não é só uma simples divisão do trabalho sexuado. Ela contém uma violência simbólica que se intensifica na medida em que mostra uma competição quase perfeita entre homens e mulheres, construindo artificialmente uma diferença onde esta não existe. Isto nos faz crer que as desigualdades salariais entre homens e mulheres não sejam puro reflexo da diferença de posições profissionais, que também aumenta com a idade e a qualificação, mas que a feminização de um emprego seja fatal para a remuneração, enquanto que, em sua masculinização, ocorra o contrário. É construída artificialmente, uma série de justificativas, como: força física (masculina); qualificação na execução de tarefas em contraposição à rapidez de execução (feminina) o que mostra a frustração de todo o intento de igualdade entre homens e mulheres.

Com relação à divisão sexual do trabalho em tempo parcial, considerada o último golpe legal da desvalorização das mulheres, reúne os dois pólos das atividades femininas: a família e o trabalho. Esta forma de trabalho truncado e sem perspectivas de promoção, é impeditivo à evolução de uma carreira profissional. Coloca também a família contra o trabalho e produz, sobre a divisão sexual do trabalho, uma divisão sexual do tempo de trabalho: um tempo completo para os homens e um tempo parcial para as mulheres, que ademais é sub qualificado, mal pago e desvalorizado, formando um dualismo artificial no mercado de trabalho que, por sua vez, legitima a divisão sexual do trabalho como produto de uma naturalidade econômica,

mas que produz uma intensificação das discriminações e uma re-atualização sem trégua das divisões sexuais.

Temos que por às claras a divisão sexual do trabalho como produto de uma construção social e política, um instrumento econômico e de segregação social efficientíssimo de preservação da lógica capitalista para o futuro (Basaglia, Baremlitt, Guattari, Deleuze, Illich, entre outros), autores estudados no capítulo seguinte. Enquanto isso, “homens e mulheres têm mais razão para se odiar do que para se amar” (Costa, op. cit.).

Nos tempos pós-industriais, para os mesmos fins de acumulação, numa época própria à restrição ou liberalização do emprego, de automação, etc, mostra-se necessário começar a trocar mesmo o conceito de trabalho, na sua natureza e no seu nome. O novo nome é “emprego_voluntário”. A legislação e os direitos dos trabalhadores ficam aí driblados e o instrumento primordial para fazer isso é a divisão sexual do trabalho. Esta, por sua vez se constitui num dos pilares da chamada flexibilização do trabalho que é uma das formas de degradação que toma o trabalho no século XX.

Em 1975, ano internacional da mulher, foram proclamadas novas cláusulas consensuais que buscam a igualdade entre homens e mulheres. Ao contrário, sabemos que elas deixam, na sua profundidade, campo livre para as desigualdades e somente expressa uma “ilusão” de igualdade de oportunidades. A feminização das áreas de formação se torna atraente para as meninas, reproduzindo as diferenças de valor no ensino e a perpetuação das desigualdades, e mostrando haver uma construção intencional escolar das diferenças.

É a escola estimulando a segregação sexual através da diferença de formação que, por sua vez, são traduções escolares dos estereótipos predominantes na sociedade. Na formação, a matemática e as ciências exatas se constituem num divisor de águas entre os eleitos e os relegados. De forma que se precisa, hoje, não apenas obter o título, mas conhecer sua rentabilidade no mercado de trabalho. Que escola é essa que formamos, que perpetua e aprofunda as desigualdades?

O mercado de trabalho se organiza legalmente, primeiro através do trabalho parcial, depois do desemprego, sendo, o risco de ficar sem emprego maior para as mulheres que para os homens. Por exemplo, na França de 1968 a 1987, como cita Lagrave (op. cit.), há uma fragmentação intencional da mão de obra, através da divisão sexual do trabalho que se torna o princípio organizador da desigualdade de empregos. Construindo a concepção de que o “verdadeiro trabalho” está nas mãos dos homens, às mulheres se destinam apenas os trabalhos “colaterais” ou “marginais”. Dessa forma, a desigualdade entre homens e mulheres só faz aumentar. Assim, a cada avanço numérico das mulheres no mercado de trabalho, corresponde uma nova invenção para manter as diferenças, produzindo a discriminação e a segregação profissionais. Estas práticas reproduzem não só as condições diferentes, mas também as diferenças das condições de trabalho.

Portanto, todas essas leis que preconizam superficialmente a igualdade, reproduzem a desigualdade e ignoram que tudo já vem decidido, desde a formação das meninas nos ramos femininos. A socialização das opções profissionais e a formação dos “gostos” e até a política do emprego. Tudo já é preparado para embotar ou angustiar a “boa consciência” da desigualdade de oportunidades, em matéria de educação e trabalho.

As leis dos direitos das mulheres e os movimentos feministas têm esquecido que o corpo politizado é um corpo no trabalho. Para as mulheres, este corpo é discriminado cotidianamente e a desigualdade é reproduzida infinitamente, desde a socialização diferencial dos sexos nas famílias, nos processamentos de orientação escolar, nas áreas de formação femininas e desvalorizadas e nas modalidades de emprego. À construção da identidade feminina seguem-se em formas infinitas de segregação e discriminação, que se alastram para a divisão do saber (formação) e divisão do trabalho propriamente dito. Rocha-Coutinho (1995) e Castells (1999) tecem considerações importantes sobre a construção desta identidade, como já foi mostrado anteriormente.

A economia é uma construção social e política que desempenha um papel de primeira ordem na perpetuação das desigualdades. Por sua vez, a divisão sexual do trabalho é o fundamento mesmo da gestão diferencial de mão-de-obra por parte das empresas que, ao produzirem desigualdades, produzem também mal-estares e doenças. Esses são os fundamentos da produção social das doenças, ponto central do presente estudo.

Apesar de tudo, as mulheres permanecem no mercado de trabalho, devido a um conjunto de razões, tais como o aumento nível de instrução, aumento dos empregos públicos, fomento da área de serviço e de informatização da economia, como defende Castells (op. cit.), novas atitudes frente ao casamento e o divórcio, escolarização infantil mais cedo, difusão de um modelo positivo das mulheres que exercem uma profissão. Mas essa permanência se deve também a fatores que levam a degradação do trabalho durante todo o século XX: incremento de empregos precários, tais como: trabalho em tempo parcial, trabalho negro, trabalho em domicílio, trabalho interino ou período de práticas de formação-emprego, que são os conhecidos “estágios”, que caracterizam o acesso marginal das mulheres ao mercado de trabalho.

Para finalizar, concluímos com Lagrave (1993) que a história das mulheres é uma história de relação desigual, história da construção social da desigualdade entre os sexos, ou seja, história da dominação masculina pensada com um dos “motores” da História.

1.5 ORGANIZAÇÃO CIENTÍFICA DO TRABALHO E DIVISÃO INTERNACIONAL E SEXUAL DO TRABALHO

Embora sejam dois, os elementos participantes do processo produtivo nas sociedades capitalistas - trabalho e capital - o capitalista compra a força de trabalho dos trabalhadores e se apropria dos efeitos valiosos da mesma. Os produtos de trabalho, que passam a lhe pertencer, e que, por sua vez, geram excedentes e acumulação. Torna-se, então, proprietário da força de trabalho, por um período de tempo. Sendo assim, o processo do trabalho tornou-se responsabilidade do capitalista, que obtém “plena utilização” da força de trabalho, em contradição com os interesses do trabalhador (antigo dono de sua própria força de trabalho), produzindo uma “alienação” progressiva dos processos de produção nas mãos de quem os produz – o trabalhador. Para tal, necessita de formas científicas de organizar o trabalho, cuja base principal é a gerência científica (Brauerman, 1981). Tais processos são descritos com precisão pelo referido autor quando coloca que do trabalho se tira “valor” e o torna desvalorizado “degenerado”, e ao capital, se acrescenta valor (excedentes do trabalho) e o torna “acumulado”, expandido, integrado e, porque não dizer, mundializado, globalizado.

Assim, no século XX, o modo de produção das sociedades capitalistas, em fase de industrialização, gerou, em função de seus interesses, uma divisão social do trabalho com

processos e organização ágeis e quantitativamente eficazes. Chamada Organização Científica do Trabalho porque foi baseado em princípios da Psicologia e da Sociologia industriais da época e cujos principais protagonistas foram Taylor (op. cit.), Fayol, Elton Mayo, Ford, e outros. Por isso, foi por eles chamados de “Organização Taylorista do Trabalho”.

O movimento da gerência científica foi iniciado por Frederick Winslow Taylor nas últimas décadas do século XX e, por definição do autor, “a gerência científica significa um empenho no sentido de aplicar os métodos de organização da ciência nos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão” (pg.82).

As idéias de Taylor se expandiram para além das fronteiras americanas e inglesas. Elas se tornaram conhecidas e foram aplicadas em todos os países industrializados mesmo antes da Primeira Guerra Mundial. Na França se chamou-se inicialmente “l’organisation scientifique du travail”, e depois, com a reação contra o taylorismo, “l’organisation rationnelle du travail”, na Alemanha se chamou apenas de “racionalização”.

Este tipo de organização do trabalho mostrou-se extremamente eficiente no que se refere à produção e à acumulação de riquezas que, embora geradas pelos trabalhadores, nunca retornaram para suas mãos. Do ponto de vista da qualidade, o processo de trabalho sofreu uma degradação durante todo o período, porque:

- Foi retirado dos trabalhadores, não só a propriedade dos instrumentos de produção mas, todo o poder e conhecimento sobre o seu trabalho;
- Foi transferido este poder para as gerências;
- Separaram-se, assim, planejamento e execução, pensamento e ação, mente e corpo, trabalho intelectual e trabalho manual;
- Intensificou-se e parcelarizou-se cada fase do processo de trabalho e este foi colocado sobre o controle das gerências;

Enfim, os trabalhadores não só perderam o controle dos instrumentos de produção, como também perderam o conhecimento do seu trabalho e do modo como o executam.

Por suas contradições, esta forma de organização do trabalho não consegue adaptar verdadeiramente os trabalhadores, produzindo apenas uma aclimatação aparente e uma relação empobrecida e rotinizada com o seu trabalho.

Como conseqüência, esta forma de organização do trabalho determina uma grande parte dos problemas de saúde existentes entre os trabalhadores, acionando o sistema de frustração-

ansiedade reativa, impedindo o fluxo da energia psíquica e fazendo com que o aparelho mental perca a sua versatilidade, produzindo doenças tanto psíquicas quanto orgânicas. Estas são as bases da exploração que sofrem, indistintamente, todos os trabalhadores.

Com as mulheres ocorre o que chamamos de exploração sobre exploração, por caracterizar a exploração doméstica (trabalho doméstico, não-profissional, não-assalariado e não-remunerado), acrescida da exploração do trabalho formal; ou para caracterizar que é sobre a exploração dos trabalhadores em geral, na organização social do trabalho, que se intensifica a crueldade sobre os processos do trabalho feminino – exploração na organização do trabalho em geral sobre a exploração da organização social e sexual do trabalho.

Ao especificar a divisão do trabalho entre homens e mulheres, tanto na esfera doméstica quanto na profissional, procura-se não negar, mas afirmar como o determinismo econômico atua de forma específica na intersubjetividade de homens e mulheres, muitas vezes, vinculando-os à ciência, à família e ao conflito entre eles. Trata-se, também, de articular os domínios da sociologia do trabalho e da família, de articular igualmente o determinismo histórico, sócio-político - econômico e entender que nada existe fora disso. Hirata (1993) mostra como os métodos tayloristas são prioritariamente aplicados às mulheres, e a gerência Taylorista aplica-se predominantemente ao trabalho feminino tanto nos países do Norte quanto nos países do Sul. Assim, a produção controlada, parcelizada e estandarizada são apoiadas mais eficazmente sobre o trabalho feminino, por exigir um nível de “alienação” maior.

A taxa de Precarização (Conceito da OIT) por gênero e raça, avaliada no período de 1992 a 2001, que abrange todos os assalariados de quinze anos ou mais no mercado de trabalho brasileiro, mostra como as mulheres negras (49%) e brancas (34%) estão com índices superiores aos homens negros (43%) e brancos (30%). (FONTE: Desigualdades e discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho Brasileiro no século XX. Relatório apresentado à OIT Brasil em abril de 2003, in: MARTINS, Roberto Borges, “ Desigualdades raciais e políticas de inclusão racial: Um sumário da experiência brasileira recente”. CEPAL, abril 2004, pg. 44).

No período pós-industrialização dos países desenvolvidos, e devido às crises político-econômicas mundiais e ao avanço na luta dos trabalhadores, incluindo o feminismo, as contradições daquela forma de organização do trabalho se tornaram mais flagrantes. Tentou-se, então, introduzir, ou mais precisamente, travestir as formas anteriores de organização de trabalho em Círculos de Controle de Qualidade – “C.C.Q”, “Kanban” – “Just in Time”, etc, algumas das designações dadas aos trabalhos de controle de qualidade, cujos princípios não produzem mudanças substanciais nos padrões tradicionais de trabalho e produção. O esquema de

participação ou grupalização dos trabalhadores, proposta por estas “novas” formas, não alteram, com profundidade, as formas rotinizadas, enfim, “taylorizadas”, de realização do trabalho. A propagada participação dos trabalhadores se dá apenas no nível de “sugestões informais”, mas caracteriza o que se chama de “destaylorização” do trabalho, que constitui um abrandamento dos métodos tayloristas.

Embora não se constituam numa mudança profunda, estes métodos encontram-se mais presentes nos países de capitalismo central (do Norte) e nos trabalhadores masculinos, e são quase ausentes nos países em vias de desenvolvimento como o Brasil e principalmente, no trabalho feminino.

Constata-se a necessidade de organizar a produção sobre a base de novos modelos, mais flexíveis, modelos alternativos ao “taylorismo” e ao “fordismo”, o que depende do nível de especialização, da re-qualificação da mão de obra, da aplicação de técnicas e métodos de gestão inovadores e do avanço dos movimentos sindicais e sociais, entre os quais do feminismo.

Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, os métodos “tayloristas” imperam junto com “ilhas” de modernidade e sofisticação tecnológica, presentes em proporções contrárias nos países do Norte. Em outros países mais subdesenvolvidos, persiste o “taylorismo”, com predominância para as mulheres, e a divisão sexual do trabalho doméstico e familiar.

1.6. CONSEQÜÊNCIAS DA EXPANSÃO DO TRABALHO FEMININO

Voltando a Castells (1999), a inserção das mulheres no mercado de trabalho remunerado, no fim do século passado, produziram profundas transformações, tanto na esfera do trabalho e do mercado quanto na esfera da família. Os dados gerais são de 1990, quando quase 900 milhões de mulheres já eram consideradas economicamente ativas e se constituíam em aproximadamente 33% saltando no final do século para 51% da força de trabalho global. Em quase todos os países ocidentais, a taxa de trabalho feminino cresceu no mundo inteiro; em alguns até maiores que a dos homens como na Rússia que desde 1970, já são mais altas (dados da ONU citados por Castells).

Contudo, a entrada maciça das mulheres na força de trabalho remunerado, atribuída a informatização, integração em rede e globalização da economia, e a segmentação do trabalho em gênero (sexo) estão especialmente alocada no setor informacional e setor de serviços, em todo o mundo, como também no setor agrícola. Em termos globais, cerca de 50% atuam no setor de serviços, sendo 85% nos EUA e Reino Unido, contra 80% na Ásia, 60% na África no setor

agrícola (dados da ONU citados por Castells). A concentração do trabalho urbano feminino ocorre predominantemente no setor de serviços pessoais e sociais o que mostra que nos países desenvolvidos existe correspondência direta entre tipos de serviços ligados a informatização de economia e trabalho feminino. Contudo, houve também crescimento nas categorias de profissionais liberais, técnicas, administrativas e gerenciais embora com maior intensidade em atividades de escritório.

A conclusão a que chega Castells é a de que as mulheres não estão sendo relegadas a realizar serviços que exijam menor especialização: são empregadas em todos os níveis da estrutura e o crescimento do número de cargos ocupados por mulheres é maior na camada superior da estrutura organizacional. O que existe é uma discriminação, uma exploração sobre exploração, pois as mulheres ocupam cargos qualitativamente semelhantes ao dos homens, mas ganham menos que eles. Cerca de 60% (do salário dos homens, para os mesmos cargos) em 1965, nos EUA, passando a 72% em 1972. Também está provado que as novas economias industrializadas introduziram mulheres no mercado de trabalho justamente por receberem baixos salários. Em quase todos os níveis da estrutura de cargos, as mulheres têm a suas qualificações reconhecidas, uma vez que estão cada vez mais sendo promovidas a cargos multi-função, mas a diferença salarial persiste no mundo inteiro.

Os principais fatores que induzem à explosão da contratação de mão de obra feminina estão todos ligados à acumulação capitalista:

- Primeiro, a possibilidade de pagar menos pelo mesmo trabalho (mesmo nos altamente especializados);
- Segundo, as habilidades femininas no relacionamento – “o gerenciamento de pessoas “ passa cada vez a ser mais importante que o “gerenciamento de dados”, aptidões adquiridas nas tradicionais tarefas femininas domésticas, de manter a “coesão familiar” e de promover a interação da família, responsabilidade feminina da era patriarcal. As tarefas femininas restritas ao domínio privado podem ser aqui aproveitadas (mercado formal de trabalho) e obviamente exploradas;
- Ainda um terceiro, e mais preponderante fator, é a sua flexibilidade como força de trabalho, em termos de horário e tempo, por causa da responsabilidade com o trabalho doméstico, filhos e marido, ainda pouco distribuído entre o casal. O que ajuda a mulher a dar conta dos dois mundos e, ao capitalista a pagar muito menos e lucrar muito mais com os chamados empregos de meio-expediente (Brasil) ou “half time” (Alemanha);

Todos esses fatores colocam, freqüentemente, as mulheres no limite de um esgotamento nervoso. Eles estão ligados ainda à repressão patriarcal e fazem com que o mercado feminino de trabalho se amplie ao máximo, por salários irrisórios.

Em conseqüência, a taxa de desemprego masculino é muitas vezes maior que a do feminino, fazendo crer que o aumento da participação de mão de obra feminina continua independente da formação da taxa de desemprego com relação aos homens.

Um outro aspecto, lembrado por Castells (1999) e importantíssimo para o presente trabalho é que a enorme quantidade de mulheres jovens, empregadas na indústria eletrônica, não tem a ver com o mito da destreza dos seus dedos, mas com a deterioração da visão dentro de dez anos, pela montagem microscópica o que, é nas mulheres, mais socialmente aceita. Este um exemplo flagrante de requintes de crueldade, utilizado pelas sociedades pós-industriais de capitalismo mundializado sobre as mulheres e o seu conseqüente adoecimento.

A conseqüência de todo esse incremento das mulheres no mercado de trabalho formal (fora do âmbito familiar) sobre o do âmbito familiar, é a modificação na correlação de forças intra-familiar, com a contribuição financeira decisiva das mulheres no orçamento doméstico.

As divergências e os papéis antes estáticos, podem ser discutidos e redistribuídos. Não existe mais a esposa em tempo integral, nem o único provedor do lar é o marido, o que até então por este motivo, goza de privilégios.

Mesmo assim, o contraditório aumento das condições de formação e inserção das mulheres no mercado de trabalho fazem, como enfatizou Castells (op. cit.), aumentar também a ira masculina ante a perda de poder sobre a violência aí instalada. São os seguintes dados do IBGE, expressos, por televisão (TV Globo) em 13/02/2005, mostram que a violência contra a mulher continua intensa. Em cada dez homicídios de homens sobre as mulheres, sete são executados pelos maridos ou companheiros. Dados fundamentais de violência contra a mulher, na relação de casal, intrafamiliar na América Latina e no Caribe, são obtidos no estudo da ONU/CEPAL (2002), que mostram que a alta de violência física sexual e psicológica e faz propostas para instalação de políticas públicas específicas nos diversos países pesquisados, entre os quais o Brasil.

CAPÍTULO 2- SAÚDE MENTAL E TRABALHO

“Todo trabalho que escape à geração de bens, equiparáveis e conversíveis adequadamente ao **dinheiro** é sancionado como **improdutivo** ou **subversivo**, da mesma forma que todo fluxo de desejo psíquico não incorporável à corrente da **reprodução**, incremento e concentração das diferentes formas de capital, é diagnosticado e segregado como **louco**” (Baremlitt,1982)

Para enfocar a questão da saúde mental dos trabalhadores, que nos interessa particularmente nesse trabalho, são fundamentais as teses desenvolvidas por Foucault (1972) em “**História da loucura,**” Dejours (1980) em “**A loucura do trabalho**”, Baságliá e outros (1978) em “**A Saúde dos Trabalhadores**”, Deleuze e Guattari (1976) em “**O anti-édipo**”, Baremlitt e outros (1986) em “**Saúde Mental e Trabalho**”, Schneider (1977) em “**Neurose e classes sociais**”, Illich (1990) “**O Gênero Vernáculo**” e D’Ávila, Batista e Fortes (2002) em “**Considerações psicossociais sobre as somatizações femininas**”. Isso nos dá uma dimensão mais clara da amplitude de determinadas questões que vão aparecer em nossa pesquisa de campo.

2.1 NORMATIZAÇÃO, PADRONIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA LOUCURA

Foucault afirmou em “História da loucura” (1972) que “a disciplina é o principal poder para se atribuir a normatização. Presente desde as instituições especializadas do século XIX, as escolas, os hospitais, as fábricas e até as relações intra familiares se disciplinaram”(pg 65).

O sistema normatizador, padronizador e classificatório da psiquiatria clássica faz, segundo Foucault (1972) a ciência adoecer os seus loucos. Assim, a loucura é conhecida através de uma estrutura que é desde logo alienante. É nessa medida que toda a psiquiatria do século XIX (época do surgimento e desenvolvimento das sociedades industriais) converge para Freud.

Freud ultrapassou os métodos severos de Pinel e Tuke: deixou os doentes fora do asilo, desmistificou suas estruturas, aboliu o silêncio, o olhar e o reconhecimento da loucura por ela

mesma; calou suas instâncias de condenação. Em compensação, os poderes anteriormente pertencentes a estrutura do asilo foram colocados no médico, com um estatuto de onipotência quase divino, o juiz, o silêncio puro. Freud também criou a situação psicanalítica, onde a alienação torna-se des-alienante, mas no médico ou psicanalista, ela se torna nova alienação. Por este motivo, segundo Foucault, a psicanálise tradicional, não pode ouvir nem decifrar as vozes do desatino ou os signos dos insensatos e, embora tenha desfeito algumas formas de loucura, não pôde produzir a real libertação dos loucos.

Em “História da loucura”, Foucault (1972) também mostrou que o sistema de saúde (medicina e médicos) são os primeiros a serem normatizados, antes mesmo dos doentes e a disciplina é o principal poder para se atribuir a normatização, presente desde as instituições especializadas do século XIX, as escolas, os hospitais, e até as relações intra-familiares se “disciplinaram”. Em “Vigiar e Punir”, Foucault (1986) é enfático: “a disciplina na fábrica, não é menos importante”. A disciplina psiquiátrica, dentro ou fora da fábrica, caracteriza, classifica e distribui esses trabalhadores ao longo de uma escala: neuróticos, psicóticos, mais ou menos loucos. Reparte-os assim, em torno de uma “norma”, hierarquiza-os e pode levá-los ao limite extremo de desqualificá-los e de invalidá-los.

A questão da normatização da loucura é também tratada por Baságlia (1978 e 1982) em “A saúde dos trabalhadores” cujos pressupostos veremos adiante. Ele afirma que “A psiquiatria e a psicanálise, em sua “nova ordem” seguem considerando o louco e a sua loucura como um erro que necessariamente tem que sanar – o louco e sua loucura devem ser “normatizados”. Esta posição mostra uma ecisão de uma real posição política frente ao fato psiquiátrico. Diz Baságlia (op. cit.), “a loucura não é senão o desvio da norma e que o louco que sofre, deve ser excluído, isto é, recalçado como valor improdutivo (inclusive dentro mesmo do manicômio) e reeducado nos valores produtivos (ou da classe dominante)”(pg.91). Para ele, numa sociedade de classes, o louco é definido:

- Primeiro, como “perigoso” por isso no espaço constituído para ele – o sanatório, prende-o e nega para ele a liberdade física;
- Segundo como, “desordenado,” incapaz de manter uma ordem ou normas em seus atos, hábitos ou costumes. Por isso, nas normas manicomiais, se deve negar-lhe toda espontaneidade e toda a liberdade de iniciativa e se deve impor uma rígida ordenação de sua vida cotidiana;

- Em terceiro lugar, o louco “é um ser capaz de violar os princípios e regras da moral sexual burguesa”.

Daí, a ordem manicomial, tentando evitar uma série de “extravios”, “abusos” e “perversões”, inclui estrita separação dos sexos e, por último, faz com que o louco fique definido como imediatamente “improdutivo”, porque rechaça de pronto o trabalho. Por isso, e somente por isso, a loucura será castigada no manicômio.

Estas considerações deixam em evidência o ponto de vista do Escobar (1982) – quando diz, que “a loucura é luta de classes”, uma estratégia, uma forma de mudar a correlação de forças. Mas para o autor, “não é na “loucura”-em que pese todo o esforço por distingui-la da perturbação mental-que iremos instaurar o novo, mas na história, que não se conflitará com a loucura,mas a reincorporará em seus fins”.(pg.17)

Por fim, afirma Baságlia, (op. cit.) “Se a doença está igualmente unida a fatores sociais, a nível de resistência, ao impacto de uma sociedade que desconhece o homem e suas exigências, a solução de um problema tão grave só pode achar-se numa posição sócio econômica que permita, afinal, a reintegração progressiva daqueles que sucumbiram ...”(pg.102)

Um outro enfoque fundamental para o nosso estudo é aquele de Dejours (1980) sobre “A Psicopatologia do Trabalho”, que nos dá a dimensão do trabalho como produtor da loucura e que trataremos a seguir.

2.2 O TRABALHO COMO PRODUTOR DA LOUCURA

Afirma Dejours (1980) que “o sofrimento” mental não é individual, nem tem causas individuais, é no trabalho, mais especificamente no modo como ele é organizado, que devem ser buscadas às causas dos problemas mentais. Se as causas não são individuais, a solução também não pode ser individual”. (pg. 124).

A tese central de Dejours (1980) é de que, no afrontamento do trabalhador com a sua tarefa, o que se coloca em perigo é a sua vida mental, através do sofrimento mental. O caráter autoritário e rígido da divisão de trabalho faz a saúde mental dos trabalhadores, como já observado na exploração da força física, se transformar na exploração (da força) mental, conseguindo viabilizar sofrimento, transtornos e doenças.

Mostra que, indubitavelmente, a organização do trabalho é causa de certas descompensações psico-neuróticas e que aquela, ademais, apenas reconhece o sofrimento físico, enquanto o sofrimento mental, somente é considerado, nos seus estágios mais avançados de desestruturação. O quadro psicopatológico já estabelecido, ou seja, nas neuroses e nas psicoses.

A organização do trabalho, especialmente a sua caricatura taylorista, pode inclusive comprometer o equilíbrio psicossomático, na medida que possibilita o bloqueio dos esforços do trabalhador para adequar o modo operatório às necessidades de sua estrutura mental.

Com relação ao seu efeito nas classes sociais, Dejours afirma haver uma tripla explicação para o aumento do número de morbidade é a diminuição da longevidade nas classes sociais desfavorecidas:

- piores condições de trabalho,
- resposta médico-social, de qualidade inferior e os
- efeitos nefastos da organização do trabalho.

Afirma que, se a violência da organização do trabalho cria doenças somáticas e não apenas psíquicas, é porque o aparelho mental não é compartimento do organismo, simplesmente justaposto à musculatura dos órgãos sensoriais e das vísceras. A vida psíquica é um patamar de integração do funcionamento dos diversos órgãos e sua desestruturação repercute sobre a saúde física e mental. Com isso conclui que a exploração da força física se passa também pelas profundezas do aparelho mental dizendo: “a exploração do corpo passa sempre, necessariamente, por uma neutralização prévia da vida mental através da organização do trabalho” e que: a “carga psíquica” do trabalho não seria assim apenas um efeito acessório do trabalho, mas seria considerada, exatamente, uma etapa primordial, da qual dependeria a submissão do corpo, etapa cujo sucesso seria assegurado pela própria organização do trabalho”. (pg.125)

A partir disso, os trabalhadores constroem sistemas defensivos contra o sofrimento, a ansiedade e a insatisfação, mascarando ou tornando invisível à origem da sua dor e dos seus sofrimentos, que permanece desconhecida, encoberta não só para os observadores, mas para os próprios trabalhadores. Há assim um poder de ocultação ou de invisibilidade, cheio de conseqüências e que, apesar de vivenciado, o sofrimento não é reconhecido, o que leva Dejours a lançar mão dos conceitos foucaultianos do “saber-vivência”, que se opõem ao “saber-poder” e do conceito marxista (transcritos em 1844) de “alienação” e alienação no sentido psicológico de substituição da vontade do sujeito pela do objeto, dos desejos próprios pelos da injunção

organizacional. A alienação seria, assim, a etapa necessária e primeira a propósito da sujeição do corpo . O trabalhador se sente habitado pelo estranho. Vencido pela vontade contida na organização do trabalho, ele luta usando todos os seus esforços através das ideologias defensivas para tolerar esse **enxerto** contra a sua natureza e fazer triunfar a sua vontade, mas apenas consegue encobri-la, produzindo uma alienação de sua mente, do seu próprio corpo, enfim, de si mesmo.

Para Dejours, aqui a **alienação** se constitui uma verdade clínica, que no caso do trabalho, toma a forma de um conflito onde o desejo do trabalhador foi capitulado frente às injunções patronais, e que, as lutas por novas relações sociais deveriam passar por um processo de **desalienação**, no dizer foucaultiano de “saber-poder”.

Esse seria inclusive o papel dos profissionais de saúde por melhores condições de vida e de saúde. Para Dejours, a questão é saber que tipo de homens a sociedade fabrica através da organização do trabalho?

Ora, se sabemos com Hirata (1993), Lagrave (1993), Castells (1999) e Beck (2001), que as mulheres são, por todas as razões estudadas, as mais submetidas a uma organização tayloriana do trabalho. Concluímos que são também elas as que mais adoecem e as que são, pelas injunções do organismo do trabalho formal ou doméstico, as mais “alienadas”.

O efeito da alienação das mulheres fica claro nos estudos de Rocha-Coutinho(op. cit.),especialmente naqueles em que exemplifica a “alienação” nos contos de Clarice Lispector; na produção da propaganda ou, no desejo das mulheres jovens de terem uma independência econômica para serem melhores mães.

Ao produzir as doenças mentais e concomitantemente, o seu encobrimento causal fica fácil de incorporar o conceito positivista de “enfermidade”, que põe o problema sobre uma base “objetiva”, “científica”, de competência dos médicos e da Medicina, totalmente separada da saúde e do terreno da Ação Política, fazendo com que os próprios movimentos reivindicativos por parte da classe trabalhadora tenham, durante todo esse século, relegado ou deixado em segundo plano o problema da Saúde. Esse é o argumento de Franco Baságli em, “A saúde dos trabalhadores – aportes para uma política da saúde” (1978) que amplia a determinação das doenças dos trabalhadores.

2.3 O CAPITAL COMO PRODUTOR DA LOUCURA

Baságli (1974), faz um apelo para que não aceitemos a separação total entre o terreno da enfermidade e da luta política e afirma que a enfermidade pode ser diversa, de acordo com a

classe social do enfermo, assim como a própria codificação ou classificação da mesma enfermidade, com o aval da ciência e dos profissionais de saúde que garantem essa separação. Aliás, separação esta que é produzida nas próprias relações entre os profissionais de saúde desviadas entre aqueles que comandam – os médicos, e àqueles que fazem os enfermeiros sobre os subjugados – os enfermos e que reitera o modelo de domínio precedente presente nos manicômios, internação, tratamento por incorporar a própria agressão do dominador (neste caso o médico) e transformada em agressão aos enfermos, veiculada, via de regra, pelo enfermeiro que é quem se encontra em contato direto com os internos.

Critica, o autor, a existência dos manicômios, dizendo “o manicômio pode seguir existindo simplesmente porque cria condições, pelas quais os jogos de poder, desde o médico e todas as hierarquias subalternas, podem desprender-se de sua agressividade antes que de sua obrigação terapêutica nos encontros como o enfermo. Deste modo, a função de controle do manicômio está garantido a todos os níveis e por todos os papéis.”(pg.177)

Propõe, então, o que ele chama de “psiquiatria democrática,” que supõe uma conjunção de forças entre sãos (equipe de saúde) e enfermos, para superar a divisão de classes que os leva desencontrar-se e até mesmo chocar-se, constituindo uma vanguarda de saúde que objetiva romper tanto o corporativismo do médico quanto dos enfermos e outros profissionais de saúde, para uma luta unitária que se apropria do conhecimento dos processos de domínio dos quais são vítimas, processos que passam também através da enfermidade e do seu controle, para poder opor-se a eles. Para que possa transformar uma prática dentro de todas as instâncias políticas que compõe o processo, não só as sanitárias e muito menos, só as psiquiátricas. -

Mais amplas ainda, são as concepções de Felix Guattari e Gilles Deleuze, no “Anti-Édipo, Capitalismo e Esquizofrenia” (1976). Suas posições são, em todos os sentidos, revolucionárias. E de tão profundas e difíceis de serem expressas numa síntese (uma síntese de um pequeno recorte de sua extensa obra), são ricas em análises, inúmeras análises, que guardam muitas conexões com as anteriores e com os fundamentos deste trabalho.

Uma das teses centrais do Anti-Édipo é a crítica contundente ao capitalismo e à psicanálise tradicional, em contraposição, a uma concepção de “loucura – esquizofrenia” como uma produção universal legítima, criativa, re-inventiva e não submetida a produção capitalista tradicional, mas pertencente à esfera do desejo. O que constitui, um dos elementos que compõe as chamadas “psiquiatria materialista”, “psicanálise institucional” e mais tarde, a “esquizoanálise”, que são designações das etapas de trabalho destes autores, nas quais a ligação entre capitalismo e esquizofrenia é aprofundada.

Ao estudar a relação distintiva entre homem-natureza, indústria-natureza, sociedade-natureza propõem a análise das esferas ditas relativamente autônomas da “produção”, da “distribuição” e do “consumo”, presentes na estrutura formal desenvolvida da sociedade capitalista e afirmam que os componentes da produção são, não só o **capital** e a **divisão do trabalho**, mas também a falsa falsa consciência que o ser capitalista toma de si e do consumo cristalizado dos elementos que a compõem.

Dizem que “no capitalismo, tudo se confunde, não há esferas ou circuitos relativamente independentes. A produção é imediatamente ao consumo e registro, o registro e o consumo determinam diretamente a produção, mas a determinam no seio da própria produção: produções de produções, de ações e de paixões; produções de registros, de distribuições e de marcações; produções de consumo, de volúpias, de angústia e de dores. Tudo é tão produção, que os registros, são imediatamente censurados, consumidos e os consumos diretamente reproduzidos. Esse é o primeiro sentido de processo: levar o registro e o consumo à própria produção e fazer deles as produções de um mesmo processo” (pg.118). Ver o título da tese: “Produção Social das Doenças – a loucura em Gênero e Classe”.

Homem e natureza também se confundem. Há identidade entre a essência humana da natureza e a essência natural do homem. Tudo é produção ou indústria, aqui tomada na sua identidade fundamental, e não em uma relação extrínseca de utilidade. Homem e natureza não são como dois termos, mas uma só e mesma realidade essencial. O fim do processo, a sua continuação ao infinito, ou a sua parada brutal e prematura são a mesma coisa como um “rizoma” de uma árvore.

A produção, como processo, excede todas as categorias ideais, formando um ciclo desejante, enquanto princípio imanente. Essa produção desejante é a categoria efetiva da chamada psiquiatria materialista, que trata do esquizofrênico como “homo natura”. Ele se contrapõe ao esquizofrênico artificial (de hospital), um trapo formado autista, produzido como entidade, com a psique e o corpo perecidos pela superfície de registro da sociedade capitalista.

Dizem, “na esquizofrenia ou loucura original é como no amor: não há nenhuma especificidade ou entidade esquizofrênica. A esquizofrenia é o universo das máquinas desejantes produtoras e reprodutoras, a universal produção primária como realidade essencial do homem e da natureza” de modo que “o esquizofrênico é o produtor universal.”(pg.19)

No delírio do esquizofrênico encontramos a verdade, enquanto a sociedade constrói o seu próprio delírio, registrando o processo de produção; mas não é um delírio da consciência ou

melhor a falsa consciência, é consciência verdadeira de um falso movimento, verdadeira percepção de um movimento objetivo aparente, verdadeira percepção do movimento que se produz na superfície de registro.

Sobre a consciência inicial da oposição do trabalho e do capital, e do uso do capital com o meio de extorquir sobre-trabalho, se instaura um mundo perverso, enfeitado, onde o capital faz o papel de superfície de registro. Apropriando-se miraculosamente da produtividade social do trabalho, das suas forças produtivas e de suas conexões sociais que se destacam no trabalho e passam a pertencer ao capital. O capital, onipotente, faz assim todas as forças produtivas parecerem nascer dentro dele e pertencer-lhe. Tudo parece objetivamente produzido pelo capital enquanto quase causa da que na verdade foi roubado do trabalho. E conclui: “o passeio do esquizofrênico é um modelo melhor que o neurótico deitado no divã”.(84)

Em completa consonância, Gegório Baremlitt y otros, em “Salud Mental y Trabajo” (1986) propõem uma leitura que permita uma aproximação cognoscitiva e tática da loucura, como inventivos que ajude a refluidificar o processo, propiciando suas capacidades criativas, câmbios e criação real da existência cotidiana, sem sinergizar com os poderes imperantes e que permita compreender as perturbações e contradições no sistema e do estilo de vida capitalistas.

Os autores entendem os conceitos de saúde e enfermidade como provenientes diretamente do discurso e do campo das práticas médicas que com mais das novas variações se encontram adaptadas ou são expressões de normas, pautas e critérios de ordem econômica, jurídica, política, ética, estética, etc - aceitos na cultura contemporânea, especialmente a capitalista.

Qualificam como enfermidade ou como “loucura” mental, a um conjunto de regras subjetivas e de comportamento que se desviam dos padrões para que se possa atribuir-lhes uma causalidade definida (etiologia), um mecanismo de produção (patogenia), uma evolução (patodiagnóstica) e uma resolução definir (cura) ou negativa (estado crônico ou terminal) ainda que as abordagens sejam vagas, estruturais e francamente especulativas.

No campo do trabalho, vê o desenvolvimento global das formas produtivas no último século a elaboração do conceito de trabalho alienado como parte das categorias mais amplas de alienação social. Em contraposição ao nível da universalidade do modo de produção capitalista, tem surgido possibilidade de auto-crítica, através da gerencia de “consciência social” na forma teórica e prática do materialismo histórico e dialético e de outras formas de materialismo pós-moderno.

A categoria marxista da produção, atualmente entendida como sendo a natureza última da realidade em sua diversidade infinita, permite definir a “alienação” chamada “mental” e o “trabalho alienado” como produtos históricos da distorção e dissociação das energias produtivas voltadas contra si mesmas pela produção de auto-produção, aos objetivos de extração, acumulação e concentração de mais-valias econômicas, de poder, de prestígio e de gozo, a ativação e o encaminhamento, a produção de produção, de registro, de demanda e de consumo em um sentido por vezes inibitório e hipertrófico e, a essência inovadora e inventiva da realidade e as infinitas qualidades de materialidades, e transformar em fabricação repetitiva ou em destruição deliberada ou descontrolada.

Assim compreendido, dizem Baremlitt e col. (op.cit) que, quase todo o trabalho é FORÇADO e quase todo o desejo chamado normal é PSICÓTICO. Desta maneira, todo trabalho que escape a geração de bens, equiparáveis e convertíveis ao equivalente geral - dinheiro é sancionado como improdutivo ou subversivo. Da mesma forma, todo o fluxo de desejo “psíquico” não incorporável à onda torrente da reprodução incremento e concentração das diferentes formas de capital é diagnosticado como louco. Os múltiplos mecanismos repressores do capitalismo operando supressiva, distorsiva e aceleradamente sobre o processo produtivo os “cancerificados”, infeccionando-os e atribuindo-lhes uma qualidade anti-produtiva que não lhes é intrínseca.

Afirmam, também, que, de qualquer forma, tanto a estrutura e dinâmica do capital são inerentemente auto-eliminadoras, tanto quanto o desenvolvimento dos processos produtivos são incoercíveis. O centro mesmo da ordem capitalística contém e propicia a “desordem”; o capitalismo funciona decompondo-se e o que chamamos fase superior do capitalismo tem expressado até níveis jamais vistos, suas contribuições históricas. Por um lado, tem liberado potencialidades produtivas, absolutamente inalcançáveis até o presente, e tem debilitado ou demolido territórios repressivos tradicionais, tais como a Família, a Igreja e os Estados Nacionais, infiltrando-os e subordinando-os à lógica Mercantil. Por outro lado, gerando mecanismos de controle, por vezes colossais e miniaturizados, que procuram recapturar as energias liberadas em escala planetária. Esgotado seu expansionismo geo-político “externo”, tem utilizado e diversificado seu expansionismo “interno”, inaugurando, cada vez mais, outros e novos territórios de sobre-produção e hiper-consumo, com a conseqüente extração do excedente que lhes é própria. O destino final deste processo não é nem fatal nem previsível, entre outras razões porque está regido por uma causalidade aleatória que deve ser assumida, como tal, na condução das lutas que se dão em todos e em cada um dos âmbitos micro e macro em que as mesmas estão já instaladas.

Por fim, afirmam que os recortes da chamada “saúde mental” e do “trabalho” são significativos como espaços através dos quais entendam-se, aprofundam-se definam-se segmentos importantes desta política universal.

O pensamento de Baremlitt e colaboradores, profundamente afinado com as proposições revolucionárias Guattarianas e Deleuzianas, e com a contundência de Franco Baságliã , guarda também similitudes com o pensamento de Dejours e de Schneider. Propõem uma reformulação crítica dos conceitos da Psicanálise e do Materialismo Histórico e o entendimento profundo da relação entre alienação psico-social e dimensão político-econômica. Essa é a base e o fundamento central da sua extensa produção teórica.

Schneider(1977), já esta citado no projeto inicial do nosso trabalho,em sua obra freudo-marxista nos traz boas contribuições. Talvez fosse prudente colocá-lo neste capítulo anterior às contribuições de Baságliã, Deleuze e Guattari e de Baremlitt . Vale contudo, reafirmar suas teses no contexto deste capítulo.

Ao afirmar que se família burguesa é uma “fábrica de neuroses” isto não ocorre pela presença de qualquer moralidade repressiva, mas porque se constitui uma “íntima” relação de poder, na qual a relação do poder social, isto é, a relação de classe, é reproduzida e, citando Hörnle (1969): “A ordem familiar burguesa é uma hierarquia bem planejada , uma cópia reduzida da ordem social do Estado Burguês”o que se mostra afinado com as propostas centrais deste trabalho e com as bases teóricas dos demais autores apresentados.

Critica a psicanálise clássica e enfatiza as contribuições de uma psicanálise comparativa da relação entre as formas de produção e organização social, e as formas necessariamente correspondentes da evolução dos instintos e da relação de objeto. Diz que esta relação permite o delineamento de nossas condições sociais com as necessárias mudanças que possam conduzir às formas novas e “mais livres” de evolução dos instintos e a relação de objeto qualitativamente melhor, possibilitando nova integração entre instinto e consciente.

Por fim Schneider (op.cit), afirma que “a tática oficial capitalista dos “apóstolos da saúde” que visa a tornar os próprios trabalhadores responsáveis, por sua doença mental considerando-a “problema privado”... e produzindo um fenômeno em rápida expansão, de fugir do trabalho adoecendo. Se de um lado, o capital tem interesse em investigar os “fatores patogênicos sociais” com vistas a restaurar a produção, por outro lado, precisa camuflar as verdadeiras causas da miséria mental em massa a fim de cortar pela raiz o processo de politização dos trabalhadores”.(pg.219)

O cerne do seu trabalho consiste em mostrar que a conexão estrutural entre a organização científica do trabalho e os problemas mentais não pode ser substituída por uma conexão ponto a ponto entre os fatores patogênicos individuais nos locais de trabalho e os distúrbios mentais.

O que fica evidente, quando Schneider(op.cit),citando Mitscherlich(1966), afirma “a doença, não importa como se manifeste é uma oportunidade para o indivíduo expressar a sua não correspondência com as exigências sociais; a doença para o indivíduo em situação de impotência é uma oportunidade para reagir”.(pg.220)

Por fim, D’Ávila e Batista (também já presentes na proposições iniciais deste trabalho) em “Quando ser Doente torna-se um Modo de Vida – Considerações Psicossociais sobre Somatizações Feminina”(2003), fazem um elo da produção social de doenças com a produção social feminina das doenças, quando coloca que o contexto de somatização, ligado a um amplo espectro de condições clínicas não pode ser atribuído “às disfunções orgânicas nem a presença de sofrimento emocional e perturbação psicossocial”.

Falam da inscrição social no corpo e a distinção entre doença (disease) como disfunções que ocorrem no organismo e, adoecimento (illness) como experiência subjetiva e suas repercussões nas relações sociais e familiares citando (Eisenberg, 1977) e Scheper-Hughes e Lock (1977) e dizem que a medicina acabou reivindicando ambos os aspectos para o seu domínio: “ como resultado a dimensão humana do adoecimento foi medicalizada e individualizada em vez de“politicada e coletivizada” numa tendência de “transformar o social no biológico”.

Ao afirmarem, baseadas em Verbrugge (1980, 1981) a partir de uma perspectiva de gênero, que mulheres ocidentais adoecem mais física e mentalmente e utilizam serviços médicos e hospitalares em níveis mais elevados que os homens, remetem, não à existência de uma maior debilidade física e predisposição ao adoecimento, mas às conseqüências das vivências diferenciadas do papel de gênero mais extenuantes, mais frustrantes,pois dispõem de menos recursos,de gratificações fora da família, empregando menos satisfação no trabalho doméstico invisível e não- estruturado.

Citam também Nathanson (1975), para afirmar que, além da predominância dos sintomas funcionais das mulheres, também relatariam mais doenças, porque o adoecimento é socialmente aceito para as mulheres e o papel de doente se ajusta melhor aos outros papéis e responsabilidades femininas e a diferença nos padrões de relação. Seus estudos são especialmente voltados para mulheres com diagnóstico de Fibromialgia, pacientes na Clínica da Dor do Hospital Universitário Pedro Ernesto - UERJ.

2.4 TRANSFORMAÇÃO SOCIAL – A TROCA DO “CAPITALISMO” PELA “ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA”, “ECOLOGIA POLÍTICA RADICAL” E “SOCIEDADE FEMINISTA-SOCIALISTA”.

Ao afirmar que “A sociedade industrial cria dois mitos: um sobre sua genealogia sexual e outro sobre seu trânsito face à igualdade” (pg.5), e que: “Até agora, nem a boa vontade, nem a luta, nem a legislação, nem a técnica, têm conseguido reduzir a exploração sexista característica da sociedade industrial” (pg.14). Ivan Illich (1990), condena definitivamente a sociedade industrial como produtora de paz, saúde, igualdade entre classes e entre sexos, enfim, como “impossível de produzir humanidade”. (pg.14).

Em “O gênero vernáculo” Illich (1990) parte de uma autocrítica à sua obra anterior “Nêmesis médica” reconhecendo que sua principal debilidade é a sua perspectiva unissex. Nesta nova obra, faz uma distinção entre gênero vernáculo e o sexo social. Diz que o gênero vernáculo sempre reflete uma associação entre uma cultura feudal, local, material e os homens e mulheres que vivem conforme os seus padrões. Ao contrário, o sexo social é “católico”, polariza a força de trabalho humano, a libido, o caráter ou a inteligência e é o resultado de um diagnóstico que significa em grego “uma discriminação” dos desvios, da norma abstrata, sem gênero, do “humano”.

Fala também da “exploração sexista” ou do “sexismo econômico” das sociedades industriais e da maioria de seus postulados básicos, e diz, que em nenhuma delas, as mulheres são economicamente iguais aos homens, pois nestas, as mulheres sempre obtêm menos. Sua tese principal é de que todo crescimento implica a destruição do gênero vernáculo e se baseia na exploração do sexo econômico. Sua preocupação básica é com o “apartheid” e a subordinação econômica da mulher, como historiador, antropólogo e filósofo.

Afirma que uma sociedade industrial não pode existir sem seus pressupostos ou postulados unissex. Ela é intrínseca e irremediavelmente destruidora do gênero, ou seja, é sexista – o sexismo só poderá reduzir-se à custa da retração econômica, o que é compatível com as posições da economia de subsistência apregoada pelas eco-feministas, Shiva e Mies.

Os postulados da economia industrial se chocam com o sonho feminista de uma economia sem gênero e sem papéis sexuais obrigatórios, e com o sonho esquerdista de uma economia política cujos sujeitos sejam igualmente humanos. Ao contrário, os pressupostos da economia industrial são a de que ambos os sexos são feitos para o mesmo trabalho e percebem a mesma realidade, e tem com pequenas variações, as mesmas necessidades.

Para combatê-los, propõe então o crescimento negativo para reduzir o sexismo, e diz: “sem um crescimento negativo é impossível manter o equilíbrio ecológico, obter a justiça entre as

regiões do mundo ou fomentar a paz dos povos”. Sintetiza essas proposições no que chama de “Ecologia Política Radical” o que significa incrementar a luta contra a perda do gênero, estabelecer o vínculo do trânsito da produção à subsistência e a redução do sexismo. Para ele, o gênero social é uma dualidade de classes muito distintas, circunscritas e um tempo e a um lugar, que coloca os homens e as mulheres em circunstâncias e condições que os impedem de dizer, fazer, desejar ou perceber “a mesma coisa”. Estuda todos os fatores com a perspectiva do passado e é pragmático quanto ao futuro ao afirmar: “Do futuro não sei, nem direi nada” (1990).

As formulações de Illich seguem para consubstanciar as proposições apresentadas por Castells e Beck, anteriormente, embora guardem um estilo peculiar próprio do autor. É importante assinalar como já foi dito, similaridades entre as proposições do autor no que se refere à “Ecologia Política Radical” e às proposições das eco-feministas Shiva e Mies, quanto à economia de subsistência.

Maria Mies em 1992, no Fórum promovido pela UFRJ/EICOS sobre “Ecologia, Feminismo e Desenvolvimento” é enfática quando diz: “porque as mulheres do Sul não são só vítimas da opressão e exploração do patriarcalismo e do capitalismo, elas são ao mesmo tempo, vítimas da exploração dos países do Norte, inclusive da exploração das mulheres de lá”(pg.103).

Tal colocação nos remete ao conteúdo central do seu texto: as diferenças de realidades entre as mulheres do Norte: brancas, de classe média, dos países de capitalismo central e das mulheres do Sul, Ásia, África e da América do Sul, negras, mestiças ou amarelas, donas de casa, de classes populares submetidas às culturas e políticas invasivas e contraditórias, de duplo vínculo. As mulheres do Norte, podendo controlar os seus corpos quanto aos direitos de reprodução e de natalidade (reprodução autônoma) e, as do Sul, submetidas às políticas de esterilização generalizada, usadas para fins mercantilistas de controle e de estratégias políticas para os países do Sul (reprodução monitorada).

Em “Eco-Feminismo” (1993), Maria Mies (cientista social, alemã) em parceria com Vandana Shiva (física, indiana), o que por si só já quebra os estereótipos das diferenças entre Norte-Sul, ao mesmo tempo, que as reconhece, mostra que as perspectivas patriarcal-capitalista interpreta a diferença como hierárquica e tem a uniformidade como pré-requisito.

O livro é uma ação política desde a sua base; propõe a superação das dicotomias de submetimento da Natureza ao Homem, do consumo à produção, do local ao global, etc., põe em pauta uma cosmologia onde a natureza (incluindo os humanos) se mantém por meio de cooperação, cuidado e amor mútuo, com vistas à preservação da diversidade de todas as

formas de vida, com vistas, enfim, à felicidade. Uma de suas características mais importantes é de construir postulados metodológicos próprios (1983).

Para fins de pesquisa e objetivos políticos dos movimentos de libertação da mulher diferentes dos preconizados pelas Ciências Sociais tradicionais, cujos principais pontos são:

- Parcialidade consciente com os objetos da investigação (substituindo a neutralidade);
- Inversão da relação vertical dos objetos de investimento: a visão a partir de baixo (substituindo a visão a partir de cima);
- Participação ativa em ações, movimentos e lutas das quais deve emergir a investigação (substituindo o conhecimento somente contemplativo ou espectador);
- Transformação do “status quo” pelas ações e lutas concretas no movimento das mulheres (substituindo os resultados apenas teóricos ou de caráter acadêmico);
- Investigação transformadora em processo de conscientização (Paulo Freire), tanto para os sujeitos (pesquisadores) quanto para os objetos da investigação (mulheres pesquisadas);
- A conscientização coletiva das mulheres deve ser acompanhada do estudo da história individual e social da mulher;
- Apropriação das próprias experiências, para poderem apropriar-se da sua própria história (em substituição ao individualismo, ao carreirismo e ao particularismo das investigações tradicionais).

Ambas, Shiva e Mies, observam, enfim, o sistema de produção mundial capitalista, da perspectiva dos povos explorados e das especificidades e da natureza das mulheres do sul e nas suas metodologias de estudo. Valorizam semelhantemente os dados de baixo para cima, invertendo os pressupostos tradicionais.

Vandana Shiva esteve também no Brasil em 1992, no Seminário UFRJ/EICOS realizando palestras sobre “O Desenvolvimento: Um novo projeto do patriarcalismo ocidental”, onde afirma haver um projeto pós-colonial capitalista calcado na continuação disfarçada do processo de colonização, que foi essencial ao desenvolvimento da Europa Ocidental e que era baseado na destruição da economia, natureza e cultura locais, com finalidade de apropriação da mais valia e da acumulação central, para o desenvolvimento do capitalismo internacional. Cita Rosa de Luxemburgo, quando diz que “o colonialismo é uma condição necessária para o desenvolvimento do capitalismo” (pg.40).

O patriarcalismo ocidental de exploração e dominação das mulheres e da natureza traveste-se no “mau desenvolvimento”, trazendo decréscimo no emprego e na produtividade feminina, trazendo pobreza, prejuízos diversos à natureza e à cultura.

O “mau desenvolvimento” seria baseado no reducionismo, na dualidade e na linearidade, não levando em conta a equivalência na diversidade. Aumenta a condição sexista e aprofunda as crises ecológicas na natureza: os bens de consumo crescem e a natureza se esconde. O mau desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico medido pelo PIB (produto interno bruto) medida estritamente quantitativa, não ligada ao nível de vida e bem-estar das pessoas.

Vandana Shiva (1993) assinala também a existência de dois tipos de pobreza. A concepção cultural de subsistência da vida como pobreza e a concepção material ligada à pobreza por consequência da privação. Esta última seria artificial, produzida pelo mercado e confundida com a miséria. Diz: “o processo inexorável de industrialização da agricultura e sua internacionalização são provavelmente responsáveis por mais povos famintos do que qualquer capricho cruel ou dado da natureza” (pg.42).

Haveria a necessidade de se redefinir desenvolvimento e produtividade, que estariam ligados ao princípio feminista de produção da vida (e não a destruição dos recursos e a remuneração do capital) a fabricação da saúde, a valorização da vida e da diversidade.

Ambas, Shiva e Mies, nas conclusões do “Eco-feminismo” (pg.243), proclamam uma perspectiva de “subsistência” para uma sociedade melhor, uma “vida com qualidade”, com justiça social, igualdade e dignidade humana, onde a beleza e a alegria da vida não fossem apenas sonhos utópicos, mas uma “utopia concreta”, não baseada em crescimento e lucro, e cujos pressupostos seriam:

- A atividade econômica teria como objetivo a satisfação das necessidades humanas fundamentais através da produção de valores de utilização. Mercadoria e dinheiro (salário ou lucro) desempenhariam papéis subordinados;
- Novos relacionamentos com a natureza e com as pessoas (homens e mulheres) e com a divisão social do trabalho. A natureza deve ser respeitada na sua riqueza e diversidade, o que produziria relações igualitárias entre homens e mulheres e na divisão social do trabalho: sexual, manual-mental, urbano-rural, etc;
- Democracia participativa (basista) nas decisões políticas “per si” e nas decisões econômica, social e tecnológica. Dizem as autoras: “o Pessoal é Político, não apenas

no Parlamento, mas também na Vida. E os estilos de vida cotidianos são campos de batalha da política”. Resolução de problemas de forma multidimensional ou sinérgica. Os problemas sociais (patriarcalismo, desigualdades, alienação, pobreza) devem ser equacionados em consonância com os problemas ecológicos, principais reflexões do Eco-feminismo;

- Novo paradigma de ciência, tecnologia e conhecimentos ecologicamente saudáveis, feministas, de subsistência e com ação participativa da população – maior justiça social. As relações sociais seriam incorporadas às tecnologias; reintegração da cultura e do trabalho (como fardo e como prazer);
- A cultura é mais ampla que a atividade, especializada. Integração do espírito e da natureza e a rejeição, tanto do materialismo mecânico quanto da espiritualidade etérea; resistência “à contínua privatização e/ou comercialização dos bens comuns: a água, o ar, o lixo, o solo, os recursos naturais”; preservação e regulamentação das dádivas da natureza através da responsabilidade comum;
- Concepção de uma sociedade Eco-feminista. Interligação de toda a vida prática e teórica no conceito da política que coloca a prática cotidiana e a ética experimental, a consistência dos meios e dos fins, em primeiro plano;
- Quebra da dicotomia entre produzir e preservar a vida, ou seja, produção de subsistência, uma economia baseada na autoconfiança, na mutualidade, no auto-provisionamento de mulheres e homens. Desmilitarização dos homens e da sociedade, e finalmente diz: “somente uma sociedade baseada numa perspectiva de subsistência pode suportar, viver em paz com a Natureza e garantir a paz entre as nações, as gerações, e as mulheres e os homens. Porque não baseia o seu conceito de uma vida melhor, com qualidade, na exploração e no domínio da natureza e de outros povos”

Numa perspectiva ecológica e feminista haveria, portanto, uma alteração no paradigma de desenvolvimento, pois na forma tradicional, este não consegue cumprir as suas promessas de felicidade, liberdade, dignidade e paz, mesmo para aqueles que se utilizaram disso.

Por sua vez, Haraway produz um ensaio, “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX” (1987), que pretende ser fiel ao feminismo, ao socialismo e ao materialismo, por conceber que todas essas posições são necessárias e verdadeiras através de uma estratégia retórica e de um método político – o feminismo-socialista – utilizando a imagem do ciborgue.

Os ciborgues, criaturas da ficção científica, são simultaneamente animal e máquina, e habitam mundos tanto naturais quanto fabricados. Afirma que no final do século XX, somos todos quimeras, híbridos, teóricos e fabricados, enfim – somos ciborgues. Eles permeiam a nossa realidade social e corporal. São um mito, uma ironia final, uma criatura de um mundo pós-gênero, que une público e privado, natureza e cultura, humano e animal, animal – humano – máquina, natural – artificial, mente e corpo, uma revolução nas relações tecnológicas e sociais, vivem de conexões – múltiplas conexões.

No campo da política, o mito “ciborgue” significa: fronteiras transgredidas, potentes fusões e perigosas possibilidades, superando aquilo que socialistas e feministas dualizam: Mente e corpo, animal e máquina, idealismo e materialismo. As identidades parecem contraditórias, parciais e estratégicas, e superam o reconhecimento de que gênero, raça e classe são sociais e historicamente constituídos, e formam uma unidade essencial.

Assim, não existe a identidade “ser mulher” concebida como uma categoria altamente complexa, construída por meio de discursos científicos e sexuais e de outras práticas sociais questionáveis. O conceito de “identidade” cede ao de “afinidades” que sugere conexões, correlações. Afirma: “estamos dolorosamente conscientes do que significa ter um corpo historicamente construído”. Tanto que os feministas marxistas / socialistas têm admitido que nenhuma construção identitária é uma totalidade, ao mesmo tempo em que naturalizam, desnaturalizam a categoria “mulher” e a consciência da vida social das mulheres.

Como já foi dito, o feminismo adota uma atitude diversa do marxismo, olhando em primeiro lugar para a estrutura sexo / gênero, e não para a estrutura de classes sociais. Assim o “desejo da produção” de que fala o marxismo é transformado em desejo do outro, ou, como diria Guattari, a “produção do desejo” de um outro é a origem da “mulher”. Afirma haver um sistema mundial de produção / reprodução e comunicação chamada de “informática da dominação” que define a situação real das mulheres, sua integração / exploração (pg. 69).

Citando Júlia Kristeva, “as mulheres são um grupo histórico surgido após a segunda guerra mundial, assim como outros grupos, como a ‘juventude’, os ‘homossexuais’ (que são muito recentes) e as categorias de ‘raça’ e ‘classe’ (mais antigas)”.

A categoria “mulher” faz parte do sistema simbólico da família do homem. Contudo, afirma, que o que está em jogo no sistema ocidental é o fim do “homem” e da “mulher” que se desintegra em “mulheres”. Finaliza dizendo que alguns rearranjos das dinâmicas de raça, sexo e classe podem trazer esperança de construção do feminismo-socialista o que seria mais relevante para uma política efetiva e eficaz. A raça, o gênero e o capital exigem uma troca “ciborgueana”

do todo e das partes, de construção e de desconstrução, na criação de uma sociedade utópica, sem gênero.

CAPÍTULO 3 - UMA PESQUISA BRASILEIRA

3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PESQUISA

O trabalho aqui apresentado parte de uma pesquisa realizada em Furnas Centrais Elétricas S. A. segunda maior empresa do Brasil, maior produtor de energia elétrica do país, responsável pela produção e transmissão de energia elétrica em toda a região Sudeste, e que, devido a inúmeras lutas políticas e técnicas, permanece estatal (a maioria e o controle das suas ações pertencem ao estado brasileiro).

Baseada no "Perfil da Saúde Mental dos Trabalhadores" de homens e mulheres de diversas categorias profissionais, o instrumento de pesquisa, foi aplicado em cerca de 2.000 trabalhadores no Ambulatório Médico do Escritório Central, durante os exames periódicos anuais de saúde, no período de 1993 a 1999, perfazendo um total de aproximadamente 15.000 protocolos. A pesquisa foi estruturada com o objetivo de dar conta de uma realidade coletiva - quem são, quantos são e como são estes trabalhadores sujeitos a transtornos em sua saúde mental?

Para os efeitos do atual estágio deste trabalho, utilizaremos a análise do ano de 1997, aplicada a 1869 trabalhadores.

Contextualizando politicamente o período de realização da pesquisa temos que a mesma foi efetivada durante o primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, cuja área elétrica estava submetida ao programa de desestatização e, conseqüentemente a uma reforma administrativa em que os trabalhadores se sentiam constantemente ameaçados pelo desemprego, produzindo um mar de instabilidade e de tensão institucional vindos de fora. Pela mesma razão, no período estudado, a empresa também se divide em duas, a partir da saída dos trabalhadores da diretoria nuclear para formar a Eletronuclear, que segundo o programa de privatização continuaria estatal, por observância às leis constitucionais. As demais diretorias continuariam constituindo a empresa original: Furnas Centrais Elétricas, que ao ser privatizada se subdividiria em duas outras empresas: a primeira, dedicada à produção de energia, privatizada, e a segunda, dedicada à transmissão de energia, que continuaria estatal. A escolha do ano analisado se deve ao auge dessa crise.

O "Perfil da Saúde Mental dos Trabalhadores", principal veículo de análise, foi concebido dentro de um ambulatório geral, com finalidades clínicas (preponderantemente) e institucionais, por conta da formação sócio-político-psicanalítica da equipe dos três psicólogos-pesquisadores que estiveram engajados nas lutas cotidianas internas e, de caráter

sindical e partidário, destes trabalhadores. Este perfil veio também a caracterizar a complementação necessária ao atendimento e tratamento individual e/ou grupal, já fornecido a estes trabalhadores, interna e externamente (através de credenciados) e a orientar temas para políticas internas preventivas de saúde.

Embora usando categorização psiquiátrica e psicanalítica tradicional, como era o requerido pelo ambiente em que foi gerado, introduziu termos institucionais: problemas nas relações de trabalho e nas relações familiares, fazendo uma ponte do clínico privado com o sócio-político-coletivo, pertinente, principalmente, às relações de trabalho.

3.2 HIPÓTESES

As hipóteses ligadas à definição do problema afirmam haver uma determinação social das doenças, especialmente ao que se chama “**loucura**”, e que, as diversas patologias concernentes ao aparelho psíquico, como um todo, derivam **diretamente** da esfera de produção, e, são transmitidas ou mediadas pelos processos de socialização da família e pelas relações de trabalho específicas. Isso nos faz afirmar que:

1. As mulheres, pela trajetória histórica, política e social a que estiveram e estão submetidas Adoecem mais que os homens ou, mais especificamente, apresentam mais sintomatologia psicopatológica que os homens.
2. A presença dos transtornos entre as diversas classes sociais (salariais e de categoria profissional) reproduz, em cada uma, as características dos papéis, poder e riqueza, aos quais estão vinculados.

A partir dessas duas hipóteses iniciais, vincularemos, ao estudo de cada uma, a diferenciação por Sexo, Idade, Escolaridade, Sistema de Trabalho (turno ou comercial), Tempo de Trabalho (geral, empresarial, no cargo e na função), Faixas Salariais e/ ou Níveis de Cargos ao qual pertencem.

3.3 MÉTODOS E TÉCNICAS

Trata-se de uma pesquisa inicialmente quantitativa, do ponto de vista do tratamento dos dados, cujo objetivo é colher quantitativamente o perfil coletivo da saúde mental dos trabalhadores, mas que se complementa qualitativamente, através de entrevistas clínicas-institucionais, que serão utilizadas como análise do discurso para reforçar, confirmar ou alterar as hipóteses propostas. Dessa forma, podemos caracterizá-la como uma pesquisa mista (Alves-Mazzoti & Gewandsnaser, F, 1998).

Entrevista especializada, de natureza clínica-institucional, com o objetivo de conhecer o estado atual da saúde mental destes trabalhadores, realizada em conjunto com o formulário "Perfil da Saúde Mental dos Trabalhadores", foram as principais técnicas de pesquisa utilizadas.

As entrevistas aqui realizadas podem ser consideradas dentro do que Rubin & Rubin (1995) chamam de entrevista qualitativa, focalizada no formulário, realizada no final da coleta de dados, com o objetivo de esclarecer a natureza, história e intensidade dos transtornos clínico-institucionais apresentados. Segundo os mesmos autores poderia também ser caracterizada como entrevista qualitativa, focal, mista, semi-estruturada.

No ano de 1997, que é o período específico deste estudo, analisamos o perfil sintomatológico apresentado no momento, para fins de verificação da realização ou eficiência dos tratamentos recomendados, mas também como forma de confirmação das hipóteses apresentadas pelo perfil coletivo dos trabalhadores, formulário este que se encontra na página a seguir.

Não se pode deixar de reconhecer que as entrevistas realizadas, embora partindo de um foco como sintomas psicopatológicos, e de serem semi-estruturadas - formulário + discurso semi-orientado, guardam pontos de contato com os outros tipos de entrevistas qualitativas, descritas pelos autores acima mencionados, como a História Oral ou a História de Vida, uma vez que tem características semelhantes à "Anamnese Clínica", já que para detectar o estado atual de saúde destes trabalhadores é necessário conhecer o seu histórico clínico, pessoal e institucional.

Aos dados Estatísticos de Frequência e Percentagem foram aplicados testes de Significância através do Qui-Quadrado (P-valor) para analisar a independência entre sintomas e Sexo e, entre Sintomas e Níveis de cargo com a finalidade de verificar as Hipóteses apresentadas.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE DIVISÃO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO

Ψ SETOR DE PSICOLOGIA CLÍNICA E INSTITUCIONAL
PERFIL DE SAÚDE MENTAL DOS TRABALHADORES

NOME:		CARGO/FUNÇÃO:		DATA:
ENDEREÇO:				
SEXO:	MATRÍCULA:			
RAMAL PARA CONTATO:	EMPRESA: () FURNAS () OUTROS	Horas/Dia: () 6 horas () 7.5 horas	Horário: () comercial () turno	
IDADE:	ESCOLARIDADE:		Faixa salarial:	
() – de 20 anos () 20 a 30 anos () 30 a 40 anos () 40 a 50 anos () 50 a 60 anos () + de 60 anos	() 1º grau incompleto () 1º grau completo () 2º grau completo () Superior completo () Pós graduação		() 01 a 3sm () 03 a 05sm () 05 a 10sm () + de 20sm	
Tempo de Trabalho em geral:	Tempo de trabalho na empresa:	Tempo de trabalho no Órgão:	Tempo de função:	
() – de 01 ano () 01 a 10 anos () 10 a 20anos () 20 a 30 anos () + de 30 anos	() – de 01 ano () 01 a 10 anos () 10 a 20 anos () 20 a 30 anos () + de 30 anos	() – de 1 ano () 01 a 10 anos () 20 a 30 anos () + de 30 anos	() – de 01 ano () 01 a 10 anos () 10 a 20 anos () 20 a 30 anos () + de 30 anos	
Já foi atendido pelo setor de psicologia?	Tratamento interno:	Tratamento externo:	Tempo de tratamento: de	
() Nunca () 1 vez () 2 vezes () + de 2 vezes	() Inicial () Clínico Psicológica () Familiar () Relações de trabalho () Hospitalar () Outros	() Psicoterápico () Psiquiátrico () Misto () Outros	() – de 1 ano () 01 ano () 02 anos () 03 anos () 04 anos () + de 04 anos	
PROFISSIONAL:		() Credenciado () Livre Escolha		
SINTOMAS PSICOPATOLÓGICOS				
1.() Dificuldade nas relações familiares	11.() Ansiedade	21() Exacerbação da agressividade		
2.() Dificuldades nas relações de trabalho	12.() Angústia	22.() Tendência ao isolamento social		
3.() Distúrbio na esfera sexual	13.() Medos	23.() Abuso de drogas (álcool,etc.)		
4.() Distúrbio do sono	14.() Hipocondria	24.() Distúrbios psico- motores		
5.() Dificuldade de concentração	15.() Depressão	25.() Cefaléia		
6.()Dificuldade de memória	16.() Melancolia	26.() úlcera péptica		
7.() Confusão Mental	17.() Rigidez/Obessividade	27.()Distúrbios coronarianos		
8.() Insegurança	18() Bloqueio/Repressão de afetos	28.() Distúrbios gastro-intestinais		
9.() Neurastenia ou Estresse	19.() Timidez excessiva	29() Outros distúrbios Psicossomáticos		
10.() Fadiga	20 () inibição da agressividade	30 ()		
Deseja consulta psicológica?	Para uso técnico Psicologia Clínica - DSRJ.G	CID:	Necessita de Tratamento?	Concorda com tratamento?
() Sim			() Sim	() Sim
() Não			() Não	() Não
OBSERVAÇÕES:				
DATA:		PSICÓLOGO:		

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Do material colhido, uma ampla dose de possibilidades de análise e informações constam de dois relatórios: “Perfil Sócio-Demográfico do Grupo Estudado” (1997) e “Análises Preliminares para o Ano de 1997”.

Os dados estão organizados em Quadros, Tabelas e Gráficos de Círculos e de Barras. Queremos ressaltar a importância de dois vetores para os fins da presente pesquisa. A análise dos sintomas por Sexo e por Nível de Cargos, o que remete diretamente à situação de Gênero e de Classe Social, objetos centrais das nossas hipóteses.

- Distribuição dos Sintomas por Sexo
- Distribuição dos Sintomas por Cargos.

O material foi analisado com a supervisão do Departamento de Matemática e Estatística da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Foram realizados Testes de Independência entre SINTOMA e SEXO e entre SINTOMA e NÍVEIS DE CARGOS nos dez sintomas mais incidentes. O Nível de Significância (P-Valor) do Teste Qui-Quadrado foi aplicado em ambos os casos.

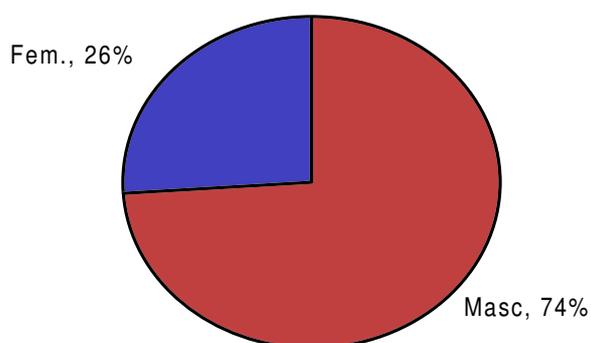
3.4.1 PERFIL SÓCIO-DEMOGRÁFICO DO GRUPO ESTUDADO (1997)

Os dados apresentados através do Perfil do Grupo Estudado no ano de 1997, mostram através do Quadro 1 e do Gráfico 1, que num total de 1869 trabalhadores submetidos ao exame periódico de saúde 1383 (74%) são do sexo masculino enquanto que 486 (26%) são do sexo feminino.

Quadro 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES,
POR SEXO

Sexo	N	%
Masculino	1383	74.0
Feminino	486	26.0
TOTAL	1869	100.0

Gráfico 1.1: DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR SEXO



Estes dados demonstram a supremacia masculina na composição da mão-de-obra da empresa onde mais de 2/3 dos cargos são ocupados por homens e menos de 1/3 por mulheres. Tem-se a salientar que embora se trate de uma empresa eminentemente técnica, cujo objetivo é a Produção e Transmissão de Energia Elétrica, a população estudada está circunscrita ao Escritório Central (onde se localiza a alta gerência de Planejamento, Engenharia, Operação, Financeira e Administrativa) e não às dez Áreas Regionais de Produção, (Usinas, Subestações e Linhas de Transmissão) onde tanto a administração quanto as atividades do setor de serviços são mais pregnantes. Nestas áreas, a supremacia masculina é ainda maior. Em dados atuais do Departamento de Administração do Pessoal (DAP), de outubro de 2005, FURNAS tem 6540 trabalhadores sendo 3897 (60%) pertencentes às Áreas Regionais e 2643 (40%) pertencentes ao Escritório Central, onde o estudo foi realizado. Nesta composição apenas 19% pertencem ao sexo feminino, enquanto 80% pertencem ao sexo masculino. Nas Áreas Regionais, a presença feminina se constitui em até, apenas 6% da população total.

A supremacia masculina apresenta-se, portanto, desde a composição de sua força de trabalho e está de acordo com as pesquisas internacionais referenciadas no corpo do presente trabalho, realizadas em meados do século XX, e discrepantes, com as pesquisas internacionais do final do século XX e início do século XXI, que mostram que a mão-de-obra feminina subiu

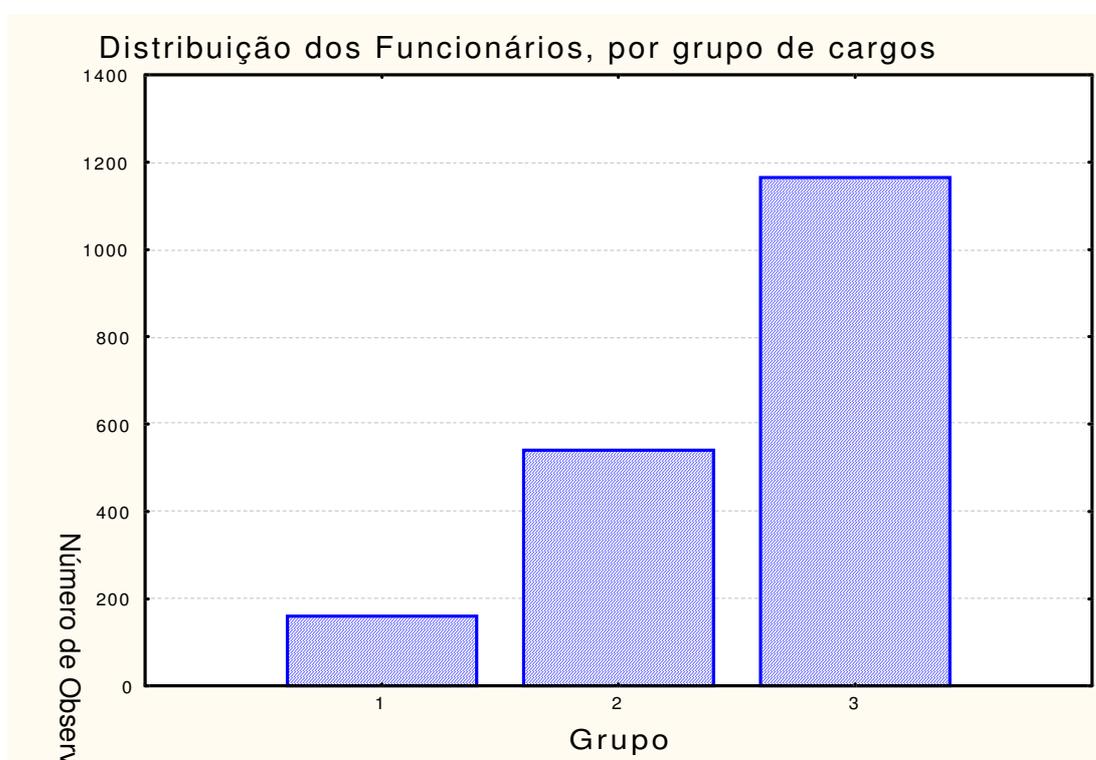
para 51% da força de trabalho formal, no período atual (Castells, 1999; Lagrave 1993; Hirata 1997 e Beck 2001, IBGE, 2002).

Com relação à distribuição dos trabalhadores por nível de cargos (Quadro 2, Gráfico 2) temos que as percentagens vão subindo à proporção que são exigidos níveis gradativamente superiores, até chegar ao nível 3 (técnicos de nível superior e chefias). Estes dados mostram que além de uma empresa majoritariamente masculina é também uma empresa que é, em sua maior parte, instruída, com um percentual de homens e mulher com nível superior.

Quadro 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR NÍVEIS DE CARGOS

Níveis de Cargos	N	%
1	160	8.6
2	540	28.9
3	1165	62.3
Não Inform.	4	0.2
TOTAL	1869	100.0

Gráfico 2.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR NÍVEIS DE CARGOS



Nível de cargo 1 – trabalhadores de serviços

Nível de cargo 2 – trabalhadores administrativos

Nível de cargo 3 – trabalhadores de nível superior e chefias

Também é relevante que a maioria dos trabalhadores da população analisada, 1799 (96,3%) realizam sua jornada de trabalho no horário comercial, (Quadro 3). Lembrar que se trata do Escritório Central da Empresa, e que, nas Usinas, o trabalho em Turnos se torna muito mais expressivo.

Quadro 3: DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES
POR SISTEMA DE TRABALHO

Sistema de Trabalho	N	%
1	1799	96.3
2	59	3.2
3	1	0.1
4	8	0.4
5	1	0.1
Não Inf.	1	0.1
TOTAL	1869	100.0

Com relação à idade, (Quadro 4) observa-se que a maioria dos trabalhadores possui entre 40 e 50 anos, seguidos dos que têm 50-60 anos, e dos que têm 30 – 40 anos.

Quadro 4: DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES
POR IDADE

Idade	N	%
Menos de 20	10	0.5
20 a 30	73	3.9
30 a 40	296	15.8
40 a 50	1135	60.7
50 a 60	309	16.5
Mais de 60	11	0.6
Não Inf.	35	1.9
TOTAL	1869	100.0

A escolaridade (Quadro 5) dos trabalhadores mostra que mais de 2/3 possui nível superior completo e de pós-graduados. A população que tem superior completo é pouco mais que a metade da população estudada.

Quadro 5: DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES
POR ESCOLARIDADE

Escolaridade	N	%
1º gr. Incomp.	30	1.6
1º gr. Comp.	70	3.7
2º gr. Comp.	381	20.4
Sup. Comp.	940	50.3
PG Comp.	262	14.0
Não Inf.	186	10.0
TOTAL	1869	100.0

O quadro seguinte, (Quadro 6), mostra que, estes trabalhadores ganham, em sua maioria, mais de 20 salários mínimos, sendo seguidos pelos que ganham 10 a 20 salários mínimo, nestes, 74,6% ganham acima de 10 salários mínimos, sendo quase 50% mais de 20 salários, o que revela o nível econômico da população estudada, o que não impede de haver significativas diferenças entre gêneros.

Quadro 6: DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES
POR FAIXA SALARIAL

Faixa Salarial	N	%
1 a 3 sm	7	0.4
3 a 5 sm	19	1.0
5 a 10 sm	202	10.8
10 a 20 sm	506	27.1
mais de 20 sm	887	47.5
Não Inf.	248	13.3
TOTAL	1869	100.0

Estes trabalhadores, também, têm entre 20 a 30 anos de trabalho, em geral (Quadro 7), na empresa (Quadro 8), estão prioritariamente também entre 20 e 30 anos, seguidos dos de entre 10 e 20 anos e dos que têm mais de 30 anos.

Em resumo, 81,9% dos trabalhadores possuem entre 10 e 30 anos de trabalho em geral, enquanto que na Empresa 87,5% encontram-se nesta mesma faixa, o que mostra que os trabalhadores possuem mais tempo de trabalho na empresa do que em geral, evidenciando que muitos deles iniciaram sua experiência de trabalho na empresa.

Quadro 7: DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR TEMPO DE TRABALHO GERAL

Tempo de Trab. Geral	N	%
<1 ano	9	0.5
>1-10 anos	57	3.0
>10-20anos	456	24.4
>20-30 anos	1075	57.5
>30 anos	232	12.4
Não Inf.	40	2.1
TOTAL	1869	100.0

Quadro 8: DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR TEMPO DE EMPRESA

Tempo de Trabalho Empresa	N	%
<1 ano	46	2.5
>1-10 anos	120	6.4
>20-30anos	809	43.3
>10-20 anos	826	44.2
>30 anos	18	1.0
Não Inf.	50	2.7
TOTAL	1869	100.0

Os trabalhadores são relativamente estáveis nos órgãos em que trabalham (Quadro 9) cerca de 1/3 está no mesmo órgão entre 01 a 10 anos , e outro 1/3 entre 10 a 20 anos.

Quadro 9 : DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES
POR TEMPO DE ÓRGÃO

Tórgão	N	%
<1 ano	95	5.1
>1-10 anos	688	36.8
>10-20anos	635	34.0
>10-20 anos	377	20.2
>30 anos	7	0.4
Missing	67	3.6
TOTAL	1869	100.0

Com relação à permanência na função, os dados assemelham-se ao do Quadro anterior, ou seja (Quadro 10), cerca de 1/3, estão entre 1 a 10 anos e o outro 1/3 entre 20 e 30 anos, na mesma função.

Quadro 10: DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES
POR TEMPO DE FUNÇÃO

Tfunção	N	%
<1 ano	69	3.7
>1-10 anos	639	34.2
>10-20anos	709	37.9
>20-30 anos	349	18.7
>30 anos	10	0.5
Missing	93	5.0
TOTAL	1869	100.0

Estes dados mostram que é uma população estável que envelhece com a empresa, que permanece nos seus cargos e nas suas funções e que muda em média uma a duas vezes de função e de local de trabalho e de função, durante toda a vida de trabalho, o que demonstra uma significativa estabilidade no trabalho.

No Setor de Psicologia (Quadro 11), foram consultados, neste ano, por uma vez, cerca de 2/3 desta população, seguidos cerca 1/3 que foram atendidas duas vezes.

Quadro 11: DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR ATENDIMENTO NO SETOR DE PSICOLOGIA

Atendim. Setor Psicologia	N	%
Nunca	43	2.3
1 vez	1349	72.2
2 vezes	278	14.9
>2 vezes	172	9,2
Não Inf.	27	1.4
TOTAL	1869	100.0

Segundo o Quadro 12, que mostra que a maioria dos trabalhadores submeteu-se a tratamento interno inicial realizado pela equipe de psicólogos da empresa, antes de serem encaminhados a tratamento externo (como é objetivo do setor) realizado, preferencialmente, pela rede credenciada, ou por livre escolha, com relação às características do tratamento 90 ou (4,8%) foram de natureza clínico psicológico, seguidos daqueles com dificuldades das relações familiares. 59 ou (3,2%) e nas relações de trabalho 49 ou (2,6%).

Quadro 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR TRATAMENTO INTERNO

Trat. Interno	N	%
Inicial	1597	85.4
Clínico-Psicológico	90	4.8
Familiar	59	3.2
Relações de Trabalho	49	2.6
Hospitalar	23	1.2
Outros	31	2,8
Não Informado	0	0.0
TOTAL	1869	100.0

O Quadro 13 mostra que da população estudada, a maioria busca tratamento externamente por psicoterapias (quase que 4 em cada 5 trabalhadores), seguidos de 1/5 por psiquiatras e apenas 1,4% tiveram transtornos mistos psiquiátrico-psicoterápico.

Quadro 13 – DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES
POR TRATAMENTO EXTERNO

Trat. Ext.	N	%
Psicoterápico	1400	74.9
Psiquiátrico	385	20.6
Misto	26	1.4
Outros	57	3,2
Não Informado	1	0.1
TOTAL	1869	100.0

O Quadro 14, a seguir, indica que, na sua maior parte, o tempo de tratamento geral foi de menos de 1 ano, seguidos de tratamentos que demoraram de 1 a 2 anos.

Quadro 14 – DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES
POR TEMPO DE TRATAMENTO

Tempo Trat.	N	%
< 1 ano	1396	74.7
01 ano	167	8.9
02 anos	59	3.2
03 anos	80	4.3
04 anos	49	2.6
> 04 anos	117	6,2
Não Informado	1	0.1
TOTAL	1869	100.0

Em suma, trata-se de uma população acostumada dar atenção aos seus problemas, a dar atenção aos seus problemas, que são analisados sob um prisma clínico-institucional, pois envolvem não só a análise das suas relações familiares, mas de suas relações de trabalho e que também tem a empresa e o país, com suas políticas gerais e específicas (área elétrica) como elementos de análise.

Quando os dados se subdividem por idade e sexo, (Quadro 15 e Gráficos 15.1 e 15.2), vemos que o perfil etário da população feminina se assemelha à população masculina; ambos têm maior concentração na faixa de 40 a 50 anos, em torno de 60% dos homens e 65,0% das mulheres. Os homens estão mais concentrados do que as mulheres na faixa seguinte, entre 50 e 60 anos, que congrega 19% de homens e apenas 9,5% de mulheres. Faz-se relevante lembrar que a aposentadoria das mulheres ocorre, pelas leis trabalhistas brasileiras atuais, 5 anos antes

da aposentadoria dos homens. De qualquer forma, podemos afirmar que os homens envelhecem ou permanecem mais tempo, dentro da empresa, o que significa que mesmo com a estabilidade geral vivida por todos os trabalhadores desta empresa, se tem que desempregar, que sejam as mulheres, o que está em consonância com a instabilidade vivida pelas mulheres no mercado de trabalho formal, devido a motivos ligados à múltipla jornada de trabalho a que são submetidas, formação irregular e precária e assentamento nos cargos periféricos e mais taylorizados. As mulheres, mesmo alcançando níveis superiores, nunca se encontram em cargos de chefia. Portanto, esta é uma empresa, “excelente” para os homens, mas apenas “regular”, para as mulheres.

Quadro 15: DISTRIBUIÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES
POR IDADE E SEXO

FAIXA ETÁRIA	Sexo		Total
	Masc.	Fem.	
Menos de 20	7 0,5%	3 0,6%	10
20 a 30	58 4,2%	15 3,1%	73
30 a 40	203 14,7%	93 19,1%	296
40 a 50	819 59,2%	316 65,0%	1135
50 a 60	263 19,0%	46 9,5%	309
Mais de 60	8 0,6%	3 0,6%	11
Não Inform.	25 1,8%	10 2,1%	35
Total	1383	486	1869

Gráficos 15.1 e 15.2: DISTRIBUIÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES POR
FAIXA ETÁRIA E SEXO

Gráfico 15.1

Gráfico 15.2

A distribuição dos trabalhadores com relação à faixa etária mostra que para ambos os sexos, na faixa de 40 a 50 anos, se concentra a maioria dos trabalhadores, sendo 66% das

mulheres e 60% dos homens, mas na faixa seguinte de 50 a 60 anos, são 10% das mulheres e 19% dos homens. Dois fatores devem influenciar: primeiro, o caráter preponderantemente masculino da mão de obra e segundo, o fato da aposentadoria das mulheres acontecer cinco anos antes dos homens.

Com relação à presença geral de sintomas psicopatológicos entre os sexos (Quadro 16 e Gráficos 16.1 e 16.2), vemos que 57,8% da população feminina apresentam sintomas, contra apenas 38,7% da masculina. Não apresentam nenhuma sintomatologia 61,3% dos homens, contra 42,2% das mulheres. A maioria das mulheres (cerca de 2/3), apresenta sintomas psicopatológicos enquanto que a maioria dos homens também cerca de 2/3, não apresenta sintomas. Aqui uma conexão direta com as hipóteses formuladas na presente tese de que as mulheres apresentam mais sintomatologias psicopatológicas que os homens. O resultado é cruzado, pois enquanto 2/3 dos homens não apresentam sintomas, apenas 1/3 das mulheres encontram-se nesta condição e vice-versa.

Quadro 16 - DISTRIBUIÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES
POR SINTOMA E SEXO

Sintomas Psicopatológicos	Sexo		Total
	Masc	Fem	
Não	848 61,3%	205 42,2%	1053
sim	535 38,7%	281 57,8%	816
Total	1383	486	1869

Gráficos 16.1 e 16.2: DISTRIBUIÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES POR SINTOMA E SEXO

16.1
Manifestação de
Sintomas
Psicopatológicos
entre os Homens

16.2
Manifestação de
Sintomas
Psicopatológicos
entre as Mulheres

Quanto ao perfil distributivo dos grupos de cargos, baseando-se no Quadro 17 e nos dois Gráficos 17.1 e 17.2), vemos como 67% dos homens e 50% das mulheres ocupam cargos de nível superior enquanto que os cargos de nível médio são, em sua grande maioria, femininos (44% contra apenas 24% dos homens). Os homens estão concentrados no topo da pirâmide, enquanto que as mulheres se colocam quase que igualmente nos cargos de nível superior e médio. Outra conexão com as pesquisas apresentadas no corpo da tese, que afirmam que os homens ocupam os cargos centrais e de chefia (o que não está discriminado

nestes dados). Embora a empresa apresente um perfil feminino alto no nível superior, o perfil de nível superior dos homens é substancialmente maior.

QUADRO 17 : DISTRIBUIÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES
POR NÍVEIS DE CARGO E SEXO

Grupo de Cargos	Sexo		Total
	Masc	Fem	
1	131 9,5%	29 6,0%	160
2	325 23,5%	215 44,2%	540
3	923 66,7%	242 49,8%	1165
Não inform.	4 0,3%	0 0,00%	4
Total	1383	486	1869

GRÁFICOS 17.1 e 17.2 DISTRIBUIÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES POR NÍVEL DE CARGO E SEXO

17.1
Distribuição
dos Níveis de
Cargos, entre
os homens

17.2
Distribuição
dos Níveis
de Cargos
entre as
Mulheres

Com relação à escolaridade, os dados apresentados no Quadro 18, mostram que 2/3 (66%) dos homens possuem nível superior e pós- graduação contra quase 58% das mulheres, nas mesmas condições.

Quadro 18 :DISTRIBUIÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES
COM RELAÇÃO À ESCOLARIDADE E SEXO

Escolaridade	Sexo		Total
	Masc	Fem	
1o grau inc.	27 2,0%	3 0,6%	30
1o grau comp.	61 4,4%	9 1,9%	70
2o grau comp	255 18,4%	126 25,9%	381
Sup. comp.	716 51,8%	224 46,1%	940
PG comp.	205 14,8%	57 11,7%	262
Nao Inform.	119 8,6%	67 13,8%	186
Total	1383	486	1869

Estes dados mostram que homens e mulheres encontram-se com alto nível de formação, embora com vantagem para os primeiros, o que está de acordo com as pesquisas internacionais do final do século XX e início do século XXI. (Illich, 1990; Hirata, 1993; Lagrave 1993; Castells, 1999 e Beck, 2001), as quais revelam que o século XX foi um século de “feminização da formação” (Beck 2001), por terem as mulheres, ao contrário da realidade encontrada até os meados do século XX conseguirem uma formação equiparada ao dos homens.

Os dados apresentados nos quadros seguintes (Quadros 20.1 e 20.2) sobre faixas salariais, no entanto, mostram que embora as mulheres sejam tão bem formadas quanto os homens, estas se concentram nas faixas salariais abaixo destes, entre 10 e 20 salários mínimos, enquanto que os homens estão prioritariamente na faixa de acima de 20 salários mínimos. O que revela também acordo com os padrões já citados no parágrafo anterior. Isto nos faz concordar com as colocações de Illich (1990), quando aborda a exploração “sexista” e a denuncia como injusta e intrínseca às sociedades capitalistas industriais que produz um sexismo econômico em que as mulheres sempre ganham menos. Diz Illich: “não sei de nenhuma sociedade industrial na qual às mulheres sejam economicamente iguais aos homens” (pg.6). No mesmo sentido, os dados desta pesquisa são igualmente compatíveis com o que coloca Lagrave (1993). “Apesar de uma crescente feminização da sociedade, o jogo entre homens e mulheres segue sendo muito desigual” (pg 81), quer dizer “ há uma sorte social em ser homem, mas no mundo da educação e do trabalho, a lei da alternância não desempena nenhum papel: as posições dominantes são ocupadas sempre por homens; as desvalorizadas por mulheres”.

Relacionando os dados de empresas americanas e brasileiras sobre a percentagem de mulheres em relação ao total de empregados, vimos que nas empresas americanas elas se constituem de 48% do total de empregados, contra 42% no Brasil. Nos Estados Unidos, 16% das mulheres encontram-se em cargos de chefia, enquanto que no Brasil, apenas 10%, o que mostra que existe a discriminação em ambos, sendo mais acentuada no Brasil.

Com relação à faixa salarial, segundo o Quadro 19, a seguir, mais da metade dos homens se concentra em mais de 20 salários mínimos 53,7%, apenas 29,8% das mulheres encontram-se nesta faixa. Ao contrário, na faixa de 10 a 20 salários mínimos estão 38,5 % das mulheres contra apenas 23,1% dos homens. Ou seja, os homens ganham mais que as mulheres, na empresa, compatível também, com as pesquisas internacionais. Os homens ganham mais na Europa, EUA e em todo o Mundo, conforme as pesquisas já citadas.

QUADRO 19: DISTRIBUIÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES
COM RELAÇÃO À FAIXA SALARIAL E SEXO

Faixa Salarial	Sexo		Total
	Masc.	Fem.	
1 a 3 sm	5 0,4%	2 0,4%	7
3 a 5 sm	14 1,0%	5 1,0%	19
5 a 10 sm	140 10,1%	62 12,8%	202
10 a 20 sm	319 23,1%	187 38,5%	506
mais de 20 sm	742 53,7%	145 29,8%	887
Nao inform.	163 11,8%	85 17,5%	248
Total	1383	486	1869

Comparando escolaridade por níveis de cargo, (Quadro 20.1 e Quadro 20.2), temos que, 96,59% dos homens possuem pós-graduação e 87,43% dos homens com superior completo ocupam cargos de nível 3 (cargos de nível superior e chefias). Entre as mulheres, 94,7% tem pós-graduação e ocupam cargos de nível 3, enquanto que só 66,96% das mulheres que tem superior completo ocupam estes cargos. Cerca de 1/3 das trabalhadoras (31,25%) que têm curso superior completo ocupam cargos de nível 2 (médio) contra apenas 11,31% dos homens nas mesmas condições, mas ocupam cargos de nível 2 (médio). Mais uma vez o perfil das pesquisas internacionais (op.cit.) se repete aqui. As mulheres de nível superior ocupam 1/3 de cargos de nível médio, ou seja, mesmo que sejam tão bem formadas, quanto os homens. Quando elas possuem pós-graduação, entretanto, são aproveitadas nos cargos superiores, em quase sua totalidade.

Dados de Furnas de 2005, mostram maior participação das mulheres como terceirizados, portanto em regime ocupacional mas precário do que os homens, que são, na sua maior parte, pertencentes aos quadros efetivos da Empresa.

QUADRO 20.1 DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR ESCOLARIDADE VS NÍVEIS DE CARGOS, POR SEXO

SEXO MASCULINO

Escolaridade	Grupo de Cargos				TOTAL
	1	2	3	Não Inform.	
1º Gr. Incomp.	25	2	0	0	27
Row %	92.59%	7.41%	0.00%	0.00%	
1º Gr. Comp.	49	12	0	0	61
Row %	80.33%	19.67%	0.00%	0.00%	
2º Gr. Comp.	41	207	7	0	255
Row %	16.08%	81.18%	2.75%	0.00%	
Sup. Comp..	7	81	626	2	716
Row %	0.98%	11.31%	87.43%	0.28%	
PG Comp..	2	5	198	0	205
Row %	0.98%	2.44%	96.59%	0.00%	
Não Inform.	7	18	92	2	119
Row %	5.88%	15.13%	77.31%	1.68%	
TOTAL	131	325	923	4	1383

QUADRO 20.2 DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR ESCOLARIDADE VS NÍVEIS DE CARGOS, POR SEXO

SEXO FEMININO

Escolaridade	Grupo de Cargos				TOTAL
	1	2	3	Não Inform.	
1º Gr. Incomp.	3	0	0	0	3
Row %	100.00%	0.00%	0.00%	0.00%	
1º Gr. Comp.	5	4	0	0	9
Row %	55.56%	44.44%	0.00%	0.00%	
2º Gr. Comp.	14	112	0	0	126
Row %	11.11%	88.89%	0.00%	0.00%	
Sup. Comp..	4	70	150	0	224
Row %	1.79%	31.25%	66.96%	0.00%	
PG Comp..	0	3	54	0	57
Row %	0.00%	5.26%	94.74%	0.00%	
Não Inform.	3	26	38	0	67

Row %	4.48%	38.81%	56.72%	0.00%	
TOTAL	29	215	242	0	486

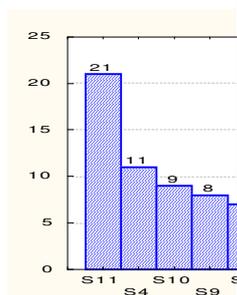
3.4.2 ANÁLISES CLÍNICAS PRELIMINARES PARA O ANO DE 1997

As ANÁLISES CLÍNICAS PRELIMINARES para o ano de 1997, (QUADRO 21 GRÁFICOS 21., 21.2 e 21.3.- INCIDÊNCIA DOS SINTOMAS POR SEXO EM GERAL e POR SEXO EM ESPECIAL), mostram que o sintoma mais presente no grupo todo de trabalhadores com 24% é o S11 - ANSIEDADE, segundo o S4-DISTÚRBIOS DO SONO com 11,4 % e o S10 -FADIGA com 11, 2 %. (esses dois no mesmo patamar – 2º patamar). O quarto sintoma mais presente é o S6- DIFICULDADE DE MEMÓRIA 9,4%, seguido do S9- NEURASTENIA OU ESTRESSE com 9,3% e do S12 - ANGÚSTIA com 9,1%. Estes três no mesmo patamar (3º patamar). Quatro outros sintomas se seguem: S15 -DEPRESSÃO com 7,5%; o S5-- DIFICULDADE DE CONCENTRAÇÃO DA ATENÇÃO com 6,9%; S28 - DISTÚRBIOS GASTROINTESTINAIS com 6,7% e o S1 - DIFICULDADES NAS RELAÇÕES FAMILIARES com 6,5%. Estes também são, portanto, os sintomas mais presentes em toda a Empresa.

**QUADRO 21-INCIDÊNCIA DOS SINTOMAS, POR SEXO E TOTAL
(1869 EMPREGADOS : 1383 HOMENS E 486 MULHERES)**

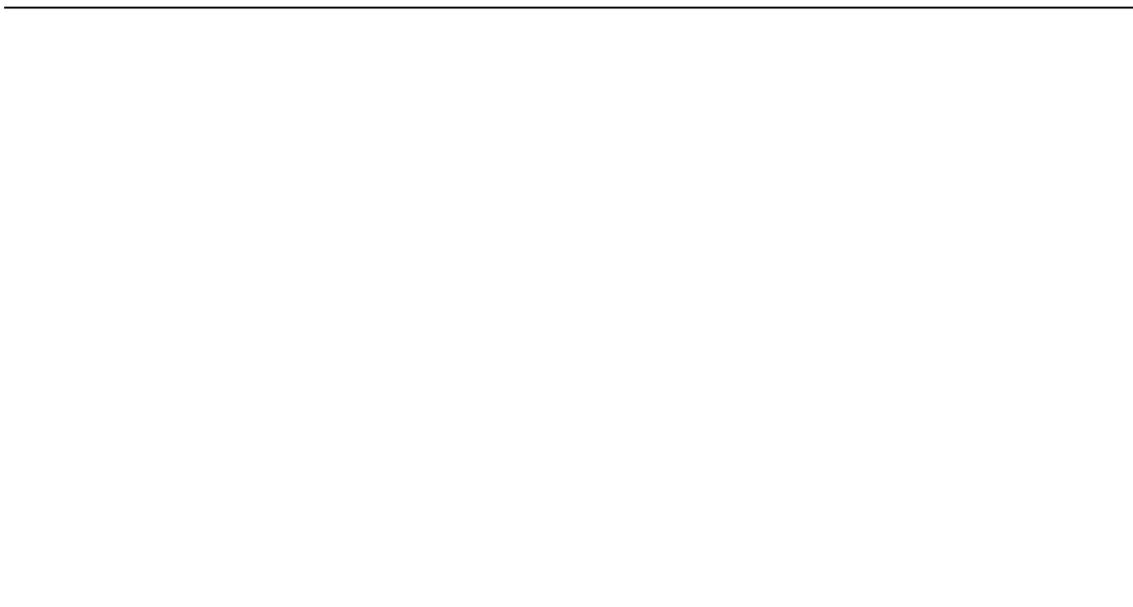
Sintoma	Homens		Mulheres		TOTAL	
	Número	%	Número	%	Número	%
S1 - Dificuldade nas Relações Familiares	81	5,9	41	8,4	122	6,5
S2 - Dificuldade nas Relações de Trabalho	39	2,8	20	4,1	59	3,2
S3 - Distúrbios na Esfera Sexual	19	1,4	13	2,7	32	1,7
S4 - Distúrbios do Sono	154	11,1	59	12,1	213	11,4
S5 - Dific. de concentração da atenção	87	6,3	42	8,6	129	6,9
S6 - Dificuldade de Memória	103	7,4	72	14,8	175	9,4
S7 - Confusão Mental	22	1,6	15	3,1	37	2,0
S8 - Insegurança	61	4,4	57	11,7	118	6,3
S9 - Neurastenia ou Estresse	105	7,6	68	14,0	173	9,3
S10 - Fadiga	130	9,4	79	16,3	209	11,2
S11 - Ansiedade	290	21,0	159	32,7	449	24,0
S12 - Angústia	98	7,1	72	14,8	170	9,1
S13 - Medos	45	3,3	38	7,8	83	4,4
S14 - Hipocondria	7	0,5	13	2,7	20	1,1
S15 - Depressão	74	5,4	66	13,6	140	7,5
S16 - Melancolia	26	1,9	40	8,2	66	3,5
S17 - Rigidez, Obsessividade	26	1,9	12	2,5	38	2,0
S18 - Bloqueio ou Repressão de Afetos	25	1,8	14	2,9	39	2,1
S19 - Timidez excessiva	25	1,8	9	1,9	34	1,8
S20 - Inibição da Agressividade	18	1,3	11	2,3	29	1,6
S21 - Exacerbação da Agressividade	20	1,4	10	2,1	30	1,6
S22 - Tendência ao Isolamento Social	29	2,1	26	5,3	55	2,9
S23 - Abuso de Drogas (alcóol e outros)	12	0,9	3	0,6	15	0,8
S24 - Distúrbios Psicomotores	3	0,2	1	0,2	4	0,2
S25 - Cefaléia	44	3,2	63	13,0	107	5,7
S26 - Úlcera Péptica	22	1,6	5	1,0	27	1,4
S27 - Distúrbios Coronarianos	13	0,9	7	1,4	20	1,1
S28 - Distúrbios Gastrointestinais	81	5,9	44	9,1	125	6,7
S29 - Outros Distúrbios Psicossomáticos	15	1,1	10	2,1	25	1,3

Quadro 21.1– INCIDENCIA DOS SINTOMAS POR SEXO EM GERAL.



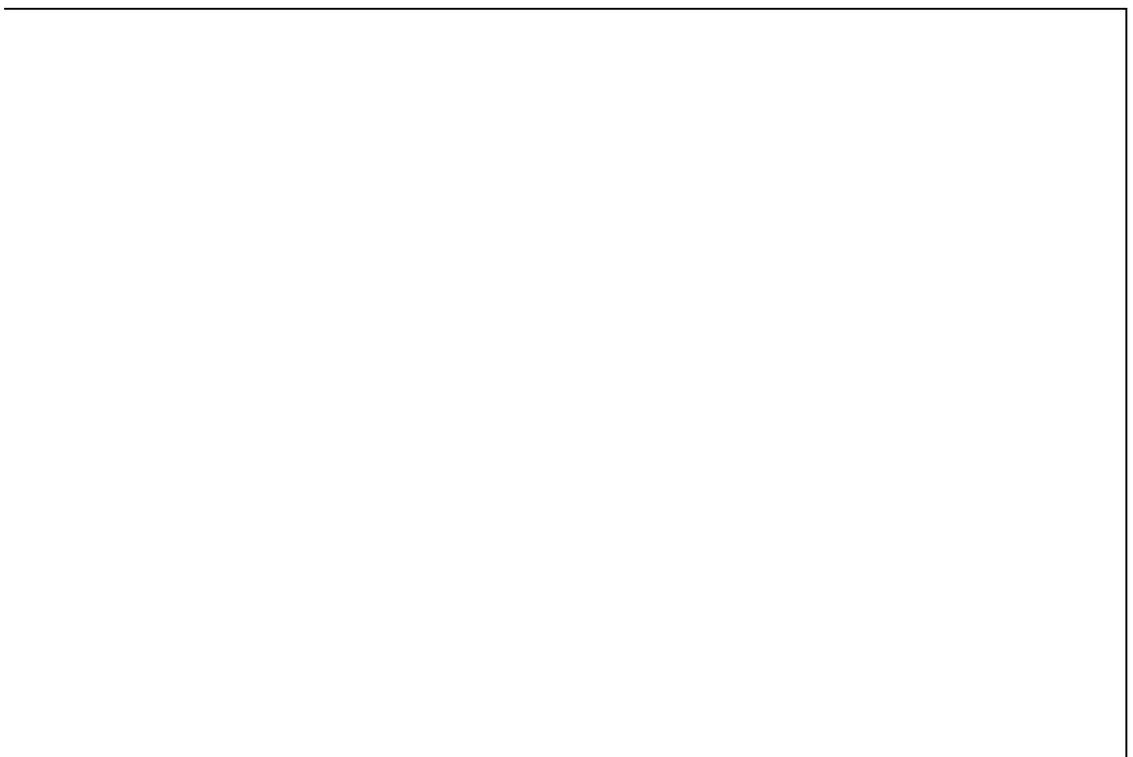
10 Sintomas mais mencionados pelo grupo todo: S11, S4, S10, S12, S6, S9, S5, S15, S1, S28.

GRÁFICO 22.1



10 Sintomas mais mencionados pelos homens: S11, S4, S10, S9, S6, S12, S1, S28, S5, S15.

GRÁFICO 22.2



10 Sintomas mais mencionados pelas mulheres: S11, S10, S12, S6, S15, S9, S25, S8, S4, S5.

Os dados mostram:

Uma empresa com trabalhadores, no geral, ansiosos, com dificuldades de dormir (distúrbios do sono) ou seja, alertas, cansados (fadiga), com dificuldades de memória, estressados, angustiados e também deprimidos, desatentos, com repercussões psicossomáticas gastrointestinais e, com dificuldades nas relações familiares.

Com relação à Incidência de Sintomas entre os Sexos, observar a maior concentração dos sintomas nas mulheres, embora a Ansiedade seja o sintoma mais presente em ambos os sexos, cerca de 1/3 (32,7%) das mulheres apresentam Ansiedade contra 1/5 (21%) dos homens. Nas mulheres, segue-se a Fadiga com 16,3% contra 9,4% nos homens, a Angústia com 14,8% contra 7,1% nos homens. A dificuldade de memória 14,8% contra 7,4% nos homens, e a Depressão 12,6% contra 5,4% nos homens – sempre uma diferença de percentuais cerca de 100% maior para as mulheres.

O Estresse é o 6º sintoma mais presente nas mulheres, 14% contra 7,6% nos homens. A Cefaléia está presente em 13% nas mulheres contra apenas 3,2% nos homens. A Insegurança vem, logo após, com 11,7% nas mulheres contra apenas 4,4% nos homens – estes dois últimos sintomas com quase 200% de diferença maior para as mulheres.

Nos homens, a Ansiedade, já analisada, 21% contra 32,7% das mulheres. Seguem-se os Distúrbios do Sono, 11,1% contra 12,1%, nas mulheres a Fadiga, 9,4% contra 16,3% nas mulheres, o Estresse, 7,6% contra 14% nas mulheres, a Dificuldade de Memória, 7,4% contra 14,8% das mulheres, as dificuldades nas Relações Familiares 5,9% contra 8,4% nas mulheres, os distúrbios gastrointestinais 5,9% contra 9,1% nas mulheres e, a dificuldade de concentração da atenção 6,3% contra 8,6% nas mulheres – onde as mulheres sempre têm maior percentagem, mesmo que estes sintomas sejam os mais incidentes nos homens.

Observar, portanto que, entre todos os sintomas mais presentes nos homens, não há nenhum em que os homens tenham uma percentagem maior do que as mulheres.

Com relação à incidência de sintomas entre as mulheres e o geral de trabalhadores da empresa, observamos que as mulheres sozinhas têm maior percentagem em todos os sintomas mais incidentes do que o geral da empresa.

Aplicando Testes de Independência entre Sintoma e Sexo (QUADRO 22), Nível de Significância (P-valor) do Teste Qui-Quadrado, obtivemos que, sete entre dez sintomas são dependentes do sexo para a sua manifestação, ou seja, ANSIEDADE (S11), FADIGA (S10); ANGÚSTIA (S12); DIFICULDADE DE MEMÓRIA (S6), ESTRESSE (S9); DEPRESSÃO (S15) e DISTÚRBIOS GASTROINTESTINAIS (S28) são significativamente mais presentes nas mulheres do que nos homens, confirmando a hipótese de que “AS MULHERES PELAS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO A QUE SÃO SUBMETIDAS APRESENTAM MAIS SINTOMAS PSICOPATOLÓGICOS QUE OS HOMENS”. (hipótese 1 , Capítulo 3 , página 49)

TESTES DE INDEPENDÊNCIA ENTRE SINTOMA E SEXO:

Os testes de independência entre sexo e incidência de sintomas, realizados apenas para os 10 sintomas mais frequentes: S11, S4, S10, S12, S6, S9, S5, S15, S1 e S28, mostram:

QUADRO 22 - NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA (P-VALOR) DO TESTE QUI-QUADRADO PARA A INDEPENDÊNCIA ENTRE MANIFESTAÇÃO DO SINTOMA E SEXO:

SINTOMA	p-valor	Nível de Significância
S11 - Ansiedade	0,00000	*
S4 - Distúrbios do Sono	0,31643	NS
S10 - Fadiga	0,00004	*
S12 - Angustia	0,00000	*
S6 - Dificuldade de Memória	0,00000	*
S9 - Neurastenia ou Estresse	0,00003	*
S5 - Dific. de concentração da atenção	0,07858	NS
S15 - Depressão	0,00000	*
S1 - Dificuldade nas Relações Familiares	0,04768	NS
S28 - Distúrbios Gastrointestinais	0,01524	*

Rejeitamos a independência entre manifestação do sintoma e sexo para os sintomas: S11, S10, S12, S6, S9, S15 e S28, ou seja, em sete dos sintomas apresentados há diferenças significativas entre homens e mulheres, confirmando a hipótese acima-apresentada, de que em sintomas como a ANSIEDADE, a FADIGA, a ANGÚSTIA, a DIFICULDADE DE MEMÓRIA, a NEURASTENIA ou ESTRESSE, a DEPRESSÃO e os DISTÚRBIOS GASTROINTESTINAIS, as mulheres possuem taxas significativamente mais elevadas de sintomas psicopatológicos.

Relacionando os (QUADROS 23, 24 e 25 INCIDÊNCIAS DOS SINTOMAS POR SEXO E GERAL POR NÍVEIS DE CARGOS) e Gráficos 23, 24 e 25, relacionando as INCIDÊNCIAS DOS SINTOMAS NÍVEL 1 (SERVIÇOS), NÍVEL 2, (ADMINISTRATIVOS, MÉDIOS), NÍVEL 3 (SUPERIOR E CHEFIAS). Temos para os cargos de nível 1 (serviços), os sintomas mais incidentes nas mulheres são ANSIEDADE: 48,3% (N1), 32,1% (N2), 31,4% (N3); DEPRESSÃO: 31,0% (N1), 14,9% (N3) e MELANCOLIA 24,1% (N1); 7,4% (N2); 70% (N3). No nível 2 (administrativo) os sintomas mais presentes entre as mulheres são a ANSIEDADE cujo desempenho já foi estudado acima: a ANGÚSTIA : 14,8%, 16,7% (N2) e 12,4% (N3) e a FADIGA (16,3% N1), 14,9% (N2) e 17,4% (N3). No nível 3 (superior), A ANSIEDADE continua o sintoma mais presente (desempenho já estudado). A FADIGA (já estudado) e o ESTRESSE: 14% (N1), 13,5% (N2), 14,5% (N3).

Com relação aos sintomas mais presentes nos cargos dos grupos 1,2 e 3 , relacionados à ANSIEDADE (S11) percebe-se que a incidência vai diminuindo de acordo com o aumento do nível de cargo. O comportamento da DEPRESSÃO e da MELANCOLIA sugerem o mesmo padrão, porém há variações com a ANGÚSTIA e a FADIGA 2º e 3º mais incidentes no nível dois e, na FADIGA e no ESTRESSE, 2º e 3º mais incidentes no nível 3, que aumentam mesmo com escores muito próximos, quando aumentam o nível do cargo.

Ao analisarmos, nas mulheres, cada um dos sintomas dependentes do nível de cargo, encontram-se desempenhos diferentes entre os diversos níveis, a saber: os do DISTÚRBO DO SONO (S4) apresentam incidências que diminui na medida que aumenta o nível de cargo,

N1=17,2%, N2=13,5% e N3=10,3% o que estaria em consonância com as proposições da hipótese da nossa pesquisa que afirma que os sintomas nas mulheres são mais incidentes nas populações menos favorecidas, no entanto, a FADIGA (S10) mostra-se oscilante na medida que aumenta o nível de cargo. São N=17,2%, N2=14,9% e N3=17,4%; a ANGÚSTIA (S12) também oscilante com N1=14,8%, N2=16,7% e N3=12,4%. A DEPRESSÃO (S15) apresenta como os DISTÚRBIOS DO SONO (acima), o desempenho esperado, ou seja, N1=31,0%, N2=14,9% e N3=10,3%.

Os testes de independência entre sexo, níveis de cargo e sintoma considerando as três variáveis simultaneamente não foi realizado devido a pequena quantidade de mulheres no nível de cargo 1.

Os resultados mostram que os sintomas já referidos como DISTÚRBIOS DO SONO, FADIGA, ANGÚSTIAS e MEDOS, são significativamente mais presentes nos níveis de cargos mais baixos, ou seja, a incidência aumenta na medida em que diminui o nível do cargo, sendo então inversamente proporcionais, o que fica compatível com as pesquisas internacionais (Schneider, 1977; Possas 1981 e Braverman, 1981), quando afirmam que entre os trabalhadores, a população operária, de nível mais baixo, é a mais sacrificada, a mais explorada e violentada e portanto a que adoece mais. (Hipótese 2, Capítulo 3 Metodologia, página 47). No entanto, o comportamento oscilante da maioria dos sintomas que são seis, aos quais os testes de significância foram aplicados, sugerem um estudo mais aprofundado do significado dos sintomas e da categorização de classe, representada aqui por níveis de cargo. Com relação às mulheres, como vimos, o comportamento dos sintomas por nível de cargo, apresenta-se também oscilante. Contudo, acreditamos com Lagrave (1993): “Mas não basta pôr às claras a permanência das desigualdades entre os sexos, pois também desempenham um papel importante as desigualdades das próprias mulheres” (pg 82) afirmam a autora, a ver uma diferenciação entre as mulheres de nível superior e as operárias, que, orientadas por uma espécie de “instinto de classe” lutam lado a lado com os operários e expressam toda uma enorme distância que separam as classes sociais entre si, inclusive em relação às manifestações de dores, distúrbios e sintomas.

Com relação ao conteúdo dos sintomas, vimos que aqueles que apresentam significativas diferenças entre os níveis de cargo e, sendo nível 1, referente a cargos de

serviço, nos quais o trabalho manual, o esforço do corpo, a repetição ou “taylorização” e os salários baixos, imperam , torna-se compreensível que os DISTÚRBIOS DO SONO, a FADIGA, a ANGÚSTIA (espera sem resposta) e MEDOS sejam significativamente mais presentes nestes extratos sociais de trabalhadores e trabalhadoras. Portanto, o significado destes sintomas é compatível com relação à proposta de nossa Pesquisa e atestam a veracidade da nossa hipótese de que: “A PRESENÇA DOS TRANSTORNOS ENTRE AS DIVERSAS CLASSES SOCIAIS (SALARIAIS E DE CATEGORIA PROFISSIONAL) REPRODUZEM EM CADA UMA AS CARACTERÍSTICAS DOS PAPÉIS PODER E RIQUEZA AOS QUAIS ESTÃO VINCULADOS”. (Hipótese 2, Capítulo 3 , pagina 49)

Certamente muitos fatores interferem para o desempenho dos sintomas oscilantes entre as classes (níveis de cargo) e, como já foi dito, merece um estudo mais aprofundado sobre as características destes sintomas o que ultrapassaria os objetivos do presente trabalho.

**QUADRO 23 - INCIDÊNCIA DOS SINTOMAS, POR SEXO EM GERAL E NÍVEL DE CARGO 1 :
GRUPO 1 - NÍVEL BÁSICO (160 EMPREGADOS: 131 HOMENS E 29 MULHERES)**

Sintoma	Homens		Mulheres		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Dificuldade nas Relações Familiares	10	7.6	3	10.3	13	8.1
Dificuldade nas Relações de Trabalho	7	5.3	1	3.4	8	5.0
Distúrbios na Esfera Sexual	4	3.1	1	3.4	5	3.1
Distúrbios do Sono	11	8.4	5	17.2	16	10.0
Dific. de concentração da atenção	7	5.3	3	10.3	10	6.3
Dificuldade de Memória	8	6.1	7	24.1	15	9.4
Confusão Mental	8	6.1	1	3.4	9	5.6
Insegurança	7	5.3	4	13.8	11	6.9
Neurastenia ou Estresse	14	10.7	4	13.8	18	11.3
Fadiga	11	8.4	5	17.2	16	10.0
Ansiedade	20	15.3	14	48.3	34	21.3
Angustia	7	5.3	4	13.8	11	6.9
Medos	6	4.6	4	13.8	10	6.3
Hipocondria	0	0.0	1	3.4	1	0.6
Depressão	10	7.6	9	31.0	19	11.9
Melancolia	5	3.8	7	24.1	12	7.5
Rigidez, Obsessividade	1	0.8	1	3.4	2	1.3
Bloqueio ou Repressão de Afetos	3	2.3	0	0.0	3	1.9
Timidez excessiva	9	6.9	1	3.4	10	6.3
Inibição da Agressividade	1	0.8	0	0.0	1	0.6
Exacerbação da Agressividade	2	1.5	0	0.0	2	1.3
Tendência ao Isolamento Social	4	3.1	0	0.0	4	2.5
Abuso de Drogas (alcool e outros)	3	2.3	0	0.0	3	1.9
Distúrbios Psico-motores	0	0.0	0	0.0	0	0.0
Cefaléia	6	4.6	4	13.8	10	6.3
Úlcera Péptica	5	3.8	0	0.0	5	3.1
Distúrbios Coronarianos	1	0.8	1	3.4	2	1.3
Distúrbios Gastrointestinais	10	7.6	5	17.2	15	9.4
Outros Distúrbios Psico-somáticos	1	0.8	0	0.0	1	0.6

GRÁFICO 23.1

10 Sintomas mais mencionados pelo Grupo 1: S11, S15, S9, S10, S4, S6, S28, S16, S1, S8.

QUADRO 24- INCIDÊNCIA DOS SINTOMAS, POR SEXO EM GERAL E NÍVEL DE CARGO 2
GRUPO2 - NÍVEL MÉDIO (540 EMPREGADOS : 325 HOMENS E 215 MULHERES)

Sintoma	Homens		Mulheres		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Dificuldade nas Relações Familiares	22	6.8	21	9.8	43	8.0
Dificuldade nas Relações de Trabalho	7	2.2	8	3.7	15	2.8
Distúrbios na Esfera Sexual	6	1.8	9	4.2	15	2.8
Distúrbios do Sono	51	15.7	29	13.5	80	14.8
Dific. de concentração da atenção	26	8.0	16	7.4	42	7.8
Dificuldade de Memória	27	8.3	28	13.0	55	10.2
Confusão Mental	9	2.8	10	4.7	19	3.5
Insegurança	16	4.9	22	10.2	38	7.0
Neurastenia ou Estresse	27	8.3	29	13.5	56	10.4
Fadiga	48	14.8	32	14.9	80	14.8
Ansiedade	81	24.9	69	32.1	150	27.8
Angústia	27	8.3	36	16.7	63	11.7
Medos	11	3.4	20	9.3	31	5.7
Hipocondria	0	0.0	2	0.9	2	0.4
Depressão	21	6.5	32	14.9	53	9.8
Melancolia	6	1.8	16	7.4	22	4.1
Rigidez, Obsessividade	7	2.2	7	3.3	14	2.6
Bloqueio ou Repressão de Afetos	8	2.5	8	3.7	16	3.0
Timidez excessiva	5	1.5	3	1.4	8	1.5
Inibição da Agressividade	2	0.6	5	2.3	7	1.3
Exacerbação da Agressividade	8	2.5	6	2.8	14	2.6
Tendência ao Isolamento Social	5	1.5	14	6.5	19	3.5
Abuso de Drogas (alcool e outros)	6	1.8	2	0.9	8	1.5
Distúrbios Psico-motores	1	0.3	0	0.0	1	0.2
Cefaléia	18	5.5	29	13.5	47	8.7
Úlcera Péptica	4	1.2	3	1.4	7	1.3
Distúrbios Coronarianos	5	1.5	3	1.4	8	1.5
Distúrbios Gastrointestinais	18	5.5	17	7.9	35	6.5
Outros Distúrbios Psico-somáticos	1	0.3	7	3.3	8	1.5

GRÁFICO 24.1

10 Sintomas mais mencionados pelo Grupo 2 : S11, S4, S10, S12, S15, S6, S9, S25, S1, S5.

QUADRO 25 INCIDÊNCIA DOS SINTOMAS, POR SEXO EM GERAL E NÍVEL DE CARGO 3
GRUPO 3 - NÍVEL SUPERIOR (1165 EMPREGADOS : 923 HOMENS E 242 MULHERES)

Sintoma	Homens		Mulheres		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Dificuldade nas Relações Familiares	49	5.3	17	7.0	66	5.7
Dificuldade nas Relações de Trabalho	25	2.7	11	4.5	36	3.1
Distúrbios na Esfera Sexual	9	1.0	3	1.2	12	1.0
Distúrbios do Sono	83	9.0	25	10.3	108	9.3
Dific. De concentração da atenção	54	5.9	23	9.5	77	6.6
Dificuldade de Memória	58	6.3	32	13.2	90	7.7
Confusão Mental	5	0.5	4	1.7	9	0.8
Insegurança	38	4.1	17	7.0	55	4.7
Neurastenia ou Estresse	63	6.8	35	14.5	98	8.4
Fadiga	71	7.7	42	17.4	113	9.7
Ansiedade	188	20.4	76	31.4	264	22.7
Angustia	54	5.9	30	12.4	84	7.2
Medos	28	3.0	14	5.8	42	3.6
Hipocondria	7	0.8	1	0.4	8	0.7
Depressão	43	4.7	25	10.3	68	5.8
Melancolia	15	1.6	17	7.0	32	2.7
Rigidez, Obsessidade	18	2.0	4	1.7	22	1.9
Bloqueio ou Repressão de Afetos	14	1.5	6	2.5	20	1.7
Timidez excessiva	11	1.2	5	2.1	16	1.4
Inibição da Agressividade	15	1.6	6	2.5	21	1.8
Exacerbação da Agressividade	10	1.1	4	1.7	14	1.2
Tendência ao Isolamento Social	20	2.2	12	5.0	32	2.7
Abuso de Drogas (alcool e outros)	3	0.3	1	0.4	4	0.3
Distúrbios Psico-motores	2	0.2	1	0.4	3	0.3
Cefaléia	20	2.2	30	12.4	50	4.3
Úlcera Péptica	13	1.4	2	0.8	15	1.3
Distúrbios Coronarianos	7	0.8	3	1.2	10	0.9
Distúrbios Gastrointestinais	53	5.7	22	9.1	75	6.4
Outros Distúrbios Psico-somáticos	12	1.3	3	1.2	15	1.3

GRÁFICO 25.1

10 Sintomas mais mencionados pelo Grupo 3 : S11, S10, S4, S6, S9, S12, S5, S15, S1, S28.

Aplicando TESTES DE INDEPENDÊNCIA ENTRE SINTOMA E NÍVEIS DE CARGO, Nível de Significância (P-valor) do teste Qui-Quadrado para independência entre Manifestação de Sintoma e Níveis de Cargo,obtemos que ao nível de significância (P-valor) do teste Qui-Quadrado, Há dependência entre sintomas e nível de cargos nos sintomas: DISTÚRBIOS DO SONO, FADIGA, ANGÚSTIA E MEDOS.

TESTES DE INDEPENDÊNCIA ENTRE SINTOMA E NÍVEL DE CARGO:

Faremos os testes de independência entre Níveis de Cargos e Incidência do Sintoma, Realizados, apenas para os 10 sintomas mais freqüentes : S11, S4, S10, S12, S6, S9, S5, S15,S1 e S28, mostram:

QUADRO 26 NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA (P-VALOR) DO TESTE QUI-QUADRADO PARA A INDEPENDÊNCIA ENTRE MANIFESTAÇÃO DO SINTOMA E SEXO:

SINTOMA	p-valor	Nível de Significância
S11-ANSIEDADE	0,04655	NS
S4 - DISTÚRPIO DO SONO	0,00279	*
S10 –FADIGA	0,00698	*
S12 – ANGÚSTIA	0,00686	*
S6 – DIFICULDADE DE MEMÓRIA	0,22664	NS
S9 – NEURASTENIA OU ESTRESSE	0,27949	NS
S5 – DIFIC.DE CONCENTR. E ATENÇÃO	0,63663	NS
S15 – DEPRESSÃO	0,00135	*
S1 – DIFICULD.NAS RELAÇÕES FAMILIARES	0,14199	NS
S28 –DISTURBIOS GASTRO-INTESTINAIS	0,36784	NS

Rejeitamos a independência entre manifestação do sintoma e grupo de cargos para os sintomas : S4, S10, S12, S15, ou seja, em quatro dos sintomas apresentados: DISTURBIO DO SONO, FADIGA, ANGÚSTIA E MEDOS, há diferenças significativas entre os quadros, pois estes sintomas estão mais presentes nos cargos mais baixos.

OBS.: O teste de independência entre sexo, Grupo de Cargos e Sintoma (considerando as 3 variáveis simultaneamente) não é aconselhável ser feito por termos apenas 29 mulheres no Grupo de Cargos 1.

CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do amplo conteúdo apresentado, da profunda riqueza das especificidades, resta a responsabilidade de articulá-las.

Desde a evolução histórica da sociedade feudal à sociedade industrial burguesa ou capitalista, os diversos autores, a seu modo, são unânimes em afirmar haver uma estratégia de “produção” na qual foram concebidas, com fins de “re-produção” as diferenças de classes e de gênero que tornaram, uns privilegiados: o capital e os homens e outros sem privilégios: o trabalho e as mulheres. Uns com direitos, outros com erros ou “errados”, uns com “valor”, outros “desvalorizados”, uns “imensos” outros “pequenos ou ínfimos”, uns “globais” e outros “locais” e porque não dizer uns “saudáveis” e outros “loucos” ou uns “produtivos” e outros “improdutivos”.

Para engendrar tais mecanismos, foram construídos modos de “produção” e “consumo” com objetivo único de acumulação, deixando sobre eles escombros que vão desde a construção imperfeita e frágil de uma cidadania feminina, ainda incompleta, ou os cadáveres da revolução feminina, até a construção de um aparato médico-disciplinar – religioso disciplinar, etc. que pune com a alienação e loucura todo aquele que estiver fora da “ordem”, como defendem as diversas teorias discutidas. Os mecanismos são múltiplos e variados. Sua extensão atinge dimensões “externas”, planetárias, mas “também tem pretensões ‘internas’” de se aprofundar não só como produção de bens, mas também como operador semiótico de consciências.” Sua eficiência é tal que submete países (Norte- Sul), gêneros (homem-mulher), transformando trabalhadores(em classes), mas sua ação se torna invisível e mistificada na sua superfície de registro, em argumentos da “natureza”(feudal) e de “superioridade intelectual” (feudal), “de - formação” (capitalista), como na questão de homens e mulheres, que vão decompondo-se com o tempo, infinitamente.

A luta parece ter que ser também infinita. Assim, vencida a superioridade intelectual dos homens, “feminização da formação”, o mercado não responde e as mulheres continuam a ganhar, no melhor dos casos, 1/3 menos na sua passagem desajeitada, submetida e explorada para o mercado de trabalho. Têm que carregar toda a sua história de responsáveis pela “coesão familiar” e por todos os seus afazeres e responsabilidades tradicionais dentro da família, que não se desfazem, submetidas a um esquema aqui “taylorizado” de trabalho, e quando possível, a um

esquema de trabalho dentro das leis de mercado que somente permite colocá-las na base, na periferia, nos lugares imperfeitos, perigosos, nas profissões sem valor, de semelhança familiar ou “femininas” e definitivamente fora dos cargos de direção em todos os setores da sociedade. Fazendo repercutir nelas o esquema de exploração de classes já engendrado entre capital e trabalho.

Diante desse quadro aterrador, com destino incerto illichiano, ou bélico beckiano, ou de rivalidades lagraviano os autores, cada um no seu modo, são unânimes em afirmar que tais diferenças têm que se tornar visíveis, transformar o “saber – viver” no “saber-poder” da visão foucaultiana. As proposições que daí surgem são de alteração do MODO, não apenas do CONSUMO (já dado), mas da PRODUÇÃO. No capitalismo tudo se confunde: produção, registro e consumo. A proposta será violar as leis do consumo, alterar os registros desta produção, produzindo novos registros.

As propostas de saída são pelo estabelecimento de uma “Sociedade de Subsistência” (Shiva e Mies) e da “Ecologia Política Radical” (Illich) cujas bases não sejam mais do consumo, subvertendo o valor universal do “louco” e a agressividade masculina do “consumo” pela forma feminina de “subsistência”. Estas proposições para a construção de um novo parâmetro de Sociedade de Subsistência para a sobrevivência da humanidade são, em tudo, compatíveis com os pressupostos socialistas (observar o conteúdo nos seus elementos em Mies, Shiva e Illich). Diz Beck: “na Sociedade Industrial não há saída”. Há uma evolução “ambígua”, contraditória, e um caminho de Guerra, como já foi dito.

Até as proposições de uma sociedade socialista feminista ciborguiana de Haraway, que também é Guattariana, por objetivar a formação de uma sociedade socialista e materialista, cuja referência simbólica são os ciborgues (criaturas de ficção científica que habitam os mundos natural e fabricado, que são simultaneamente animal e máquina). Permeiam e explodem as realidades social e corporal (capital e trabalho) e as dualidades: público-privado, natureza-cultura, humano-animal, máquina-natural, natural-artificial, mente-corpo, e porque não dizer saudável-louco, produção-registro, registro-consumo, e que, propõe substituir o conceito de “identidade” por “afinidade” ou porque não dizer com Guattari: por “rizomas” que sugerem conexões, relações múltiplas, sem hierarquias, explodem categorias como o de “homem” e da “mulher”. Desintegram-se em “mulheres” e finalmente propõe uma troca

ciborguiana de todos e das partes, de construção e desconstrução, nas dinâmicas de raça, gênero, classe, no capital, na esperança da criação de uma sociedade: utópica, socialista, sem gênero.

Dentro disto, desfazer os parâmetros da organização internacional e sexual do trabalho, as aparelhagens: científico-médico-psicológico disciplinares que, desde sempre, apoiaram e produziram a mulher nervosa (feudal), as neuroses e psicoses, etc, psiquiátricas e psicanalíticas (capitalista industrial), o sofrimento mental (Dejours), aprisionando, classificando e categorizando, enfim, capturando a doença (disease) e o adoecimento (illness) (D'Ávila e Batista) para o seu âmbito e colocar a ligação original da ação técnica nestes campos como ação política, libertando as mulheres, os loucos, os negros, os operários, da grande prisão que é a superfície do registro da sociedade capitalista. (Basaglia, Baremlitt, Deleuze e Guattari).

Com relação às mulheres, há um longo caminho, cheio de contradições, incertezas e lutas (Illich e Beck) mesmo que sobre o futuro e a partir da infinita possibilidade de decomposição e recomposição do sistema capitalista (Guattari e Baremlitt) não se diga nada (Illich).

Os demais dados, tais como: equiparação da formação para ambos os sexos, e, discrepância na ocupação de cargos e salários com franca desvantagem para as mulheres, são consoantes com os resultados das pesquisas internacionais realizados tanto na Europa quanto nos Estados Unidos.

Contudo, a informação mais recente é compatível e com anos de vivência clínica, de observação empírica, e de conhecimento teórico, que inclusive nos levou a construir as hipóteses deste estudo, é a de que as mulheres, pela difícil trajetória que percorrem desde o processo de socialização dentro e fora das famílias, à construção de suas identidades e à manipulação social a que são submetidas, pelo mercado de trabalho e de trabalho formal e doméstico, apresentam índices mais significativos de Sintomas Psicopatológicos que os homens, o que se traduz em mais Doenças.

Com relação à diferenciação de sintomas entre as classes, vimos que aqueles que apresentam significativas diferenças entre os níveis ou classes de trabalhadores mostram-se compreensíveis analisando o significado dos mesmos, como Distúrbios do Sono, Fadiga, Angústia e Medos, os quais possuem maior incidência entre a classe que lida com trabalho braçal,

esforço físico, tarefas repetitivas e percebem menores salários, já são suficientes para testar a veracidade de nossa hipótese, de que os sintomas reproduzem em cada classe as características dos papéis, poder e riqueza aos quais estão vinculados. No entanto reconhecemos necessitarmos de um estudo mais aprofundado para confirmar tal hipótese, inclusive questionamos a própria construção daquilo que foi considerado como classe em nosso estudo – níveis de cargo e níveis salariais, que talvez não contemplem as características necessárias para serem consideradas Classes Sociais.

Por tudo o que foi dito, enfatizamos que, uma vez estabelecido que as causas das doenças ou transtornos não são individuais, a saída, terá que ser seguramente coletiva, como bem enfatiza Dejours. O indispensável será a troca do “MODO” para uma “PRODUÇÃO” mais SAUDÁVEL como enfim protagonizam Beck, Illich, Shiva Mies, Escobar, Baságliá, Guattari, Deleuze e Barenblitt , entre outros.

Esperamos que a revelação dos dados encontrados na pesquisa brasileira possa contribuir para a diminuição das disparidades entre sexos, nas empresas brasileiras. Que ensejem a formulação e a aplicação de políticas para a mão-de-obra feminina, pela equiparação de oportunidades e pela redistribuição dos papéis domésticos, amparo e apoio institucional para a educação dos filhos, etc, para que haja uma produção institucional mais democrática entre os sexos e para que reine saúde e paz entre homens e mulheres trabalhadores deste país.

Com isso, consubstanciamos um panorama teórico de sustentação do presente estudo bastante amplo e diferenciado das relações entre Saúde Mental e Trabalho, que possa contribuir para a o avanço da luta, a denúncia, a discussão, a crítica de todos esses processo de doutrinação, dominação e exploração ai contidos e que possam servir a uma produção revolucionária de diagnósticos diversos, por melhores condições de vida, saúde e trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

1. ALTHUSSER, L. (1979). **A favor de Marx**. Rio de Janeiro. Zahar.
2. _____ (1985) . **Freud e Lacan-Marx e Freud**. Rio de Janeiro, Zahar.
3. ALMÉROS, D.; BRAVO, R.; MICOSAUJEVIC, V.; MONTANO,S. Y R., M. N. (2002). **Violência contra la Mujer en Relación de Pareja: uma Propuesta para Medir su Magnitud y Evolución**. Naciones Unidas, CEPAL; Santiago do Chile .
4. ALVES M., ALDA S & GEWANDSZNAJDER (1998).**O Método nas Ciências Naturais e Sociais. Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. São Paulo, Pioneiras,
5. BAREMBLITT, G.F.(Org.) (1982) **Grupos: Teoria e Técnica**. Rio de Janeiro, Graal,
6. _____ (Org.) (1984). **O Inconsciente Institucional**. Petrópolis: Vozes, 1
7. _____ (Org.) (1987). **Ato Psicanalítico, Ato Político**, Belo Horizonte.Graal,
8. _____ (Org.) (1973) **Questionamos 1: A Psicanálise e suas Instituições**. Petrópolis, Vozes.
9. _____ (Org.) (1977) **Questionamos 2: A Psicanálise Institucional e a Psicanálise sem Instituições**. Belo Horizonte, Interlivros.
10. _____ (1978) **Progressos e Retrocessos em Psiquiatria e Psicanálise**. São Paulo, Global Editora e Distribuidora Ltda e Rio de Janeiro, Editora Ground.
11. _____ (1992) **Compêndio de Análise Institucional e outras Correntes**. Rio de Janeiro. Rosa dos Ventos.
12. _____, SOUZA, M.C..A. ; ALMEIDA, J.R e PIRES, A . M. (1986).**Salud Mental y Trabajo**. Anais do IX Congresso Interamericano de Psicologia Social, Psiquiatria y Psicoanálisis, Havana, Cuba,pgs. 273 a 285.
13. _____, SOUZA, M.C..A. ; ALMEIDA, J.R e PIRES, A . M. (1986) **Producción de la locura en la empresa. Socioanálisis de los delirios de trabajadores y abordage crítico de su cura**. Anais do IX Congresso Interamericano de Psicologia Social, Psiquiatria y Psicoanálisis, Havana, Cuba, pgs 286 a 292.

14. _____, SOUZA, M.C..A. ; ALMEIDA, J.R e PIRES, A . M. (1986), **Estresse em Telefonistas.** Anais do IX Congresso Interamericano de Psicologia Social, Psiquiatria y Psicoanálisis, Havana, Cuba, pgs 293 a 299.
15. BARRET, F. (1961).**Historia del Trabajo.** Argentina, Editorial Universitária de Buenos Aires.
16. BASÁGLIA, F. e outros (1974). **A instituição da Violência.** In As instituições e os Discursos.Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro
17. _____ y otros (1975) **Psiquiatria, Antipsiquiatria y Orden Manicomial**, Barcellon, Barral Editores, 1975
18. _____(1972). **Qué es la Psiquiatria?**. Madrid – Punto Omega.
19. _____(1978) **La Salud de los trabajadores.** Editorial Nueva Imagen. Madrid.
20. _____(1985). **A instituição Negada.** Rio de Janeiro. Graal.
21. BECK, U. (2001).**Je suis moi: oposicions, relacions et conflits entre les sexes a l'interieur et a l'exterieur de la famille.** In: La Societé du Risque, Aubier, Paris.
22. BRAVERMAN H. (1981). **Trabalho e Capital Monopolista – a Degradação do Trabalho no Século XX** . Rio de Janeiro, Zahar,
23. BIRMAN, J. (1978). **A Psiquiatria como Discurso da Moralidade.** Rio de Janeiro, Graal.
24. _____(1980). **Enfermidade e Loucura.**.Rio de Janeiro,Campus.
25. BLEGER, J. (1960). **Psicohigiene y Psicologia Institucional.**Salvador.Paidós.
26. CAPRA, F. (1982). **O Ponto de Mutação**, São Paulo, Cultrix.
27. CASTEL, R. (1978). **O Psicanalismo.**Rio de Janeiro. Graal.
28. _____(1978) **A ordem Psiquiátrica:A Idade de Ouro do Alienismo.** Rio de Janeiro, Graal.
29. CASTELLS, M. (1974) **.La question Urbana.** Madrid, Siglo Veintiuno.
30. _____(1999).**O poder da Identidade – A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura.** Vol 2 – 2ª edição, São Paulo, Paz e Terra,
31. COSTA, J. F. (1989). **Ordem Médica e Norma Familiar.**Rio de Janeiro, Graal, 3ª Edição, cap VI – Homens e Mulheres
32. COSTA, J. F. (1976) **História da Psiquiatria no Brasil:Um Corte Ideológico.**Rio de Janeiro, Documentário

33. CRAVER, T.E OUTROS (2000). **Genre et politique, débats et perspectives**. Paris, Gallimard.
34. DÁVILA, M.I.e VASCONCELOS, N.(Org) (1993) **Ecologia, Feminismo e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UFRJ/EICOS, Série Documenta No. 1.
35. _____ (1994). **O Autoritarismo e a Mulher - O Jogo na Dominação Macho-Fêmea no Brasil**. Rio de Janeiro, Artes e Contos.
36. _____ (1995). **Desenvolvimento Social, Desafios e Estratégias**. Rio de Janeiro: Cátedra UNECO/UFRJ/EICOS.
37. _____ (1995). **Mulheres, Cultura e Desenvolvimento**. In **Desenvolvimento Social, Desafios e Estratégias**, Rio de Janeiro, UFRJ /UNESCO/ EICOS/ FINEP.
38. _____ (1997) **Eco-feminismo: Horizontes e Contemporâneos**. In Documenta No. 8. EICOS/Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável/UFRJ, Rio de Janeiro..
39. _____ BATISTA C.M.A. e FORTES, S (2003). **Quando Ser Doente Torna-se um Modo de Vida: Considerações Psicossociais sobre as Somatizações Femininas**. In **Tecendo o Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, MAUAD, 2003.
40. **Dados do IBGE**, censo 2002, obtidos na “REVISTA VEJA” São Paulo, Editora Abril de 09 de fevereiro de 2005, em reportagem “**Acima do bem e do mal**”
41. DEJOURS, C. (1987) **A Loucura do Trabalho. Estudo de Psicopatologia do Trabalho**, São Paulo, Oboré.
42. _____ (1988). **O Corpo entre a Biologia e a Psicanálise**, Porto Alegre: Artes Médicas.
43. _____ (2000) . **Travail : Usure Mental**. Paris, Bayard Éditions, 2000
44. DELEUZE G.(1974) **A Lógica do Sentido**. São Paulo, Perspectiva
45. _____ & GUATARRI, F. (1976). **O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia**, Rio de Janeiro, Imago.
46. _____ (1981). **Revolução Molecular : Pulsões Políticas do Desejo**. São Paulo, Brasiliense.
47. _____ (1982) **Mille Plateaux**. Paris, Minuit.
48. _____ (1988) **Foucault**. São Paulo. Brasiliense
49. ESCOBAR, C.H. (1974) **Psicanálise e Ciência da História**, Rio de Janeiro, Brasiliense e Eldorado.
50. FOUCAULT, M. (1972) **Histoire de la folie à l'Âge Classique**. Paris, Gallimard.
51. _____ (1963) **Naissance de la Clinique**. Paris: PUC-RIO
52. _____ (1984) **Historia da Sexualidade II- O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro. Graal.

53. _____(1986).**Vigiar y Punir**. Rio de Janeiro.Graal.
54. FREUD,S.(1976) Obras Completas.vols.II e III.Madrid. Biblioteca Nueva.
55. FETTERMAN, D. M.(1996).**Ethnography , Step be Step**. London. Sage Publications.
56. GUATTARI, F.(1972) **Psychanalyse et Transversalité - Essais d'analyse Institutionnelle**.Paris, Maspero
57. _____ (1976).**Psicanálisis y Transversalidad**. Buenos Aires. Siglo XXI
58. _____ et Allii(1981) **L'intervencion Institucional**. México. Fólíos.
59. _____(1981).**Revolução Molecular- Pulsações Políticas do Desejo**. São Paulo. Fólíos.
60. _____(1988) **O inconsciente Maquínico:Ensaio de Esquizoanálise**. São Paulo, Papiros.
61. _____(1990). **As Três Ecologias**. São Paulo, Papiros.
62. HARAWAY, D.J.(1987) **Manifiesto Ciborgue:Ciência,Tecnologia e Feminismo-socialista no final58.59 do Século XX**. In: Tendências e Impasses – O feminismo como Crítica da Cultura. HOLLANDA, H.B (1994). Rio de Janeiro, Rocco.
63. HIRATA, H.(1992/93) **Division sexuelle et internationale du travail**.In: Archives,Futur Antérieur16:1993/2- Paris. La Marche du Temps.
64. ILLICH I. (1990).**El Género Vernáculo**. México, Joaquin Moritz / Planeta
65. LAGRAVE, R.M. (1993) . **Una emancipación bajo tutela , educación y trabajo de las mujeres en el siglo XX**, in Duby, G. et Perrot ,M. Historia de las Mujeres, Madrid:Taurus..
66. LAPASSADE, G (1974) **Les Cheveaux du Diable**; Paris, J-P Dezarge.
67. _____(1977) **Grupos, Organizações, Instituições**.Rio de Janeiro,Francisco Alves.
68. _____(1979).**El analisador y El Analista**.Barcelona, Gedisa.
69. _____(1980). **Socianalysis y Potencial Humano**". Barcelona,Gedisa.
70. LOURAU, R. (1975). **A análise Institucional**. Petrópolis. Vozes
71. _____ et Allii (1977) **El analisis Institucional: por um Cambio de las Instituciones**.Madrid, Campo Abierto.
72. _____ (1978). **L'état Inconscient**; Paris, Minuit
73. _____(1987) **Implication y Sobre Implication**.France, Mimeo.
74. _____; Gantheret. F; Sartre, J.P. – (1971) . **La Institucion del Analisis**. Barcelona, Editorial Anagrama

75. LUZ, M. T. (1979). **As instituições Médicas no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal.
76. MARX, K. (1975). **O Capital**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, Livro 1-vol.1 e 2
77. MIES, M.e SHIVA,V. (1993). **Eco-feminismo**. Lisboa: Instituto Piaget.
78. MORIN, E. (2003). **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**”. São Paulo. Cortez, 2003
79. MOUFFE, C (2000). **Feminisme Citoyenneté et Démocracie Plurielle**. In: **Genre et Politique**. Paris, Gallimard
80. PICHÓN-RIVIÈRE, H.(1978) . **El processo grupal: del psicoanálisis à la Psicología Social**. Buenos Aires, Nueva Vision.
81. NAZARETH, J.(2003). **Um Estudo sobre Famílias Chefiadas por Mulheres Urbanas de Baixa Renda**. Dissertação de Mestrado, UFRJ/EICOS.
82. POSSAS, C.(1981). **Saúde e Trabalho – A crise da Previdência Social**. Rio de Janeiro, Edições Graal.
83. REICH, W. (1972). **Análise do Caráter**. São Paulo, Martins fontes Ed.
84. ROCHA-COUTINHO, M. L.(1993) . **Eco-feminismo em Questão: do Imaginário Feminino e Ecológico, Ecologia, Feminismo e Poder** , in *Ecologia, Feminismo e Desenvolvimento* - D´Ávila, M. I. e Vasconcelos, N. (org), Rio de Janeiro: EICOS/UFRJ, série Documenta No. 1, pg. 118 e 127
85. _____ (1998). *De Cinderela à Mulher – Maravilha: a Maternidade em Tempos de Mudança*, Rio de Janeiro, EICOS/UFRJ, Série Documenta No. 1998, pg 91 a 116.
86. _____ (1996). **Problematizando a Diferença: Mulher e Cidadania n Brasil**. Rio de Janeiro, EICOS/UFRJ, série Documenta No. 7, 1996, pg 27 a 37.
87. _____ (1995). **O Mito Nosso de Cada Dia – Ser Mulher nos Anúncios de Revistas Femininas**. Rio de Janeiro, EICOS/UFRJ, série Documenta No. 6, 1995, pg 51 a 62
88. _____ (2000). *A outra face de Eva: a mulher em Clarice Lispector*. Rio de Janeiro, EICOS/UFRJ, série Documenta No. 10, 2000, pg 45 a 58.
89. RUSKIN, H. & RUBIN, I. S. (1995). **Qualitative Interviewing, the Art of Hearing Data**, London, Sage Publications.
90. SCHNEIDER, M.(1977). **Neurose e Classes Sociais**. Rio de Janeiro. Zahar.

91. SENNETT, R. (1986). **A Corrosão do Caráter - Conseqüências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo**. Rio de Janeiro, Record.
92. STUART, H. (2003). **A Identidade Cultural na Pós-Modernização**. Rio de Janeiro D.P&R
93. SAIDON, O.& KAMHAGI (Org.) (1978) **Análise Institucional no Brasil**. Espaço e Tempo.
94. _____ et Allii (1983). **Práticas Grupais**. Rio de Janeiro. Campus.
95. SARTRE, J. P.(1971). **La institucion del analisis**. Barcelona, Editorial Anagarma, 19
96. SINGER, P. (1977). **Economia Política no Trabalho**. São Paulo, Huctec.
97. SHIVA, V. (1993). **O Desenvolvimento: Um novo Projeto do Patriarcado Ocidental**. In: Ecologia, Feminismo e Desenvolvimento. D'ÁVILA, M.I. e VASCONCELOS, N. (ORG.) (1993) EICOS/UFRJ, série Documenta No. 1.